

**REVISTA DA
ACADEMIA
BRASILEIRA
DE FILOGIA**



**N.º XVIII
NOVA FASE
2016
Primeiro Semestre**

REVISTA DA
**ACADEMIA BRASILEIRA
DE FILOGIA**

Nova Fase
N.º XVIII - 2016
Primeiro Semestre

EXPEDIENTE

Diretor

Antônio Martins de Araújo

Coordenador executivo

Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe

Manoel Pinto Ribeiro

Secretário

Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade

Antônio Martins de Araújo

CONSELHO HONORÍFICO

Constituído por todos os sócios-correspondentes da
Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria
Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio de 2016 a maio de 2018

Presidente
Amós Coêlho da Silva

Vice-presidente
Deonísio da Silva

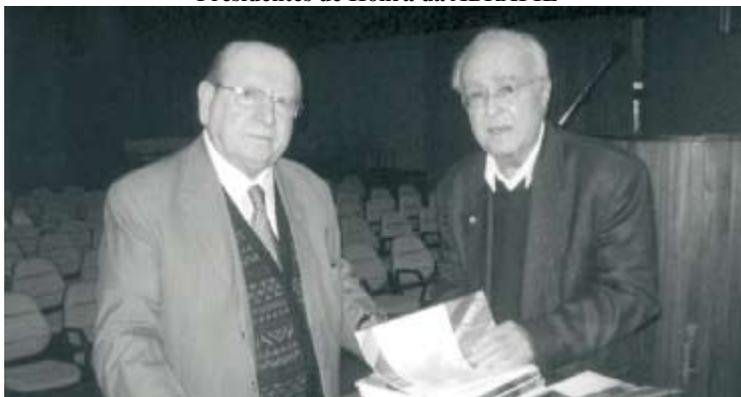
Primeiro Secretário
Paulo César da Costa Rosa

Segundo Secretário
Luiz Fernando Dias pita

Tesoureiro
Márcio Luiz Moitinha Ribeiro

Relações públicas
Marcelo Moraes Caetano

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho



SUMÁRIO

EDITORIAL 7

ENSAIOS

RESISTÊNCIA – Amós Coelho da Silva	8
HEMETÉRIO JOSÉ DA SILVA, O DEMOLIDOR DE PRECONCEITOS – Antonio Martins de Araújo	15
DAVID JOSÉ PÉREZ – Antônio Nunes Malveira	20
TERMINOLOGIA E ENSINO DE PORTUGUÊS - UM ENSINO EXEMPLAR – Claudio Cezar Henriques	35
GÊNESE DO ROMANCE TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA, DISSIDÊNCIA, RESISTÊNCIA, CRÍTICA DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA – Francisco Venceslau dos Santos	52
TRAÇOS DA UNIDADE E DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO ALAC – Luísa Galvão Lessa Karlberg	60
RELAÇÕES DE INFLUÊNCIA: USOS DA LINGÜÍSTICA APLICADA E DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO ENSINO DE IDIOMAS - Luiz Fernando Dias Pita	72
ANTROPÔNIMOS DE CUNHO POPULAR OU POUCO COMUNS - Manoel P. Ribeiro	89
O USO DA INTERROGAÇÃO INDIRETA EM ALGUNS AUTORES LATINOS – Márcio Luiz Moitinha Ribeiro	100
NOTA SOBRE O ROMANCE AS CLARAS MADRUGADAS, de AMADEU LOPES SABINO	106

RESENHA

NOVA ORTOGRAFIA – O QUE MUDA COM O ACORDO ORTOGRÁFICO, de Claudio Cezar Henriques	111
MEMÓRIA PÓSTUMA – David José Pérez	113
MEMÓRIA – OCUPANTES DA CADEIRA 28	115

ENTREVISTA

Entrevista com o Prof. Claudio Cezar Henriques sobre o livro A NOVA ORTOGRAFIA – O QUE MUDA COM O ACORDO ORTOGRÁFICO	120
--	-----

NOTICIÁRIO

PALESTRA \dos professores Manoel P. Ribeiro e Claudio Cezar Henriques na UERJ – O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO	122
MEDALHA JOÃO RIBEIRO DA ABL concedida a Maximiano de Carvalho e Silva	123
POSSE DA NOVA DIRETORIA	123
CONFERÊNCIA: A ÉTICA NA TRADUÇÃO – Ricardo Cavaliere	124
NOVA GRAMÁTICA PARA CONCURSOS – praticando a língua portuguesa (Lexikon)	125
CONHEÇA BOCAGE POR OUTRO LADO – de José Geraldo Paredes	126
PRESIDENTE DA ABRAFIL TOMA POSSE NO PEN CLUB	126

EDITORIAL

Este número homenageia o fundador e primeiro integrante da cadeira 28, cujo patrono é JOSÉ VENTURA BÔSCOLI. O professor Antônio Nunes Malveira apresenta um artigo que define toda a trajetória de nosso homenageado: Diz ele:

Sempre foi um professor admirado e querido pelos seus alunos, em virtude da maneira afável como tratava os educandos – numa época em que ainda estava viva a figura do *magister dixit*.

Compreendia como poucos e em profundidade a alma angustiada dos moços. Colocava a juventude estudantil nas alturas, pois sabia que com aqueles jovens irrequietos prepara-se o futuro grandioso do Brasil. Daí a necessidade de uma didática persuasiva, exemplar, afetosamente conduzida e respeitosamente aceita pelo reconhecimento reverente dos discípulos.

A seção MEMÓRIA nos mostra um perfil resumido do patrono José Ventura Bóscoli e dos sucessores de David José Pérez: José Carlos Lisboa e Luiz César Saraiva Feijó.

O artigo do professor Amós Coêlho da Silva realça a figura e a obra de David José Pérez. Contamos também com a colaboração de Antônio Martins de Araújo, Claudio Cezar Henriques, Francisco Venceslau dos Santos, Luiz Fernando Dias Pita, Luísa Galvão Lessa Karlberg, Manoel Pinto Ribeiro, Márcio Luiz Moitinha Ribeiro e Roberto Acízelo de Souza.

Na seção de entrevista, o professor Claudio Cezar Henriques descreve sua sexta edição de um tratado sobre o novo acordo ortográfico.

Finalmente, o NOTICIÁRIO reproduz as atividades da ABRAFIL no primeiro semestre de 2016, com palestras e livros publicados por nossos acadêmicos.

MANOEL P. RIBEIRO
EDITOR-CHEFE

ENSAIOS

RESISTÊNCIA (AMÓS COÊLHO DA SILVA -UERJ E ABRAFIL)

Resumo

Neste artigo procuramos mostrar o pensamento do autor David José Pérez que nos apresenta o Homem como criação divina de uma religião monoteísta, fundamentada na Bíblia cujos princípios possibilitaram a fraternidade cristã e judaica como característica universal.

Palavras-chave: Bíblia; Cristianismo; Judaísmo; Universalismo.

Abstract

In this article look for to show the thought of the author David José Pérez that presents us the Man like divine creation of a monotheistic religion, based in the Bible whose principles made possible the Christian and Judaic fraternity like universal characteristic.

Keywords: Bible; Christianize; Judaism; Universalism.

1 - Introdução

O que fez fixar o latim na Península Ibérica? Certamente não foi apenas pela estruturação linguística do latim como língua superior às dos conquistados e às dos conquistadores que o superaram na Península, então em dado momento, como povos invasores do Império Romano. O que o tornou definitivo também não foi pelo seu caráter de assimilador das outras culturas, que a nosso ver foi um comportamento virtuoso como ocorreu com os etruscos e, principalmente com os gregos, a despeito de isso ajudar muito. De ambos herdou o latim aspectos importantíssimos, hoje tão presentes em nossos dias. Do primeiro, o etrusco, veio o arco arredondado que permitiu edificações quase indestrutíveis, como duas presentes no Rio de Janeiro: os Arcos da Lapa e aquele que sustenta a autoestrada Lagoa-Barra contra ressacas violentas de alto mar, causando inveja as engenharias mais modernas do século XXI, devido à qualidade de segurança e elegância. E os antigos romanos as construía, como barro e dejetos vulcânicos, com o objetivo de levar água de um ponto a outro, donde o nome aqueduto, que significa que

conduz água. Do segundo, vieram muitos objetos, como o teatro, os jogos olímpicos, a literatura, a filosofia, a filologia etc.

Mas a sobrevivência romana na Península Ibérica não se deu tão só por causa de monumentos tão extraordinários como os citados acima. Houve um cimento, uma liga, quiçá indestrutível: a fé cristã, que é proveniente dos judeus. É verdade que as olimpíadas difundem a confraternização. Mas o universalismo, inerente ao judaísmo, é garantia indiscutível da fraternidade ocidental, sustentada na Bíblia, o livro mais lido no mundo. O Papa Francisco, por exemplo, apoiado nos princípios da Bíblia, ajudou a aproximação entre os governos de Estados Unidos e de Cuba nas relações diplomáticas. Trata-se de aproximação que seria impossível quanto aos interesses comerciais ou qualquer outra forma de racionalização para relacionamento político entre eles.

Era nisso que David José Pérez trabalhava: a questão judaica e o universalismo como compromisso fraternal e religioso. Traduziu “Santuário desconhecido”, de Aimé Pallière, um estudo dos textos bíblicos, em perspectiva da “sua expansão espiritual mais elevada e a evidente fraternidade humana, que flui da pregação dos Profetas de Israel, e respectivo desenvolvimento na doutrina sinagoga.” (FALBEL, 2005: 352)

O professor Nachman Falbel é um historiador consagrado pela excelência de suas pesquisas. Estudou sobre David José Pérez durante trinta anos para editar “David José Pérez: uma biografia” em 540 páginas. Sendo que “biografia” exprime o que defendia e construía David José Pérez ao longo de sua vida. Esta obra foi prefaciada pela ilustre aluna de David. Além do prefácio, ela pôde salvar uma coleção de revista denominada *Columna*, cujo editor fora David José Pérez. Esta revista é o primeiro documento periódico, de cunho judaico, no Brasil, portanto, uma peça do museu judaico. A Ester Kosovski, prefaciadora do livro, reputa a obra em tela como uma pesquisa sociológica e histórica do século XX pela qualidade de fotos, textos e documentos preciosos com estruturação meticulosa, pois se trata de uma pessoa, David José Pérez, que faz a diferença com sua presença no mundo contra o pessimismo, dado o seu idealismo.

2 - A questão do esquecimento

Na obra “Lete: Arte e Crítica do Esquecimento”, de Harald Weinrich, registra o “Prefácio”: *Ninguém está a salvo do esquecimento. Todos já passaram pela experiência de ter esquecido uma coisa ou outra, ou mesmo de ter esquecido completamente muito do conhecimento adquirido.* É notável que a principal forma de dizer “verdade” em grego apresente tal estruturação

etimológica: ἀλήθεια, *alétheia*, *verdade*. Sendo que ‘lete’, *esquecimento*, e o prefixo “a-”, sentido privativo ou negação, ou seja, “verdade” é, neste signo linguístico, o não esquecido, ou ainda, a lembrança de particulares impressões que os órgãos do sentido registram e nestes registros há sempre distorções. Enfim, descobrir que se diz “verdades” não é menos que dizer “experiências dos nossos órgãos” do sentido, é chegar ao ponto de refletir sobre as nossas ilusões do que pensamos. Dito de outro modo: somos aquilo que somos como uma cosmovisão pessoal!? Ou: “verdade” é o que é uma opinião!? No mito grego, “lete” se personifica como o rio Lete, o rio do esquecimento.

Quando o herói Eneias encontrou seu pai Anquises à beira dos rios infernais, após saudações, este lhe explicou que aquelas almas que afluíam à barca de Caronte, a fim de alcançar o julgamento de Plutão, dado o esforço de ter conseguido atravessar os rios tenebrosos no Hades, em latim, Inferno, a morada inferior de muitos deuses, que formavam séquito de Zeus Ctônio. Primeiramente, a passagem da *Eneida*, nos apresentando a “vida” como um dom, um privilégio:

- ‘Dic’ ait ‘O virgo, quid volt concursus ad amnem?
Quidve petunt animae, vel quo discrimine ripas
hae linquunt, illae remis vada livida verrunt?’*
- 320 *Olli sic breviter fata est longaeva sacerdos:
‘Anchisa generate, deum certissima proles,
Cocyti stagna alta vides Stygiamque paludem,
di cuius iurare timent et fallere numen.*
- 325 *Haec omnis, quam cernis, inops inhumataque turba est;
portitor ille Charon; hi, quos vehit unda, sepulti.
Nec ripas datur horrendas et rauca fluenta
transportare prius quam sedibus ossa quierunt.
Centum errant annos volitantque haec litora circum;*
- 330 *tum demum admissi stagna exoptata revisunt.’*
*Enéias, pois, admirado e comovido com o tumulto, fala:
‘Diga, ó virgem, porque deseja reunida ao rio (a multidão)?
Ou o que pedem estas almas? Ou porque motivo estas (mais próximas)
deixam as margens (e) aquelas cortam as pálidas águas com os remos?
A este a velha sacerdotisa respondeu brevemente assim:
‘Ó filho de Anquises, prole certíssima dos deuses,
vês as águas profundas do Cocito, e lagoa Estígia,
cujo poder os deuses temem jurar e ludibriar a divindade?
Toda esta turba, que vês, é pobre e sem túmulo;
Aquele barqueiro é Caronte; estes que a água leva foram sepultados.*

Nem é concedido passá(-los) para as margens horrendas e sussurrantes correntes.

Antes que os ossos tenham descansado nos seus aposentos.

Andam errando e voam em volta destas praias cem anos;

Enfim, só então, admitidos, visitam de novo as águas desejadas.

Ora, Caronte só deixa embarcar, rumo ao julgamento de Plutão, algumas almas; outras, depois de cumprida a errância de cem anos, se conquistarem, conforme v. 328 *sedibus ossa quierunt, (quando/se) os ossos descansarem nos seus aposentos*. Tais aposentos são a terra, uma vez que, certamente, “homem” pertence etimologicamente ao elemento *humus*: em Ernout et Meillet, lê-se *V. le derive homo*. O radical indo-europeu comum a ambos é **hom-*, “terre” *pour expliquer l’adverbe osco-ombrien (...)*(Idem, ibidem). Portanto, o homem deveria ser “humilde”, que é outro derivado que ostenta a condição “humana” original, e não se sentir “humilhado”: desviado ou exilado dentro da criação. Junito Brandão (1994: 316) traduziu uma passagem da *Iliada* (XXIII, 711) que confirma a necessidade do sepultamento: *Sepulta-me o mais depressa possível, para que eu cruze as portas do Hades*.

Então, buscavam tomar goles de água do rio Lete, conquistarão com este ato o dom de vir à luz, mas deveriam esquecer tudo viram lá, todos que suportam adversidades e cumprem castigos merecidos, receberão a vida de novo como um dom:

quisque suos patimur manis. exinde per amplum

mittimur Elysium et pauci laeta arva tenemus,

donec longa dies perfecto temporis orbe 745

concretam exemit labem, purumque relinquit

aetherium sensum atque aurai simplicis ignem.

has omnis, ubi mille rotam volvere per annos,

Lethaeum ad fluvium deus evocat agmine magno,

scilicet immemores supera ut convexa revisant 750

rursus, et incipiant in corpora velle reverti.’

- Todos nós sofreremos em nossos manes os merecidos castigos.

Depois (da purificação) somos enviados ao amplo Elísio

e aos poucos os que ocupam estes campos alegres,

enquanto o correr dos anos destrói a impureza material,

e deixa pura a origem celeste no (estado) de simples fogo da aura / do sopro.

Um deus aí evoca, por decorrer mil anos, com um grande gesto, às águas do Lete,

*É claro esquecidas do passado para que revejam a abóbada celeste
e recomecem a querer voltar em (novos) corpos.*

Harald Weinrich, ao partir do latim e admitindo esta antiga ferramenta linguística como princípio “para muitas linguas europeias e também para o uso especializado das ciências” (2001: 17), retoma o depoente “oblivisci”, no sentido exato da definição de Mattoso Câmara. Dicionário de Filologia e Gramática (verbetes DEPOENTE): *de início eles indicavam uma voz reflexiva ou medial*. Ressalta ainda que a substantivação há de se dar no plural como emprego geral, o que é notável, pois “oblivia”, neutro plural, indica a multiplicidade de coisas que devem ser esquecidas, como veremos mais baixo. Cita então uma passagem com Fernando Pessoa:

“Ah quanta vez na hora suave
Em que em esqueço...
Não ignoro o que esqueço.
Canto por esquecê-lo.
Procuo despir-me do que aprendi.
Procuo esquecer-me do modo de lembrar
que me ensinaram.”

Em Machado de Assis, há uma relação entre o “esquecimento” e o “tempo”, como *la durée intérieure, a duração interior...* A personagem Brás Cubas lamenta como o condutor do carro, *estribeiro OBLIVION* (c. CXXXV, Oblivion), do tempo, retomando a divindade Saturno, *que anda muito aborrecido* (Idem, ibidem) e cujas festas Saturnais lembram a *Idade de Ouro*. O bruxo do Cosme Velho se singularizou em relação aos seus coevos justamente por notar a principal angústia humana: o tempo como experiência humana. Podemos lê-lo nesta passagem (Esaú e Jacó, c. XXXIII): “O tempo é um tecido invisível em que se pode bordar tudo, uma flor, um pássaro, uma dama, um castelo, um túmulo. Também se pode bordar nada. Nada em cima de invisível é a mais sutil obra deste mundo, e acaso do outro.” O drama humano se encena como feliz quando “Não há como a paixão do amor para fazer original o que é comum, e novo o que morre de velho.” (*Memorial de Aires*, 1889, c. 13 de março)

A sua referência ao relógio é um duplo: um tempo cronológico, nas crônicas com textos atribuídos a um relojoeiro ou tematizando o “relógio” na metáfora do “O tempo, esse químico invisível, que dissolve, compõe, extrai e transforma todas as substancias morais....” (Iaiá Garcia, c. I) E outro

psicológico, que simboliza a voracidade do tempo, ou como diria o próprio Machado “um rato roedor das coisas...” (Idem, c. XXI), numa alusão a expressão ovidiana “Tempus edax rerum, o tempo é um roedor das coisas” (*Metamorfoses*, XV, v. 234) A sentença de *Eclesiastes* (*Prólogo, na tradução latina da Vulgata*) *Nihil sub sole novum, Nada de novo sob o sol*, uma alegoria da vida cíclica no homem, que, *nu e desarmado*, cumpre a vida como *uma regularidade de calendário* (Memórias Póstumas de Brás Cubas, c. VII, *O Delírio*) é uma recorrência temática de Machado.

3 - Reflexões sobre a guerra e o positivismo

Na expressão de David José Pérez “Augusto Comte devassou os horizontes dessa filosofia humanística [a tradição cartesiana, a filosofia Copérnica, a visão kantiana etc.] e formou a *Religião da Humanidade*. A mais bela concepção de espírito em favor da liberdade humana: o positivismo.” (p. 366) Aí lê David a herança do positivismo: o seu cunho fraternal. E reconhece que a Primeira Guerra Mundial foi um retrocesso na evolução da humanidade. Doravante a circulação pelo mundo se tornou muito difícil. Veio então a Segunda Guerra e a intolerância se exacerbou. Neste mesmo ensaio, intitulado “Conversando com o Leitor”, exprime em latim a mesma perplexidade como a que Tácito fez nos *Anais* (I.3-4) *quotus quisque reliquus qui rem publicam vidisset? Quão poucos restam que teriam cuidado da república?* Tácito disse a expressão “rem publicam” em relação ao governo de Roma como símbolo do “bem comum”, a interrogação, no entanto, a coloca em relação aos interesses subjetivos do poder pelo simples poder, quer dizer, governo subjetivo que pode se direcionar para a intolerância.

Discorre em seguida sobre a tragédia do massacre perpetrada pelo nazismo. Constata, portanto, a Bíblia como livro intocável. O que está neste livro é a verdade, pois explica *causa rerum, a razão das coisas*.

Na “Mensagem aos estudantes judeus”, observa:

Eu só tenho a dizer o seguinte: não podemos sair da linha traçada dos nossos antepassados. Este é o meio de resistir a tudo. Não é possível querer acompanhar um ambiente que deterioriza, que destrói princípios seculares conservadores e que nos conservam, porque, se acompanharmos essas correntes, em breve o judaísmo desaparecerá. (p.388)

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Dicionário Mítico-etimológico da Mitologia e da Religião Romana*. Petrópolis, Vozes, 1993. Volume único.
- CARVALHO, Castelar. *Dicionário de Machado de Assis: língua, estilo, temas*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.
- CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire Étymologique de la langue Grecque*. Paris: Klincksieck, 1999.
- FALBEL, Nachman. *David José Pérez: um Biografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- GAFFIOT, F. *Dictionnaire Illustré Latim Français*. Paris: Hachette, 1934.
- MACHADO DE ASSIS. *OBRA COMPLETA*. v. I. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1971.
- WEINRICH, Harald. *Lete: Arte e Crítica do Esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Obs. : Todas as obras latinas podem ser lidas diretamente no “site”
<http://www.thelatinlibrary.com/index.html>

HEMETÉRIO JOSÉ DOS SANTOS, o demolidor de preconceitos

(ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO -ACADEMIA
BRASILEIRA DE FILOLOGIA E UFRJ)

Resumo

O presente ensaio visa ao exame das obras didáticas para o 1.º e do 2.º graus editadas e reeditadas pelo educador maranhense Hemetério José dos Santos, professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, alvo de referências elogiosas de gramáticos coevos, bem como de seu pronunciamentos contra o preconceito racial.

Palavras-chave: maranhensidade, migração interna, trabalho servil, preconceito racial, educação e cultura.

Summary

This essay aims to examine the textbooks for the 1st and 2nd degrees edited and re-edited by maranhense educator Hemetério José dos Santos, College teacher Military Rio de Janeiro, the subject of laudatory references coeval grammarians and his pronouncements against racial prejudice.

Keywords: “maranhensity”, internal migration, bonded labor, racial prejudice, education and culture.

Nascido em berço pobre, sabe-se lá quanto sofrimento e quanto preconceito ele teve de romper para chegar ao ponto que chegou. É, pois, com indisfarçável saudade que ele fala da infância. Foi discípulo, no Colégio da Imaculada, na capital maranhense. Daquele que seria o futuro senador Benedito Leite. Ai foram discípulos dos padres Castro, Fonseca e Purificação. Também não regateia admiração e respeito pela geração que antecedeu à dele. Nada melhor do que suas próprias palavras para dizer dessa admiração e dessa saudade:

É verdade que se passara o tempo da coorte guiada pelo espírito doutrinador de Sotero, mas o clarão da obra fecundada do filólogo, inda estava perto, não bruxuleava mortiça e apagada como hoje. A cultura anterior fora pingue e farta, e por isso as socas verdejavam

então prometendo frutos que vieram e daí chorosos se retiraram em bandos, acompanhando as grandes levas de trabalhadores servis que se venderam, e profundamente despovoaram arruinando a terra de seu nascimento.”

Para que não subsista nenhuma dúvida a respeito do texto, o termo *socas*, que significa folhas de variada vegetação, está metaforicamente usado; trabalhadores servis são os termos que eufemisticamente se empregavam em lugar de escravos; e se venderam está mesmo na voz passiva analítica em lugar de foram vendidos.

Ao mesmo tempo em que iniciava a marcha em direção da gradativa abolição da escravatura, a lei do Ventre Livre também inscreveria nas páginas de nossa história o início da diáspora maranhense por estes brasis. Mais uma vez, ouçamo-lo:

“Uns procuraram o sul, Rio de Janeiro e São Paulo, com especialidade; e se acomodaram no funcionalismo público, no magistério, na imprensa e na literatura ligeira; e outros, os mais fortes e audazes, se nortearam pelo Pará e pelo Amazonas, e buscaram, no comércio e nas empresas particulares, dignificar a instrução que haviam adquirido nas escolas de nossa amada província. Eram o escol da juventude culta que acompanhava os trabalhadores da lavoura que, tristes e algemados, ignominiosamente se vendiam, porque o ventre humano deixara de produzir escravos.”

E assim veio ter à corte o mestre negro maranhense, para ensinar seu saber e demolir preconceitos. Na dedicatória daquela carta pode imaginar, na citação dos versos de Gonçalves dias, a dor da separação: “Ao meu Maranhão / que não cessei de querer-te / Pesar do quanto sofri.”

Embora tenha vindo da província, onde imperava o cânone clássico e lusitano, Hemetério encontraria a corte em instante de grandes mudanças nas letras. Em 1878, Pacheco da Silva Junior iniciara seus coevos no Comparativismo dos neogramáticos com a sua pioneira Gramática histórica da língua portuguesa. Os anos 80, em cujo início Hemetério publicou, nesta cidade, sua primeira obra pedagógica – uma antologia de textos seus para a infância, há muita novidade no meio filológico brasileiro. O mineiro de Sabará, mas santista adotivo, Júlio César Ribeiro, dá uma guinada atualizadora em 1881, com sua Grammatica portuguesa, que declaradamente deixa de ser prescritiva para ser apenas descritiva dos atos da comunicação, segundo a lição de William Dwight Whitney. O médico e filólogo sergipano, radicado

no Rio de Janeiro, Maximino Maciel, em 1887, publicaria sua *Grammatica analytica*, cuja décima edição dataria de 1926. E o século começa a encerrar-se com a publicação, em 1890, dos clássicos *Serões gramaticais* do mestre baiano Ernesto Carneiro Ribeiro. Sepultando a fase empírica, Júlio Ribeiro, com sua gramática, iniciara em Santos, aquilo que Antenor Nascentes chamaria de período gramatical.

Fruto de longo tirocínio no ensino do idioma, três obras de Hemetério se destacam, a saber: a antologia de que se falou há pouco, e duas gramáticas, uma primária (com duas edições) e uma secundária (com três). Para aquela primeira obra, editada no Rio de Janeiro, dirigida à infância² Hemetério redigiu cerca de duas dezenas e meia de textos curtos e de nível elementar, recontando lendas brasileira; falando de história, geografia e artes; como a dança; ensinando noções de moral de higiene; explicando fenômenos meteorológicos e comentando os novos inventos, como o aeróstato; apresentando grandes nomes de nossa história, como Caxias, Osório, o visconde do Rio Branco, Betencourt da Silva e Cândido Mendes de Almeida. Enfim, que se deve respeito e admiração às mulheres e que se deve amar a Deus acima de tudo.

A terceira edição aumentada de sua Gramática portuguesa³ para o segundo grau assume uma posição corajosa contra os partidários daquilo a que ele chama de reforma da pseudo-ortografia etimológica (era adepto da sônica e analógica) e aconselha os leitores a entendê-lo melhor, consultando a gramática latina de Guardia e o dicionário etimológico de Michel Bréal, duas de suas confessadas fontes.

A disposição e organicidade dos assuntos tratados nas três partes em que se divide sua gramática revelam—no a par dos avanços nessa matéria, aos quais empresta sua contribuição, a saber:

- * Com propriedade, destaca a Fonética, que que estuda o mecanismo articulatório; enquanto na Fonologia estuda os elementos constitutivos dos vocábulos, o fonema. Nessa primeira parte da obra estuda a ortografia, e, na linha de Paulino de Brito (1907), o problema da fonética sintática da colocação dos pronomes átonos.
- * 2. Na Morfologia (2.^a parte), numa clara compreensão da solidariedade entre os elementos comuns à morfologia e à sintaxe, chama as palavras de partes do discurso. Delas, porém, distingue a interjeição, a que chama de palavra particular.
- * No item Campeonomia, reúne o estudo das palavra invariáveis, as

flexões nominais e verbais, os afixos, os tempos verbais e a formação das palavras. Em face do acréscimo do sentido aportado pelos prefixos aos radicais, chama de composição a esse processo de formação das palavras.

- * Na Sintaxe (3.^a parte), além de estudar a estrutura do período, inclui aí a concordância e a metrificacão.
- * Enfim, com a inserção de textos literários, a partir da segunda edição da obra, visava à aplicação dos conceitos gramaticais na contraparte concreta da norma literária da língua escrita.

Por tudo isso, o mais reeditado gramático daquela época, Maximino Maciel, refere-se à obra de Hemetério nos seguintes termos:

É de imprescindível justiça confessarmos que, muito anteriormente às grammaticas de Alfredo Gomes, Pacheco e Lameira, e João Ribeiro, já havia Hemetério dos Santos elaborado uma Grammatica elementar em que, nas suas linhas gerais, se esboçavam com segurança as novas doutrinas philologicas mapplicadas à discencia do vernáculo. Esse seu trabalho, hoje augmentado, refundido com o titulo de Grammatica portuguesa, publica em 1907, constitue um dos nossos excelentes compêndios de língua portuguesa, reflexo da erudição do autor da matéria.

O sinete da negritude inspira-lhe a conferência a conferência Pretidão de amor pronunciada a 23 de novembro de 1905, no Grêmio das Senhoras, da cidade do Rio de Janeiro. Essa conferência também teve duas edições cariocas sucessivas, ambas da tipografia dos Anais, uma naquele ano, outra no seguinte. Na plateia repleta de senhoras, uma amostra da inteligência brasileira daquele tempo. Para ouvi-lo, ali estavam Medeiros e Albuquerque, Manuel Bonfim, Nestor Victor, Pedro Couto, Gustavo Santiago, Goulart de Andrade, Floriano de Brito, Curvelo de Mendonça e Maximino Maciel.

Na conferência, um passeio pelo tópico da paixão entre pessoas e personagens de raças diferentes. Entre os nomes da história, Camões e Bárbara (“Esta é a cativa / Que me tem cativo; / E pois nela vivo, /É força que viva” ; Gregório de Matos e as moças pardas baianas Teresa e Maraquita; Domingos Caldas Barbosa e suas fãs brancas dos saraus lusitanos; Antônio Gonçalves Dias e a maranhense branca, cuja mãos lhe fora negada – Ana Amélia do Vale; e o casal perfeito Gonçalves Crespo e

Maria Amália Vaz de Carvalho. Repare-se: tácita ou explícita, clara ou simplesmente insinuada, uma paixão a cada século, a que faltou a de Machado de Assis com sua eterna Carolina.

Na arte, a do escudeiro branco com a moça pretezinha (e não pretazinha) do Juiz da Beira, de Gil Vicente; bem como a citação recorrente da paixão suscitada por Sulamita a Salomão, essa na pena de vários escritores. O fio condutor da conferência para tantas senhoras da alta sociedade carioca (o que era de admirar para aqueles dias comportados) é a afirmação do orador de que o amor exigia o contato de todos os cinco sentidos das pessoas amantes, a saber: audição, visão, tato, olfato e paladar.

Ao fim e ao cabo destas considerações, pode-se concluir que, por maior que tenha sido, como foi, o legado deixados pelos herdeiros de João de Barros que foram feitos patronos da Academia Brasileira de Filologia, os maranhenses que somos os seus continuadores naquele sodalício ainda não demos conta de resgatar a dívida intelectual que temos para com aquele humanista e gramático português. Entre os quatro patronos cujas obras têm sido ali examinadas, cada uma por um viés diferente, é mister reconhecer que o último biografado em nosso livrinho A herança de João de Barros e outros estudos, editado pela Academia Maranhense de Letras em 2003, com uma bela apresentação do acadêmico Jomar Moraes, o grande intelectual negro maranhense Hemetério José dos Santos, mercê de sua vasta e sólida cultura humanística e filológica, demolindo preconceitos arraigados na sociedade de então, dignificou a negritude que seus pais lhe legaram, honrou o berço pátrio onde viu brilhar seus primeiros dias, e escancarou seu coração para o amor e para a liberdade.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Hemetério José dos. Carta aos maranhenses (duas edições cariocas em 1906, a saber: uma do Jornal do Comércio, outra de E. Bevilacqua, com 22 páginas; O livro dos meninos /contos brasileiros de acordo com os processos modernos , Rio de Janeiro Acadêmica, 1881; Gramática portuguesa [...] adotada na Escola Normal do antigo Distrito Federal. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1913, 269 págs.

MACIEL, Maximino. Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas. 10.^a edição. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1932.

DAVID JOSÉ PEREZ

(ANTÔNIO NUNES MALVEIRA – PEDRO II E ABRAFIL)

Resumo

De origem judaica, David José Perez se tornou um dos maiores filólogos que o país já conheceu. Sua preocupação com o ensino e, em particular, com os jovens, era imensurável. Devemos a ele também a fundação do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro

Palavras-chave – ensino – filologia.

Summary

Of Jewish origin, David Jose Perez became one of the greatest philologists that the country has ever known. His concern with teaching and in particular with young people was immeasurable . We owe it also the foundation of the Teachers' Union of Rio de Janeiro

Keywords - teaching - philology .

David José Perez nasceu a 1.º de março de 1883, na cidade de Breves, no Estado do Pará. Seus pais, Joseph Pérez, alfaiate, e Cotta Mhaudy Perez, eram imigrantes vindos de Marrocos, África.

Nas notas que deixou escritas – memórias em miniatura – e que se encontram em poder de seu filho, Dr. Abner Joseph Perez, David Perez recorda as escolas primárias que frequentou, em Itacoatiara e Gurupá, e assinala efetivamente a dedicação das professoras.

Seu pai, depois do falecimento da esposa, ocorrido em 12 de outubro de 1893, deixou o Brasil, à procura de um lugar mais consentâneo à sua profissão, fixando-se em Tanger, Marrocos, onde o jovem se educou, e lá permaneceu de 1895 a 1919.

Em Tânger, David Perez estudou na Aliança Israelita, tendo como professor de Hebraico e tradições judaicas, o Rabino Mossé Taurel.

Com o segundo casamento do pai, e o desentendimento com a madrasta, cresceu nele a vontade de retorno. Regressou à Amazônia em companhia

de uma irmã. Estava, então, com dezessete anos. Veio, gostou e ficou para sempre. Com isto lucrou o Brasil.

Em Breves, trabalhou no comércio; mas, como tinha aspirações mais largas, resolveu mudar-se, de vez, para a capital da República. Aqui, de início, naquele Rio de Janeiro do princípio do século, a colocação que encontrou foi numa papelaria na rua da Quitanda, n.º 39. Nunca teve pendor para o comércio. Sua vocação sempre foi para as letras, apesar de ter sonhado com a medicina.

No entanto, a batalha titânica pela subsistência mudou-lhe o caminho e delineou-lhe novos horizontes. As atividades comerciais que, para muitos, são fontes de prazer e de esperanças, para o futuro professor não passavam de uma prisão para sua inteligência especulativa. Aquele mundo estreito não era o seu, sua alma desejava alçar voos mais elevados, pois seu mundo era mais profundo e contemplativo. Precisava alcançá-lo, e a força de sua vontade conduziu-o ao seu destino, bem mais sublime.

Em 1906, com 23 anos, resolveu continuar os estudos. Matriculou-se no Ginásio Pio Americano onde acumulou as funções de inspetor de alunos com a de professor primário, lecionando português e história. E ali concluiu o curso preparatório.

Em 1916, formou-se em direito; 1918, doutorou-se em ciências econômicas. Casou-se com dona Clementina do Monte Moreira Pérez, de tradicional família alagoana, de formação cristã. Pérez nunca se prevaleceu da influência política do senador Clementino do Monte para galgar boas colocações nem prebendas. Todos os empregos que conquistou durante a vida foram através de seus prolongados estudos, ou por intermédio de concursos públicos. Só o mérito foi-lhe o aval do galardão.

Sempre foi um professor admirado e querido pelos seus alunos, em virtude da maneira afável como tratava os educandos – numa época em que ainda estava viva a figura do *magister dixit*.

Compreendia como poucos e em profundidade a alma angustiada dos moços. Colocava a juventude estudantil nas alturas, pois sabia que com aqueles jovens irrequietos prepara-se o futuro grandioso do Brasil. Daí a necessidade de uma didática persuasiva, exemplar, afetosamente conduzida, e respeitosa aceita pelo reconhecimento reverente dos discípulos.

Nunca se mostrou amargurado com a carreira que abraçou, porque atendeu ao chamado do seu mundo interior, sempre em sintonia com as coisas transcendentais e com sua alma profundamente religiosa.

Formado em direito, poucas vezes frequentou o fórum; caso tivesse se dedicado aos estudos jurídicos, teria sido um grande advogado, pois era aquinhoado de alto grau de inteligência rápida e ágil, de capacidade de raciocínio, tudo isto aliado aos vastos conhecimentos de filosofia, sociologia e economia, matérias imprescindíveis aos que se dedicam e se dedicam e se destacam na interpretação das leis. Foi jornalista, colaborou em inúmeras revistas e jornais.

Era um espírito universal, que muito se preocupava com os destinos da humanidade. Em 1914, o jovem professor acompanhava com os alunos a marcha da guerra, mostrando-lhes os males do conflito. Na época, lecionava história universal no Ginásio Pio Americano, e os professores se dividiam em dois grupos: os germanófilos e os aliadófilos; entre estes, um dos mais exaltados, senão o mais, era David Perez. Na sua sala de estudos, estava sempre presente um mapa da Europa, crivado de alfinetes com cabeças coloridas, com os quais ele assinalava os movimentos dos exércitos que, na época, se digladiavam no Velho Mundo.

Em 1917, quando os ingleses ocuparam Gaza, e depois derrotaram os turcos, para a dez de novembro entrarem em Jerusalém, David Pérez, num artigo que escreveu, intitulado *Solução do Problema Judaico*, preconizou a criação do Estado de Israel, com as características do atual.

Apesar de ter exercido o jornalismo, foi através do magistério que se tornou conhecido, pois era sempre solicitado para lecionar em colégios importantes, tais como: Colégio Pio Americano, Externato Gabalda, no curso anexo à Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, no Colégio São José, no Colégio Sagrado Coração de Jesus, na Escola Superior do Comércio, no Ginásio Federal, no Externato Bôscoli, no Externato Vieira Lima, no Colégio Maguen David (Hebreu-Brasileiro), no Instituto de Eletricidade Prática, no Lycée Français, na Faculdade de Teologia, na Escola da Sociedade das Damas Israelitas, no Instituto Jurema, no Curso de Cultura Geral, no Curso Bertelot, no Curso de Comissário da Armada, no Curso Pré-Médico, no Pré-Odontológico, no Colégio Accioli (a convite de seu ilustre proprietário), no Paulo de Frontin, no Curso Pré-Jurídico da Faculdade de Niterói, no Curso de Ex-tensão Universitária da Escola Superior de Comércio, no Complementar de Direito da Universidade do Brasil, no Complementar da Faculdade de Medicina, e outros estabelecimentos de ensino; o espaço é pouco para enumerá-los a todos.

Na década de 40, ministrou, à noite, gratuitamente, na Sociedade Teosófica Brasileira, um curso de hebraico, com a finalidade de divulgar a

riqueza cultural da língua de Moisés. Ali, sua cultura rabínica e teológica, invulgarmente, deixou as manifestações da sua competência e religiosidade.

Em 1939, com Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro e outros mestres, ajudou a fundar a antiga Faculdade de Ciências e Letras do Instituto LaFayette, onde ocupou a Cátedra de Espanhol, língua que dominava com fluência.

David Pérez foi Diretor do Colégio Hebreu-Brasileiro, atualmente incorporado ao Colégio Talmud Torah-Hertzlia, rua Ibituruna nº 37. Durante mais de 50 anos foi membro da Sinagoga da União Israelita Shell Gumilut Hassadin, da qual foi um dos grandes mentores, destacando-se em palestras religiosas e filosóficas, ligadas à doutrina de seus irmãos de fé.

Criado o Estado de Israel, em 1949, ele sentiu-se realizado, pois havia se batido de corpo e alma pela causa em jornais e conferências.

Depois de instituído o Estado, com voto decisivo do Dr. Oswaldo Aranha, ocupando então a Presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas, lá esteve representando a comunidade israelita brasileira, que lhe financiou a viagem uma vez que ele não dispunha de condições econômicas para custeá-la. Conhecia os lugares históricos como ninguém, através de sólidas leituras, visto ser ele também professor de história geral.

Em Israel, o grupo que representava o Brasil, por ele chefiado, foi orientado por um cicerone na visita aos lugares sagrados. No entanto, sempre que havia falhas nas exposições dos fatos, o velho professor corrigia-as com minúcias de mestre – com sutilezas tais que o guia, de quando em vez, solicitava seus conhecimentos. Estava fundado o Estado de Israel, sonho que parecia perdido na ampulheta do tempo.

Os jornalistas, sabendo de sua persistência pela causa, correram ao seu encontro, ansiosos todos por uma entrevista sensacional.

– Então, professor, o senhor agora vai residir em Israel?

E ele, com sua serenidade peculiar, culto, polido e educado, deu-lhes uma resposta surpreendente:

– Realmente lutei bastante pela criação do Estado de Israel, porque entendia que se tratava de uma causa justa. Agora estou feliz, já que o nosso objetivo foi alcançado, porém não deixarei o Brasil pela nova pátria, pois aqui nasci, amo o meu país, sou antes de tudo brasileiro e daqui não sairei.

Como se vê, era um homem de inabalável personalidade e consciente

de seu valor. Se tivesse optado pela nova pátria, teria ocupado altos postos nas instituições culturais e políticas; mas sua pátria, como disse, era o Brasil, onde descansa para sempre, relembrado pelos amigos e pelos discípulos.

À proporção que avançava na idade, sua fé tornava-se cada vez mais intensa. Faleceu aos 87 anos, em 10 de abril de 1970, no Rio de Janeiro, com a serenidade do justo, do idealista que sempre foi ao longo de sua existência.

Atividades comunitárias

Como se percebe, o professor David Pérez tinha um espírito universal, preocupava-se não somente com os problemas culturais, com a associação de sua classe numa época de dificuldades políticas, mas também com o destino sócio-humano de seu povo, daí a revelação de mais de uma faceta de sua alma solidária.

Até o final da Primeira Guerra Mundial havia, no Rio de Janeiro, poucos judeus, e, além disso, dispersos; e cada um cuidava da sobrevivência, dificultando a realização de cerimônias religiosas, uma vez que, para reunião de tal natureza, são indispensáveis, no mínimo, dez judeus.

Para solucionar o problema, em 1913, um grupo de judeus, do qual participou David Pérez, criou a primeira entidade de ajuda ao imigrante judeu – AKHIEZER (ajuda ao irmão). Dessa data em diante surgiram outras organizações com fins associativos. Em 1917, quando foi feita por Lord Balfour a chamada Declaração Balfour, que permitia a fundação do Lar Judeu na Palestina, David Pérez, com outros judeus, inclusive Jacob Schneider, procuraram deputados brasileiros, em busca de apoio à causa, junto à Liga das Nações, da qual o Brasil era membro.

Esse grupo de pioneiros, além de outros, batalhou pela união dos judeus no Brasil, criando, ainda entidades filantrópicas, ao lado de outras de finalidade cultural, tais como: a fundação de bibliotecas etc. Em 1922, surgiu o Colégio Hebreu Brasileiro, com o objetivo de manter vivo o ensino da cultura judaica. Na década de 1920, também foi edificado o Templo Israelita da rua Tenente Possolo. A criação dessas entidades culturais e religiosas foi um passo decisivo para reunir os judeus, das mais diversas nacionalidades, que viviam no Brasil, à procura de sossego.

David Pérez foi membro da Grande Loja Maçônica da Guanabara, formada de 19 lojas, que se rege pela Constituição de Anderson, tendo caráter presidencialista. Ele, professor ilustre, conhecido no magistério superior, principalmente por causa de sua vasta cultura e integridade moral, foi escolhido

orador da Grande Loja, onde deixou a marca de sua personalidade e fidelidade à instituição a que pertenceu.

Jornalismo

Foi colaborador em revistas e jornais, escrevendo sobre assuntos variados: filosofia, religião e assuntos teológicos.

Em 1916, em plena guerra mundial, fundou com seu amigo Álvaro de Castilho uma revista intitulada *A Coluna*, com a finalidade de defender os interesses do povo judeu no Brasil. Distribuía-se na primeira sexta-feira de cada mês.

A redação e administração da revista ficavam na rua Major Fonseca, n.º 51, São Cristóvão. O primeiro número de *A Coluna* saiu a 16 de janeiro de 1916, encerrando suas atividades em dezembro de 1917; portanto, publicaram-se 24 exemplares.

A revista era bem organizada, e pela sua estrutura parecia fadada a longa existência. No Rio de Janeiro, havia um Agente Geral, o senhor David Hassan, Avenida Rio Branco, n.º 94, onde funcionava uma charutaria; na rua Visconde de Itaúna, n.º 161, ficava o Agente Especial, o senhor David Weissmann.

A Coluna almejava ser o apoio do edifício da futura organização judaica no Brasil. O seu programa era unir os israelitas das mais variadas nacionalidades e lutar pelos seus interesses no Brasil, sob todos os pontos de vista: apresentar os judeus na sua verdadeira identidade religiosa, social e política.

Max Nordau, intelectual de renome, em carta ao professor David Pérez, comunica-lhe que havia recebido o número de *A Coluna* e que o lera com o mais vivo interesse. E mais adiante na mesma carta, publicada no n.º 4 da referida revista, página 45, 1916, afirma: “ Max Simon Sutfeld, cujo pseudônimo era Max Nordau, nasceu em Budapeste, capital da Hungria, a 29 de setembro de 1849, e faleceu em Paris, no dia 22 de janeiro de 1923, aos 74 anos”.

Na sua cidade natal, colaborou em vários jornais, mas sua ascensão cultural se deu na França, para onde se transferiu em 1880. Escreveu novelas, romances e comédias, e também sobre sociologia e filosofia, porém seu melhor trabalho foi *Lês Mensonges Conventionales de notre Civilization*, obra que o

projetou internacionalmente.

Mas, sob o ponto de vista moral, eu saúdo com alegria a criação de uma nova publicação, que se propõe a proclamar nossos altos ideais imutáveis há 3.000 anos, a fazer ouvir a voz dos profetas apaixonados e heroicos da justiça, do direito e da paz, na terra da fraternidade humana e do amor ao próximo.

Como se verifica, a revista, embora não tenha tido a duração talvez esperada, alcançou ressonância que ultrapassou as expectativas, indo além das nossas fronteiras.

A batalha pela classe

Foi um grande lutador pela causa do professor. De 1927 a 1930 presidiu a Confederação do Professorado, a mais antiga associação criada no Brasil, para defender os interesses do magistério – aliás, foi ele um dos fundadores.

Foi presidente da comissão organizadora do primeiro *Almanaque de Ensino*. A comissão teve que enfrentar grandes obstáculos, provocados pela falta de dados – mas muitas faltas foram superadas pela boa vontade de diretores e secretários de estabelecimentos oficiais.

A comissão se preocupava não somente com a causa do professorado, senão também com os programas de ensino e com os assuntos que se prendiam aos interesses gerais da mocidade estudantil. Os membros da comissão ainda prestaram homenagem a notáveis figuras do magistério nacional, como: o matemático Joaquim Gomes de Souza, o inesquecível Fernando Antônio de Raja Gabaglia, o ilustre educador cômico Ozório de Athayde Cruz.

O *Almanaque* tinha exímia organização, pois continha o nome dos professores, seus endereços, as matérias que lecionavam, as repartições e os estabelecimentos onde exerciam suas funções. Nele encontramos nomes de mestres eminentes, como: José Oiticica, George Sumner, Cândido Jucá (pai e filho), Euclides Roxo, Jônatas Serrano, Júlio Nogueira, Oswaldo Serpa, Mário Barreto, José Accioli e outros. Registrava ainda os principais estabelecimentos de ensino, como o Colégio Pedro II, Faculdade de Medicina, de Direito, Escola Politécnica, Escola Naval, dentre muitos outros.

Presidiu a Confederação do Professorado Brasileiro, que ele e um grupo de mestres devotados à causa da educação fundaram em 1926, e que se instalou à rua 7 de Setembro, n.º 59, 1.º andar, Rio de Janeiro. A sua finalidade era organizar a Associação do Professorado. Entre os promotores achavam-se, além de David Pérez, Cândido Jucá filho, Nelson Romero, Oswaldo Serpa,

Uriel Azevedo, Luís Werneck de Castro etc.

De início, a tarefa foi penosa, uma vez que poucas eram as adesões, e poucos os que viam possibilidade na formação da Associação; não existia na época uma nítida consciência de classe.

No entanto, depois de intenso trabalho, a Associação foi crescendo, e em 1927, a assembleia se reuniu para tratar do estatuto, diretoria e conselho deliberativo; o último era órgão técnico, que exercia papel importante naquela sociedade classicista; compunha-se de 12 membros: Abel Pinto, Cândido Jucá Filho, Maria da Glória Ribeiro Moss, Oswaldo Serpa e outros – mais uma vez a presença do nosso Colégio Pedro II.

A obra ascendeu porque foi criada por homens competentes e idealistas e que, por isso, apesar das pedras encontradas no caminho, cresceu e frutificou, pois o ideal sadio vence tudo, até mesmo os indiferentes.

Depois de inaugurada a sede, começou a procura das salas por parte dos professores que desejavam ministrar aulas particulares, uma vez que muitos mestres residiam afastados da cidade, por isso ficavam impossibilitados de aceitar alunos em suas residências, e muitos necessitavam de tais aulas para crescer o salário. A Confederação, com essa medida, resolveu o problema de muitos professores que, sem constrangimento, usavam as salas, e, assim, aumentavam sua receita.

Em março, foram 3 (três) as aulas dadas, em abril houve um acréscimo para 44, em maio, ministraram-se 239 aulas, em junho 333, em julho 352, e em agosto 383.

Como se vê, a Confederação já se tornara conhecida e procurada por quem desejava se aprimorar nos estudos. Já existe otimismo entre os mestres, eles percebem a mudança que o órgão lhes trouxe, dando-lhes apoio social e uma consciência de classe que antes não passava de um mito, de um sonho numa noite de verão. David Pérez, com sua cultura, com seu equilíbrio, conseguiu que aquele punhado de homens acreditasse na natureza humana, na capacidade e eficiência associativas da humanidade: estava traçado o destino, o caminho correto na defesa dos direitos da classe.

A Confederação, pelo seu trabalho pioneiro, porém positivo, foi se projetando na vida carioca. Mas sua presença foi sentida além da capital da República, inclusive no interior do Nordeste, pois o padre Francisco Vitto, diretor do Ginásio de Crato, no Ceará, situado na rua Boa Vista, n.º 238, em carta dirigida ao professor David Pérez, tecia elogios à Confederação, dando-lhe apoio integral, conforme demonstra este fragmento de sua missiva:

Convém notar que me sinto bem ao contribuir para esta obra de verdadeiro patriotismo que é a Confederação. A ela empenho toda a minha solidariedade, porquanto o seu fim é guiar de algum modo a boa causa do ensino na linha do progresso que merece ter, assim como consolidar os interesses da classe que a constitui.

Por outro lado, o professor José Romeu Siqueira, de Campina Grande, na Paraíba, em maio de 1930, pedia ao professor Pérez que lhe indicasse alguns livros, a fim de que ele pudesse se aprofundar em português, aritmética e desenho; além disso, manifestava o desejo de ser sócio da Confederação, apesar da longa distância.

Em 1929, Paulo Eleutério, jornalista em Manaus, professor de história, que excursionava pelo Acre, foi designado pelo professor David Pérez para representar e divulgar, em Rio Branco, a existência da Confederação. O ilustre homem de imprensa hospedou-se no Hotel Madri, e a 11 de fevereiro foi recebido em reunião especial pelo professorado acriano, data em que ele propalou os estatutos da Confederação.

Na época governava o então território do Acre o Dr. Hugo Ribeiro Carneiro, que acolheu com apreço o professor amazonense. No dia 14 do referido mês, o professor Paulo Eleutério, em reunião com o professorado local, propôs a fundação do Grêmio, que, tendo por presidente honorário o Dr. Francisco de Oliveira Conde, secretário-geral do Território e diretor do Ensino Público, ficou assim constituída: Presidente – Professora Clélia Guerreiro Chaves; 1.^a Secretária, Professora Dulce Silveira; 2.^a Secretária, Isolina Seixas Landim; 1.^a Tesoureira, Elisa Pinheiro Chagas; 2.^a Tesoureira, Benvinda Ribeiro.

Comissão de redação de estatutos: Presidente – Professora Clemência Folhadela Taboada, Dalila Cravo e Clarisse Baptista.

A notícia da criação do Grêmio foi publicada no *Jornal do Estado do Amazonas*, em 16 de fevereiro de 1929, e, a 17, na *Folha do Acre*. Em carta, o professor Eleutério, a 15 de março, comunicava a David Pérez o êxito de sua missão.

Nestor Vitor consagrou à Confederação um belo artigo que achamos por bem transcrever, um extrato que demonstra a inteligência penetrante do autor, além do mais, sensível à posição social do mestre:

Ora, se o professor não cuidar por si de seus próprios interesses, não defender-se cada vez mais, cairá da hierarquia que lhe coube até antes da guerra, e, decaindo, há de com isso prejudicar o ensino. Vivendo em situação abaixo de modesta, quase insustentável, como já é a da grande maioria da

classe em nosso país, ele não pode-rá estar em condições normais para exercer a função importantíssima que na sociedade lhe cabe, com proveito para o futuro da nossa terra.

Artigo escrito há mais de 50 anos, mas completamente atualizado.

Dessa Confederação, que começou com poucos, mas que pretendia fazer muito por todos, sem nenhuma discriminação, uma vez que na sede da Associação havia abraços calorosos, extensivos a todos, desde o mais humilde professor até o mais intelectual dos mestres, nasceram grandes perspectivas para o futuro.

Surgiu, assim, naquele ambiente de cordialidade, onde o ideal sublime se colocava acima do egoísmo, o atual Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, sob a égide do inolvidável mestre David Pérez.

E, assim, aos 31 de maio de 1931, no Rio de Janeiro, na rua do Rosário, n.º 149, no primeiro andar, às 15 horas, foi instalado o Sindicato dos Professores, fundado em 24 de abril do mesmo ano, presidido pelo Professor David Pérez, secretariado pelos colegas Erymã Carneiro e Cornélio José Fernandes Netto.

Foi uma tarde de conagração, de fraternidade, sobretudo indelével, que ficou na história. Nos seus estatutos prevaleceu o bom-senso e o equilíbrio — — O Sindicato não tomará conhecimento de questões de ordem sectária, religiosa, social e política, nem de candidaturas a cargos eletivos estranhos à natureza dos sindicatos.

No final dos debates, ocorridos em alto nível, o professor Agrícola Bethlem, que participou ativamente das discussões, propôs à assembleia que os componentes da mesa diretora, presidida pelo professor Pérez, permanecessem nos cargos até a realização das eleições, o que foi aceito por unanimidade.

A ata da instalação foi assinada por 24 professores, e David Pérez foi o primeiro a fazê-lo, ato solene que lhe conferiu o título de Sócio Primeiro, fundador do Sindicato. David Pérez, no entanto, não parou, pois tinha um espírito dinâmico, por isso, continuou se batendo contra o enfraquecimento da classe e, no biênio de 1949 a 1951, ainda presidiu ao Sindicato, lutando pela atualização da Portaria 204, que regulamentou o salário do magistério em função da unidade escolar e do salário mínimo. Na sua administração, no período citado, foi comprada a sede própria do Sindicato dos Professores, na avenida 13 de Maio, grupo 402, que atualmente se acha instalado na rua Pedro Lessa, n.º 35, 2.º andar.

Atividades culturais

No ensino secundário lecionou latim, francês, sociologia, português, literatura, espanhol, inglês, geografia, história, filosofia e grego, matéria que aprendeu com o Dr. Ramiz Galvão, glória do Colégio Pedro II, que, em relatório oficial, indicou o nome de David Pérez para professor do referido Colégio. Em 1944, tomou parte na banca que examinou os candidatos de espanhol no Colégio Militar do Ceará, disciplina que, em 1945, lecionou no Instituto de Educação de Niterói. Em 1947, foi eleito pelos colegas da Academia Brasileira de Filologia para proferir a conferência comemorativa do 4. Já antes, em 1928, foi membro da banca que examinou os candidatos para professor de português no Instituto João Alfredo, em companhia de Daltro Santos, Figueira de Melo, Cristiano Franco, sob a presidência de José Rangel; entre os candidatos encontravam-se os professores Cândido Jucá Filho e Clóvis Monteiro, aquele aprovado em segunda colocação, este em primeiro lugar – o nosso Pedro II brilhando no mundo intelectual da capital.

É mister lembrar que, em 1919, estando vaga a cátedra de espanhol do Colégio Pedro II, aberto o concurso ele resolveu disputá-la, tendo como concorrente o ilustre mestre Antenor Nascentes, que apresentou a tese: *Dos elementos gregos que se encontram no Castelhana*; David Pérez candidatou-se com a tese: *Leis de Formação da Língua Castelhana*, duas excelentes teses que não deixam dúvida aos consulentes. Concurso brilhante, tanto pelas notas obtidas, como pelas notas da Congregação. Da banca examinadora participaram: João Ribeiro, Laudelino Freire, Basílio de Magalhães e Vital de Almeida, presidida por Carlos de Laet; ambos alcançaram a média de 9,6.

O fato aguçou a mente do público interessado pela cultura por ter havido empate das notas, ocasionando dificuldade na solução definitiva. Mas o professor Nascentes era bacharel em Letras pelo egrégio Pedro II, e seu aluno laureado, título obtido por poucos, portanto, de grande valor cultural, que, de fato, decidiu o impasse, dando ao professor Nascentes a primazia da vitória.

O professor Pérez aceitou com grandeza a sentença final da douta Congregação, sem dissabores. No entanto, houve uma tentativa de aproveitar o professor David Pérez na cátedra de espanhol, conforme demonstra o parecer do Dr. Ramiz Galvão ao Exm^o. Sr. Ministro da Justiça, o Dr. Alfredo Pinto, em 1920, página cinco.

Dizia o mestre helenista:

O internato tem seu corpo docente especial, só lhe faltando o professor de grego, cuja cadeira está vaga, desde o falecimento do Dr. Hans

Heilborn. Ora, esta vaga se pode preencher, ou por concurso, ou melhor, pela transferência do Professor Bacharel Antenor Nascentes (atual catedrático de Espanhol) cuja competência é conhecida; e neste último caso a cadeira de Espanhol poderia com vantagem ser provida pelo Dr. David Pérez, classificado em segundo lugar no concurso, a que recentemente se procedeu. A idoneidade deste candidato ficou ali exuberantemente provada.

Como se percebe, o parecer do Dr. Ramiz Galvão foi lúcido e objetivo. Além disso, o nosso respeitado imortal filólogo, Dr. Antenor Nascentes, era um profundo conhecedor da língua de Homero, podendo lecioná-la, não somente no Colégio, mas em qualquer Universidade, com brilhantismo. Muitas e muitas vezes, ele, em nossas aulas de filologia, na antiga Faculdade de Ciências e Letras da Guanabara, deu provas de seus vastíssimos conhecimentos de grego. Porque o caso não foi solucionado não encontramos, nos arquivos e documentos consultados, a resposta das autoridades superiores. David Pérez havia estudado muito na calada da noite, uma vez que o tempo diurno lhe era reservado à luta pela subsistência. Uma estafa se lhe abateu, desmoronando-lhe as energias físicas, o que lhe custou um período de repouso, em Bicas, interior de Minas Gerais, a conselho médico. Não ganhou a cátedra, porém conquistou a admiração dos colegas, pela sua conduta e pela cultura. Carlos de Laet, apesar das divergências religiosas, solicitava-o, de quando em quando, para participar de bancas examinadoras. Suas tarefas eram inúmeras, as mais das vezes estafantes, contudo, sempre encontrava um espaço de tempo para aprofundar-se nos estudos clássicos.

Em 1935, quando se abriram as inscrições para a cátedra de latim, ele novamente concorreu à vaga com a tese: *A Influência do Hebraico no Latim*, inédita, talvez a única até hoje no assunto, em nosso País¹.

Desta vez, a banca foi constituída por José Accioli, Padre Minella, Hahnemann Guimarães, de Laura Meyer e Matos Peixoto. Seu adversário foi o latinista e erudito professor Nelson Romero; mesmo assim, David Pérez obteve a segunda colocação.

A sua tese começa com uma dissertação dos povos que navegavam no Mediterrâneo, o intercâmbio comercial entre eles, o que facilitava o contato das línguas.

1- Assinale-se a carta de David Pérez ao preclaro João Ribeiro, em 1919, sobre a palavra *Mazal*, oferecendo-lhe uma sugestão etimológica que o sábio filólogo rejeitou primeiro, mas por fim, adotou-a em 1926 (Cf. Cândido Jucá (filho), discurso citado).

Na página 8, cujo título é *ISRAEL E ROMA* ele mostra que o vencedor romano, depois de muitos decênios de pugnas no Oriente, pôde, enfim, cunhar nas suas moedas o fato culminante das suas atividades militares; *Judea Capta* – o vencedor é que foi captado pelo vencido.

E, mais adiante, destaca que o seu efeito, já nos primeiros tempos era sensivelmente dominador; notamo-lo em todas as referências aos judeus nas literaturas daqueles tempos. E os apegados ao paganismo romano se lamentavam de haverem procurado conquistas na religião judaica.

É o que faz Rutilius Numantianus dizer: “Atque utinam nunquam Judaea subacta fuisset Pompeii bellis imperioque Titi! Latius excisise pestis contagia serpunt. Victores que suas natio victo premit”.

Na página 11, o autor se refere à fonologia; nas páginas 15 e 16, aos radicais e vocábulos, tais como *abbas*, *battus*, *magus*; é um trabalho de percuciente pesquisa, no qual o autor revela vastos co-nhecimentos de linguística e história comparadas, como também o domínio do latim, hebraico e grego. Em 1942, surgiu-lhe outra oportunidade, também em latim; ele, incontinenti, candidatou-se com a tese: *Carmen Saeculare de Horácio*, mas não chegou a submeter-se às provas, visto ter sido acometido de inesperada pneumonia; mas em 1937, em exame de títulos, foi aprovado em 2.º lugar para lecionar latim no colégio que ele tanto amou – o Pedro II.

Sempre mereceu a deferência de seus colegas, não só pela sólida cultura, mas, sobretudo, pela sua conduta social e profissional. Os ambientes culturais e artísticos eram seu mundo, o viveiro sagrado de seu espírito, sempre ao encontro de conhecimentos científicos e da própria verdade.

Em 1954, quando, por imposição legal, foi obrigado a aposentar-se, saudou-o o professor Cândido Jucá (filho), seu amigo e colega da Academia Brasileira de Filologia, instituição que ele ajudou a fundar, tendo como patrono J. Ventura Bôscoli.

Disse o professor Jucá:

Eu conheço este homem. Conheço-o há mais de quarenta anos. Foi meu mestre. Foi meu examinador em concurso. Tem sido meu amigo e meu colega.

Posso dizer de sua ciência, que é vária e profunda. Posso dizer de seu caráter, que é reto e idealista. Posso dizer de sua vida, que tem sido de trabalho e dedicação. Felicitei-me quando meus pares, neste Educatório, me escolheram para saudá-lo. Deram-me o ensejo de vir a

público confessar certas intimidades que, aliás, eu, por temperamento, guardaria comigo.

Em nome do corpo discente, falou o jovem Antônio Monteiro da Silva:

Mesmo aqueles que não foram vossos alunos, neste Colégio, sabem, por tradição, do mestre que fostes”.

E, prosseguindo, diz o bacharelado:

Vossa erudição e cultura humanísticas são hoje patrimônio do Brasil e não existe criatura que lide com a causa do ensino e do saber que desconheça o papel de relevo que, há meio século, tem sido o labor incansável, a produtividade singular, o exemplo de dedicação e desvelo no preparo da mocidade.

Em seguida, falaram os professores Leônidas Sobrinho Porto, Ney Cidade Palmeiro e Boaventura da Cunha.

Não há dúvida, foi David Pérez um batalhador invencível durante sua longevidade, amigo inseparável dos livros, pois deixou um acervo de trabalhos publicados, incluindo traduções. Traduziu e prefaciou o famoso livro de Theodor Herzl – *O Estado Judeu*; também o livro de Edmond Fleg² – *Porque é que eu sou Judeu*. Escreveu *Judaísmo e Universidade*, e também uma pequena *História da Filosofia*; fez várias traduções do original hebraico, de assuntos religiosos; além desses trabalhos, o suficiente para imortalizá-lo, deixou muitos escritos dispersos em revistas, ainda desconhecidos do público.

Ao agradecer as manifestações de apreço que recebeu dos corpos docente e discente do Pedro II, por ocasião de sua compulsória, fez uma confissão de fé no futuro do Brasil, mormente aos jovens:

No Brasil não há motivos para pessimismos ou desânimos. Temos muito que fazer e vós o fareis com certeza. Isto que ledes nos jornais como situação calamitosa, numa grande proporção é obra de desconfiança. Ademais, em todo o mundo, em todos os tempos encontrareis o mesmo.

2- O livro de E. Fleg foi traduzido do Francês sob o pseudônimo de *Gikatila* – 1939, Rio de Janeiro.

Quanto ao Brasil, nestes meus setenta e dois anos, nunca o vi regredir, e vós ajudareis esse progresso. Além disso, não vos esqueçais que a nossa Pátria é a maior Nação de mentalidade latina, em população e em extensão territorial.

Para concluir, parece-nos indispensável transcrever o que disse Gildásio Amado:

Na data que alcançais o justo prêmio da aposentadoria, nos termos da Constituição Federal, cumpro o dever de consignar oficialmente os inestimáveis serviços que prestastes ao ensino, durante o longo período de vossa atividade no Colégio Pedro II.

Sois, na verdade, um exemplo de vida honrada e ilustre a serviço do ensino secundário e superior no país, exemplo que se deve destacar aos moços, no momento em que vos afastais do Colégio Pedro II, em virtude de insubstituível imposição Constitucional.

Queira o distinto colega aceitar a expressão de meu elevado apreço e minha grande estima nesta oportunidade em que me cabe o privilégio de, como Diretor, elogiar a vossa conduta e testemunhar o reconhecimento unânime do Colégio.

Portanto, assim, nesse clima de fraternidade, de uma existência feliz entre seus pares, o mestre querido despediu-se do Colégio que tanto amou, tanto de si dando por ele, levando na sua alma filosófica e especulativa — a paz, que será sempre, enquanto houver a humanidade, a última palavra da História.

O Correio da Manhã, de 15 de abril de 1970, noticiou o falecimento de David José Pérez:

A União Israelita Shell Guemilut Hassadim, profundamente consternada, comunica o falecimento de seu sócio benemérito e Presidente de Honra, Professor Dr. David José Pérez, ocorrido ontem (14.4.1970) e participa aos seus associados e ao Yishuv em geral, a seus amigos e admiradores que o funeral será realizado hoje às 16,30 h no Cemitério Comunal Israelita do Caju. Pede-se não levar flores.

TERMINOLOGIA E ENSINO DE PORTUGUÊS: um caso exemplar

(CLAUDIO CEZAR HENRIQUES¹ UERJ E ABRAFIL)

Resumo:

Neste artigo o objetivo é mostrar como a situação atual do ensino de Português nas escolas aponta para uma “volta do caos terminológico” da primeira metade do século passado. Mesmo sendo importante propor a atualização da nomenclatura oficial, cabe refletir sobre como anda o tema da terminologia no território português (e suas antigas colônias). O caso escolhido para tratar deste assunto toma a publicação de uma das gramáticas mais representativas dos estudos de nossa língua, uma das poucas que tiveram sua elaboração compartilhada por autores dos dois principais países da lusofonia : a Nova Gramática do Português Contemporâneo, de autoria de Celso Cunha e Lindley Cintra, publicada no Brasil e distribuída em Portugal desde 1983.

Palavras-chave: Terminologia; ensino; gramaticografia.

Abstract:

In this article the aim is to show how the current situation of Portuguese teaching in schools points to a “return of the terminological chaos” of the first half of the last century. Even being important to propose the updating of the official terminology, it’s important to reflect on how is the issue of terminology in Portuguese territory (and its former colonies). The case we chose to focus here takes the publication of one of the most representative grammars of our language, one of the few whose elaboration was shared by authors of the two main countries of lusosphere: Nova Gramática do Português Contemporâneo, by Celso Cunha and Lindley Cintra, published in Brazil and distributed in Portugal since 1983.

Keywords: Terminology; teaching; gramaticography.

Introdução

A entrada em vigor da Nomenclatura Gramatical Brasileira data de 11 de maio de 1959. Mais de cinquenta anos se passaram, e ela nunca foi

1- Professor Titular de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: claudioch@uol.com.br

atualizada. Debatida, criticada, a NGB é ironizada por muitos que veem nela a representação de uma camisa de força que prejudica o ensino de Língua Portuguesa nas escolas: “Não é uma NGB que vai melhorar a educação, mas pode prejudicar muito”, diz Luiz Carlos Cagliari. Para outros tantos, é um mal necessário, embora seja majoritária a opinião de que, nos níveis fundamental e médio, é melhor uma nomenclatura unificada do que nenhuma: “Uma nomenclatura uniforme é condição de democratização dos concursos e exames, pois todos têm as mesmas condições de prestá-los”, adverte José Luiz Fiorin, que lembra ser exatamente a existência da NGB que dispensa a necessidade de “um preparo terminológico específico para cada um deles”. Aliás, foi justamente o caos terminológico praticado pelos professores daquela época que impulsionou as autoridades a nomear a Comissão encarregada de elaborar o texto com a “Uniformização e Simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira”. Trato desse tema minuciosamente no livro publicado em 2009 pela editora Parábola, intitulado *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. É desse livro que extraí as duas citações acima (p. 92 e p. 86, respectivamente).

Neste artigo o objetivo não é falar da NGB, mas mostrar como a situação atual do ensino de Português nas escolas passa, obrigatoriamente, pelo que posso chamar de “a volta do caos terminológico”. Não me referirei aqui aos novos nomes técnicos adotados na descrição linguística praticada em terras brasileiras. Sabe-se que termos como *transpositores*, *cláusulas*, *tmese*, *clivagem*, *topicalização*, *modalização*, *gramaticalização*, *orações relativas*, *articuladores*, *hipertextualidade*, *pressuposição*, *referenciação*, etc. não só já estão presentes no cotidiano das salas de aula como também aparecem em enunciados de exames vestibulares, do ENEM e de concursos públicos variados. Seu uso representa, por um lado, levar para o ensino a contribuição das modernas correntes dos estudos linguístico-gramaticais e, por isso, esses termos são muito bem-vindos e necessários. Representa, entretanto, por outro lado – enquanto tudo depender da iniciativa individual e da eventual atualização de docentes –, riscos para o ensino e consequências perigosas para a aprendizagem e os processos de avaliação.

Eis alguns exemplos recentes, recolhidos de provas públicas:

- No Vestibular da UFRGS 2015, o enunciado da questão 17 cobrava dos candidatos a análise de sugestões de alteração nos **articuladores** do texto.

- No vestibular da UNESPAR 2015, uma das opções da questão 6 se

referia a uma conjunção **somativa**, empregada no excerto transcrito.

- No vestibular da USS 2014.2, a questão 10 pedia ao candidato o reconhecimento do recurso usado pelo autor da passagem transcrita do texto dado e lhe oferecia quatro opções, a saber: (a) paráfrase; (b) **modalização**; (c) metalinguagem; (d) intertextualidade.

- No ENEM de 2013 e no de 2011, as questões 102 e 98, respectivamente, abordavam a hipertextualidade, mas ambas transcreviam passagens explicativas do termo (um texto de Luiz Antônio Marcuschi em 2011 e um texto de Andrea Cecília Ramal em 2013). Isso, certamente, sinalizou para os cursinhos preparatórios que a palavra “hipertexto” poderia novamente “cair na prova”. Talvez por isso, o *site* UP, valendo-se de entrevista concedida por Chico Anysio, tenha proposto num “Simulado” de 2013 o mesmo assunto. O aluno deveria justificar a ocorrência do termo “hipertexto” no título da reportagem em análise. A alternativa (e) dizia: Houve, nessa **topicalização**, uma abordagem opinativa, com linguagem informal, a respeito das impressões do editor para aquela escrita.

- No Vestibular da UFF 2011, a questão 13 oferecia comentários para trechos retirados do texto dado. Na opção (c), lia-se: Uma erotomania generalizada a braços dados com o bom-mocismo desenxabido do politicamente correto. (Texto III, linhas 12 -14) / Comentário: A expressão “politicamente correto” está em processo de **gramaticalização** e, no fragmento, constitui uma locução de valor conjuntivo.

Esses pequenos exemplos têm o objetivo de mostrar, ainda que minimamente, como a questão terminológica pode interferir nos processos de avaliação a que se submetem os nossos alunos. Deixam patente, também, que o modismo de cobrança e/ou exibição de termos sofisticados em provas e em livros didáticos desvirtua as finalidades precípuas das aulas de Língua Portuguesa. Basta lembrar as competências e habilidades a serem desenvolvidas em Língua Portuguesa, nos termos dos Parâmetros Curriculares Nacionais: representação e comunicação; investigação e compreensão; contextualização sociocultural.

1. Terminologia brasileira (TB) X Terminologia portuguesa (TP)

Ainda que seja inegável a necessidade de uma atualização da nomenclatura gramatical oficial brasileira, cabe refletir sobre como anda o

mesmo tema no território português (e em suas antigas colônias). É de 28 de abril de 1967 a Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP), que difere da NGB em muitas das escolhas que fez. Ficou também a NGP superada ao longo do tempo, mas os portugueses, diferentemente dos brasileiros, optaram por atualizá-la, o que aconteceu com a publicação, em 18 de abril de 2007, da Portaria 476, que lhe alterou a denominação, chamada agora de Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS).

Conforme disposto nas determinações governamentais, o texto final deveria apresentar dois documentos de referência:

- Um, de caráter científico, com a lista de termos e respectivas definições, destinado a professores;

- Outro, de caráter didático-pedagógico, com os termos a trabalhar, por ciclo de ensino, e propostas de materiais a utilizar pelos professores nas situações de ensino-aprendizagem.

Desde então, os livros didáticos portugueses e as gramáticas escolares passaram a conter em suas capas ou prefácios a oportuna advertência editorial: “De acordo com o Dicionário Terminológico”. Eis três exemplos, colhidos aleatoriamente na página da livraria FNAC:

- “Contempla as alterações introduzidas pelo Dicionário Terminológico (DT), bem como as que decorrem do novo Programa de Português do Ensino Básico, homologado em março de 2009.” (*Gramática da Língua Portuguesa* – 2º ciclo, de Maria do Céu Lopes – Plátano Edit.)

- “A presente publicação, respeitando o Programa em vigor e o Dicionário Terminológico, inclui todos os conteúdos essenciais referidos naquele documento relativos ao domínio da Gramática no 9.º ano de escolaridade.” (*Aprender a Gramática* – 9º ano, de Clara Amorim e Catarina Souza – Areal Edit.)
- “Gramática apresentada de acordo com o Programa de Português, Dicionário Terminológico e Metas Curriculares de Português.” (*Praticar Gramática* – 8º ano, Ana Santiago e Ana Paula Dias)

As diferenças entre a terminologia oficializada pela TLEBS e a terminologia que se pratica no Brasil, seja a contida na velha NGB, seja a que a lente de cada autor ou professor aponta como a mais adequada, têm uma dimensão que parece maior do que o oceano que as separa. Basta consultar a página <http://dt.dge.mec.pt/>, mantida pelo Ministério da Educação e Ciência de Portugal para se constatar a diversidade nomenclatural.

A conclusão a que se chega, portanto, é simples: uma pessoa interessada em estudar Português não poderá usar indistintamente livros brasileiros e portugueses... nem gramáticas... nem dicionários...

2. Um caso exemplar

O caso exemplar que escolhi para tratar deste assunto toma a publicação de uma das gramáticas mais representativas dos estudos de nossa língua, uma das poucas que tiveram sua elaboração compartilhada por autores dos dois principais países da lusofonia. A *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de autoria de Celso Cunha (19 capítulos) e Lindley Cintra (3 capítulos), publicada no Brasil e distribuída em Portugal desde 1983. Desde 1984, a *NGPC* é publicada pelas Edições João Sá da Costa, de Lisboa.



Diante do contexto de dualidade terminológica, os editores portugueses e brasileiros se viram numa situação peculiar, já que a gramática de Cunha & Cintra é, de fato, uma das mais importantes da história das ideias gramaticais do português. Como contornar ou conciliar essas condições especiais?

Sua mais recente publicação (a 24.^a) pela editora portuguesa, em 2014, explicita as convergências e contradições de duas realidades diferentes, a terminológica e a ortográfica. Ao mesmo tempo em que se vê essa dicotomia nos dois países (e nos demais da CPLP, conseqüentemente), vê-se também um esforço de uniformização ortográfica, em evidente descompasso. Na ortografia, mesmo com tantos equívocos de parte a parte, há uma tentativa política de se buscar a unidade – pelo menos parcial e “psicológica”, já que nossa nova ortografia admite grafias diferentes nas duas modalidades. Enquanto isso, no ensino, o que temos é exatamente o oposto: cada vez mais nossas gramáticas e dicionários se distanciam na terminologia usada para descrever a mesma língua. Convivem, pois, uma “unidade ortográfica” e uma “dualidade terminológica”.

Entre a quarta edição portuguesa (2014) e a quarta edição brasileira (2007) há, porém, uma diferença estrutural. Apenas a da Lexicon incorporou na íntegra o capítulo “Noções Históricas”, antes apenas publicado na *Gramática da Língua Portuguesa* (ed. MEC/FENAME). A versão portuguesa não adicionou esse capítulo, e a versão brasileira rebatizou-o “Do Latim ao Português atual”, posicionando-o como o novo capítulo 1 e deslocando o capítulo “Conceitos Gerais” (antigo capítulo 1) como o de Introdução. O total, então, passou a ser 23 capítulos na Lexicon, contra os mesmos 22 da JSC de Lisboa.

Uma Nota à edição portuguesa de 2014 tenta explicar o que Pedro Oliveira (coord.), Inês Sofia Ribeiro, João Pedro Gomes e Maria João Pereira fizeram com o texto original de Cunha & Cintra. Vale sua transcrição na íntegra (grifos meus):

Publicada originalmente em 1983, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* depressa se tornou uma referência no âmbito dos estudos sobre a língua portuguesa. Com efeito, três décadas mais tarde, esta gramática ocupa ainda um lugar de relevo, não só na área da linguística como também no ensino e na aprendizagem de nosso idioma, tanto em Portugal como no estrangeiro.

Considerando a forte vertente didática desta obra, decorrente do seu caráter assumidamente descritivo-normativo, procedeu-se, nesta edição, a **um enquadramento do texto original** à luz de trabalhos mais recentes nos vários domínios da linguística, com a preocupação de comentar as descrições e os conceitos que divergem das atuais propostas para o ensino do português, mais concretamente as **constantes do Dicionário Terminológico** (disponível, apenas, em linha), bem como dos Programas de Português nos ensinos básico e secundário. Através destes **comentários, apresentados em cor azul** para se distinguirem claramente do texto original, pretendeu-se orientar o professor ou estudante de Português numa **proposta que não se revela, de modo algum, incompatível com a terminologia atualmente adotada no ensino**, mas que contém importantes diferenças em diversos aspetos. **Evitando emitir juízo de valor, favoráveis ou desfavoráveis, este trabalho abstém-se, igualmente, de apontar possíveis fragilidades ou incoerências da atual terminologia.** Refira-se, ainda, que nem todos os termos definidos no Dicionário Terminológico são aqui explorados, uma vez que esta obra se centra em planos específicos da língua portuguesa.

Para os interessados em aprofundar os temas aqui abordados,

são fornecidas sugestões bibliográficas no final de cada capítulo, privilegiando-se obras de conjunto, publicadas em Portugal e de fácil acesso. A ortografia foi atualizada em conformidade com o Acordo Ortográfico de 1990. No entanto, no Capítulo 4 – Ortografia, optou-se por manter a grafia original nos exemplos para um melhor entendimento do texto que ilustram. (p. XVI-XVII)

3. A Gramática de Celso Cunha entre a TB e a TP

Os exemplos transcritos a seguir atestam como a pseudoirrelevante questão nomenclatural pode transformar o estudante mencionado na Nota da edição lusitana. O interessado na língua, que adquire a gramática para estudá-la, talvez se torne – na melhor das hipóteses – um interessado em nomenclatura linguística, esquecendo-se de seu objetivo anterior ou preferindo “estudar português” em algum outro livro de referência. É claro que os leitores especializados (graduandos ou professores) farão da obra uma oportunidade rara de contraste entre as terminologias e de observação de argumentos sobre teoria linguística.

3.1. Primeiro passo: conceitos gerais

É o que se vê logo no capítulo 1, “Conceitos gerais” – na edição brasileira, é a “Introdução”. Seu primeiro item se chama “Linguagem, língua, discurso, estilo” e tem cinco parágrafos nos quais Cunha define esses quatro termos. O gramático ensina que a distinção entre “linguagem, língua e discurso” é indispensável do ponto de vista metodológico, mas é “em parte superficial”, pois se aplicam a “aspectos diferentes, mas não opostos, do fenômeno extremamente complexo que é a comunicação humana” e designam “três aspectos, diferentes mas estreitamente ligados, do mesmo processo unitário e complexo” (p. 2). Seguem-se quatro parágrafos em cor azul. Seu conteúdo continua ligado à palavra “língua”, mas não se percebe no enxerto a progressão que seria desejável em relação ao item original. Em azul, veem-se explicações sobre comunidade linguística, utilizadores da língua, língua materna e língua segunda, competência linguística e metalinguística e língua oficial.

O segundo item desse capítulo intitula-se “Língua e sociedade: variação e conservação linguística” e possui oito parágrafos. O autor começa registrando a importância da sociolinguística, responsável por mostrar com mais precisão “as relações entre língua e sociedade” (p. 3). É nesse tópico que

Cunha fala da língua histórica como um diassistema, explica as modalidades diatópicas, diastráticas e diafásicas e mostra que, numa língua, coexistem “a força centrífuga da inovação e a força centrípeta da conservação” (p. 5). Seguem-se cinco parágrafos em cor azul. O primeiro deles é uma paráfrase da definição de variação linguística dada pelo texto original. Os comentaristas (re)apresentam três tipos de variedades, distribuindo-os pelos parágrafos seguintes, onde desenvolvem os conceitos de dialetos, socioletos, variedades situacionais e mudança linguística.

É discutível a validade desses acréscimos? Depende o ponto de vista do crítico, é claro. Por vezes, parece sim que algo é supérfluo, como nesta passagem:

Celso Cunha diz: “A língua padrão, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal linguístico de uma comunidade.” (p. 5)

O trecho adicional diz: “Por um processo de normalização linguística, uma variedade social e geográfica, a língua padrão, torna-se aceite como norma na comunicação entre os falantes.” (p. 5)

Os dois itens finais desse capítulo, que se intitulam “Diversidade da língua: dialeto e falar” e “A noção de correto”, não recebem nenhum acréscimo em cor azul.

3.2. Segundo passo: domínio do português

No capítulo “Domínio atual da língua portuguesa”, as pouco mais de dezessete páginas originais (que incluem três mapas de Portugal, um mapa do Brasil e um mapa da Bahia) abordam primeiro o tema da unidade e diversidade do português e, depois, falam das variedades do português. Cunha descreve os dialetos do português europeu, os dialetos das ilhas atlânticas e os dialetos brasileiros; mostra a situação do português de África, da Ásia e da Oceânia.

Ao final do capítulo, acrescentam-se duas páginas em cor azul. Elas atualizam as informações políticas dos países citados por Celso Cunha e se aproveita para falar de bilinguismo e de multilinguismo, para explicar a relação que há entre o *pidgin* e as línguas crioulas, e para mencionar alguns casos particulares de contatos linguísticos na América do Sul e Caribe.

3.3. Terceiro passo: fonética e fonologia

Celso Cunha encerra a primeira parte do capítulo sobre fonética e

fonologia definindo esses dois termos: “A disciplina que estuda minuciosamente os sons da fala, as múltiplas realizações dos fonemas, chama-se fonética” & “A parte da gramática que estuda o comportamento dos fonemas denomina-se fonologia” (p. 37). Em cor azul, a paráfrase pouco acrescenta: “Por outras palavras, enquanto a fonética estuda as características físicas (a articulação, as propriedades acústicas e os aspetos percetivos) dos sons da fala, a fonologia debruça-se sobre a organização dos sistemas de sons de uma língua.”

É nesse capítulo que começam as correspondências/retificações terminológicas e as alterações na simbologia fonética. Na página 41, alerta-se em cor azul para símbolos utilizados modernamente, que tomam por base o alfabeto fonético internacional. Na página 54, se aduzem em cor azul as designações “consoantes dentais e uvulares”. Na página 70, o ajuste diz respeito aos termos “aguda, grave e esdrúxula, alternativos a oxítona, paroxítona e proparoxítona”.

Ao final do capítulo, adiciona-se em cor azul o item “Processos fonológicos” para explicar com organicidade os casos de inserção, supressão e alteração de segmentos. São treze os exemplos adicionados, que diferem das opções do autor, pois doze deles são casos de metaplasmos históricos, estratégia que Cunha não empregou ao longo dessa parte do livro.

3.4. Quarto passo: classe, estrutura e formação de palavras

Sobre as classes de palavras, a *NGPC* mantém a distinção entre variáveis e invariáveis. Os comentadores acrescentam em cor azul a distinção entre classes abertas e classes fechadas (p. 100). Antes, na página 98, a definição original de morfema recebe um sinónimo técnico, a expressão “constituente morfológico”. Já era o momento de dizer que, na nomenclatura lusitana, não existe mais a palavra *substantivo*, mas isso não ocorre aqui. Só na página 115 se esclarece que “a designação *nome* é, atualmente, mais comum que *substantivo*, termo que se considera seu sinónimo”. A explicação sobre classes abertas mostra isso: “São classes abertas de palavras as classes dos nomes, dos verbos, dos adjetivos, dos advérbios e das interjeições” (p. 101).

Outro ponto de contraste entre as nomenclaturas aparece na página 106, onde se sabe que palavras simples se opõem a palavras complexas, que são as “formadas por composição ou por derivação”. Na explicação brasileira de Cunha, palavras simples se opõem a palavras compostas, e palavras primitivas se opõem a palavras derivadas.

O último item desse capítulo explica rapidamente o conceito de

famílias de palavras, o que levou os comentadores a apor um parágrafo para distinguir essa noção das de campo lexical e campo semântico.

3.5. Quinto passo: derivação e composição

Eis aqui um dos assuntos que mais atestam os contrastes terminológicos entre as práticas descritivas brasileiras e portuguesas. Há, nos acréscimos em cor azul, vários ajustes na identificação de prefixos. Alguns deles questionam a própria natureza desse constituinte morfológico: “a distinção entre afixo (sobretudo prefixo) e radical nem sempre é clara ou consensual” e “algumas das formas apresentadas não correspondem a verdadeiras palavras ou não possuem um valor semântico reconhecível” (p. 111).

Eis mais alguns casos de alterações de denominação ou de advertências didáticas:

- Aos sufixos aumentativos e diminutivos dá-se o nome de *sufixos avaliativos* (p. 115)

- O processo de formação de nomes a partir de formas verbais, pela adição de marcas de flexão nominal a radicais verbais (a que C. Cunha chama de *derivação regressiva*), designa-se também por *derivação não afixal*. (p. 134)

- A terminologia atualmente adotada no ensino não inclui os termos *justaposição* e *aglutinação* pois ambos não representam diferentes tipos de composição mas sim diferentes fases de evolução das palavras. (p. 136)

- As noções de recomposição e o termo *pseudoprefixo* não estão previstos na terminologia atual do ensino. (p. 146)

- Além dos que estão citados nesse capítulo da *NGPC*, existem outros processos não morfológicos (irregulares) de criação de palavras: extensão semântica, empréstimo, amálgama, acrônimo (englobado por C.Cunha no caso das *siglas*) e truncação (a que C.Cunha chama de *abreviação*). (p. 147 & 149)

3.6. Sexto passo: frase, oração, período

Os reparos e esclarecimentos na nomenclatura continuam abundantes nesse capítulo. Para Celso Cunha, a definição de frase tem base semântica: “é um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação”. Em cor azul, os comentadores apresentam uma definição de base morfossintática:

Na nova terminologia, a frase é definida como um enunciado em que é

estabelecida uma relação de predicação (atribuição de uma propriedade a uma entidade ou criação de uma relação entre entidades), contendo pelo menos um verbo principal ou copulativo. (p. 152)

A justificativa para a substituição de termos é uma necessidade para os organizadores da edição lusitana. Por isso, precisam explicar em cor azul que a palavra *oração* usada por Cunha deve ser entendida “como a designação tradicional para os constituintes frásicos coordenados e subordinados contidos em frases complexas” (p. 154). Também é preciso trocar o nome *locução verbal* por *complexo verbal* e a expressão *forma nominal* por *forma verbal não finita*. Outra possibilidade é o deslocamento de termos, como ocorre com o conceito de *período*, tradicionalmente confundido com o de frase:

Na terminologia atualmente utilizada no ensino, considera-se que os termos *frase e oração* pertencem ao domínio da sintaxe, enquanto *período* se enquadra no plano da representação gráfica, tal como o parágrafo. (...) as designações *período simples* e *período composto* equivalem, respectivamente, a *frase simples* e *frase complexa*. (p. 155)

A análise (sintática) apresentada por Celso Cunha difere bastante da que é proposta pela terminologia portuguesa, que considera que “as palavras se organizam em constituintes da frase, ou grupos de palavras, que funcionam como unidades sintáticas, cujo elemento principal se designa de núcleo” (p. 158). A explicação nos parece familiar, mas a frase ilustrativa (p. 160) mostra que a palavra *sintagma* (usada por Cunha) não está presente na descrição (foi trocada por *grupo*).

A frase é: “Ontem, o pai da Ana deu à filha um bom presente.” Seus constituintes frásicos são:

Ontem – *grupo adverbial*;
 o pai da Ana – *grupo nominal*;
 da Ana – *grupo preposicional* (que contém o *grupo nominal* “a Ana”);
 Ontem... deu à filha um bom presente – *grupo verbal*;
 à filha – *grupo preposicional* (que contém o *grupo nominal* “a filha”);
 um bom presente – *grupo nominal*;
 bom – *grupo adjetival*.

Como se vê, ainda que numa transcrição resumida, a questão da análise sintática não gera maior complexidade teórica. O que parece inevitável é que se faça uma “tabela de conversão de termos” entre a descrição sintática

portuguesa e a brasileira. Os comentadores colocam em cor azul a mesma frase analisada por Celso Cunha (Este aluno obteve ontem uma boa nota) e reapresentam a esquematização proposta pelo gramático brasileiro com os nomes da terminologia portuguesa (p.160)

Outras “traduções” terminológicas são expostas em cor azul:

- A expressão *oração substantiva subjetiva* (usada por Cunha) se refere a uma oração subordinada substantiva completiva que exerce a função de sujeito. (p. 162) – A frase original é: Era forçoso que fosse assim.

- O sujeito pode ser representado por uma *oração substantiva relativa* (relativa sem antecedente expresso), classificação diferente da de C.Cunha, que não reconhece relativos sem antecedente. O exemplo em cor azul é “**Os que a visitam** pouco mais diziam.” (p. 163)

- Na tipologia do sujeito, a terminologia portuguesa acrescenta o caso do sujeito “sem realização lexical” (*sujeito nulo*), que pode ser retomado a partir do contexto (*sujeito nulo subentendido*) ou se referir a uma entidade não específica (*sujeito nulo indeterminado*) ou ainda ocorrer ao lado de verbos impessoais (*sujeito nulo expletivo*). O terceiro caso é citado logo após estes exemplos: Dormiu mal, mas **amanheceu** alegre / **Choviam os ditos** / **Trovejam bocas mil** escancaradas. (p. 166-70)

- A terminologia atual não distingue diferentes tipos de predicado, que deve ser entendido, simplesmente, como “a função sintática desempenhada pelo *grupo verbal*”. (p. 171)

- Segundo a terminologia em vigor, os grupos preposicionais ou adverbiais empregados após um verbo copulativo (“Estavas **em casa**” e “Fiquei **no meu posto**”) desempenham a função de predicativo do sujeito (p. 174). Essas duas frases são apresentadas na *NGPC* como casos de verbos significativos, e não copulativos (estão seguidos de adjunto adverbial). Segundo a perspectiva lusitana, “o predicativo do sujeito *predica algo acerca do sujeito*, atribuindo-lhe não só uma propriedade ou característica, como também uma localização espacial ou temporal”. (p. 176)

- O termo *objeto direto* corresponde a *complemento direto*, e ao termo *objeto indireto* dá-se o nome de *complemento indireto*. (p. 178)

Há assim uma vestimenta, aparentemente sofisticada, adotada pela nova terminologia, na qual parece prevalecer, acima de tudo, o desejo de mudar. Fica claro que todo o capítulo de Sintaxe da *NGPC* precisaria ser

reescrito segundo o Dicionário Terminológico português, pois quase todas as classificações originais acabam por sofrer ressalvas, ajustes, desdobramentos, “traduções”. Os comentadores, zelosos da incumbência, explicam:

Efetivamente, as *funções sintáticas ao nível da frase* incluem, além do sujeito e do predicado, o vocativo e o modificador de frase. Das *funções sintáticas internas ao grupo verbal* fazem parte complementos (complemento direto, complemento indireto, complemento oblíquo e complemento agente da passiva), predicativos (predicativo do sujeito e predicativo do complemento direto) e os modificadores do grupo verbal. Existem, ainda, as *funções sintáticas internas ao grupo nominal* (complemento do nome e modificador, restritivo ou apositivo, do nome) e as *funções sintáticas internas ao grupo adjetival* (complemento do adjetivo e modificador do grupo adjetival). Também os advérbios podem selecionar complementos, assim como podem ser modificados por outros advérbios. (p. 181)

Merece uma extensa explicação em cor azul (p. 183-4) o trecho em que Cunha trata da tipologia dos complementos nominais. No ensino brasileiro, essa função sintática está ligada por preposição a um substantivo, a um adjetivo ou a um advérbio. No ensino português, que passou a usar a palavra *nome* em lugar de *substantivo*, é óbvio que será preciso criar uma segunda denominação. Há, então, os *complementos do nome* e os *complementos do adjetivo*. Estes se diferenciam dos *modificadores do nome* (são os nossos adjuntos adnominais).

A *NGPC*, como a maioria das gramáticas brasileiras, apresenta um único caso de predicativo do objeto indireto, o que tem o verbo “chamar” no sentido de “denominar”. Um dos exemplos da gramática de Celso Cunha é “A gente só ouvia o Pancário chamar-**lhe ladrão e mentiroso**.” Para esse caso, o acréscimo em cor azul é muito curioso: “O termo *predicativo do objeto* equivale a *predicativo do complemento direto*. A noção de *predicativo do objeto indireto* não está prevista na atual terminologia.” (p. 193) Os comentadores simplesmente ignoram as frases dadas por Cunha, como se entendessem que elas não existem em português? Afinal, para a terminologia lusitana, por que a função sintática de “ladrão e mentiroso” na frase citada não pode ser *predicativo do complemento indireto*? Apesar da modernidade, a nova nomenclatura praticada em Portugal repete o defeito de “deletar” estruturas sintáticas de nossa língua. No livro *Sintaxe: estudos produtivos da frase para*

o texto (GEN, 2015), cito exemplos de casos de predicativos que extrapolam o modelo consagrado: Não saio com você **desarrumada!** Não deixarei que tirem retrato de mim **nua**.

Quanto aos nossos adjuntos adverbiais, os organizadores mostram em cor azul que a terminologia lusitana optou por uma denominação curta, *modificador*. Ela faz par com a denominação *modificador do nome*, usada para o lugar de adjunto adnominal. Dizer apenas *modificador* (em vez de adjunto adverbial) é, porém, insuficiente, pois gera conflito com o substituto do adjunto adnominal. Melhor seria aceitar essa fragilidade e usar *modificador adverbial*, ainda mais quando se vê que esse termo pode ser “constituído por um grupo adverbial, um grupo preposicional ou uma oração subordinada adverbial” (p. 200). Adiante, porém, menciona-se o termo *modificador de grupo verbal* e esclarece-se que “a atual terminologia não divide os modificadores em função de seu valor semântico” (p. 205). Com isso, nossos adjuntos adverbiais, multidominados semanticamente, passam a ser, apenas, *modificadores (de grupo verbal)*.

Já a designação *aposto* recebe “o nome de *modificador apositivo do nome*”, que remete ao já citado termo que corresponde a *adjunto adnominal* e que, agora, reaparece completo, *modificador restritivo do nome* (p. 207). O acréscimo em cor azul nos diz que “esta função sintática interna ao grupo nominal pode ser desempenhada por *grupos nominais* ou *orações subordinadas adjetivas relativas explicativas*” (p. 207). A mudança parece bem radical, pois orações adjetivas explicativas são dadas como modificadores apositivos. No entanto, não se deve entender que, para os portugueses, a oração adjetiva é exatamente um tipo de aposto, pois o conceito de aposto de lá não é igual ao de cá.

Ao final do item desse capítulo que trata das funções sintáticas, os comentadores expõem em cor azul uma síntese do quadro atual adotado no ensino em Portugal. Há dezenove funções sintáticas: quatro estão *ao nível da frase* (sujeito, predicado, modificador de frase e vocativo), sete são *internas ao grupo verbal* (complemento direto, complemento indireto, complemento oblíquo, complemento agente da passiva, predicativo do sujeito, predicativo do complemento direto e modificador do grupo verbal), três são *internas ao grupo nominal* (complemento do nome, modificador restritivo do nome e modificador apositivo do nome), duas são *internas ao grupo adjetival* (complemento do adjetivo e modificador do adjetivo) e três outras encerram a listagem (complemento do advérbio, modificador do grupo preposicional e

modificador do grupo adverbial).

Na sequência do capítulo, Cunha trata da “colocação dos termos na oração”, cabendo destaque para os seguintes adendos em cor azul:

- A *NGPC* menciona a inversão do sujeito que se pratica “quando o verbo está na passiva pronominal”. A ressalva em cor azul diz que “a designação *passiva pronominal* não consta da terminologia adotada” e que se trata “de um uso do pronome pessoal átono com valor passivo” (p. 216). Isso significa que não se usa a designação, mas se usa a mesma explicação? Mais à frente (p. 220), esclarece-se que a *voz passiva analítica* (citada por Cunha) passa a ser chamada de *frase passiva*.

- Não usando a expressão *orações absolutas*, a terminologia portuguesa prefere dizer “oração contida numa frase simples” (p. 217). Também “não se faz referência a *oração principal* (oração que constitui ou contém o elemento subordinante de que depende a oração subordinada)” (p. 219). Esses dois casos mostram, de novo, que determinadas escolhas terminológicas portuguesas podem gerar algum desconforto no leitor da *NGPC*.

O item “entoação oracional” encerra esse longo capítulo da obra de Cunha, que vai da página 151 até a página 232. Nele, os comentadores mencionam algumas particularidades terminológicas, como a *pausa silenciosa* e a *pausa preenchida* (só nesta se nota certa hesitação) ou as *frases interrogativa total* (a que gera uma resposta afirmativa ou negativa) e *exclamativa total* (quando a exclamação recai sobre toda a frase).

Conclusão

A *NGPC*, de Celso Cunha e Lindley Cintra, tem 941 páginas nesta edição portuguesa de 2014. *São 207 páginas a mais do que a anterior*. A edição da Lexicon tem 800 páginas. O levantamento que fizemos, do qual mostramos apenas a parte inicial, nos permite afirmar que a inegável contribuição dada por ela desde seu lançamento em 1983 parece estar assumindo um novo estágio. Além do mérito de suas explicações e afirmações, que precisam ser contextualizadas para se entender como foram avançadas para a época, serve ela agora para o estudo da terminologia linguística no Brasil e em Portugal (TB x TP).

Inegavelmente, graças a esta versão, repleta de acréscimos em cor azul, fica claro que será muito difícil pensar no ensino de português com uma

linguagem técnica uniforme. Os responsáveis pela atualização e as autoridades educacionais dos dois países talvez tenham subestimado o tema. Afinal, tanto a NGP como a NGB são duas anciãs e já deviam estar aposentadas. O Brasil não aposentou sua NGB, mas a deixa numa espécie de asilo compulsório, já quase sem voz. Portugal gerou um Dicionário Terminológico para ser o parceiro da TLEBS, e é ele que vem sendo o guia fiel para livros, professores e estudantes.

O projeto da internacionalização da língua portuguesa certamente colherá os efeitos nocivos dessa concorrência.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1990.

CUNHA, Celso Ferreira da & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999 e 2014.

CUNHA, Celso Ferreira da & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008 e 2013.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe: estudos produtivos da frase para o texto*. Rio de Janeiro: GEN, 2015.

HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Publifolha, 2013. Disponível no portal UOL.

MINISTÉRIO da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf/>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

MINISTÉRIO da Educação e Ciência de Portugal. *Dicionário Terminológico*, Disponível em <http://dt.dge.mec.pt/>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

GÊNESE DO ROMANCE *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA*, DISSIDÊNCIA INTELLECTUAL E CRÍTICA DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

(FRANCISCO VENCESLAU DOS SANTOS

- UERJ E ABRAFIL)

Resumo

Análise da edição crítica do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, preparada para a Coleção Archivos da Unesco. Exame da gênese da obra a partir do cotejo dos manuscritos, dos folhetins, das primeira, segunda, e quinta edições. Descrição das variantes encontradas na comparação dos escritos e impressos. Investigação das cenas, dos personagens, das ideias e da desconstrução empreendida no modelo de romance realista, no início do século XX. Investigação da ironia ao ufanismo, aos exageros do registro formal da Língua Portuguesa, à mania do diploma, aos equívocos dos projetos políticos do país, ao beletrismo provinciano. Questionamentos da modernização conservadora da cidade do Rio de Janeiro, com sua valorização dos bairros da zona Sul, e abandono dos subúrbios da zona Norte.

Palavras-chave - Edição crítica; cotejo de edições; romance de ideias; Lima Barreto; Registros literários.

Abstrat

Critical edition analysis of the novel “*Triste Fim de Policarpo Quaresma*”, by Lima Barreto, prepared for UNESCO Archives Collection. Study of the work origins from comparison of manuscripts, serials, the first, second, and fifth editions. Description of the variants found in comparison of written and printed versions. Research scenes, characters, ideas and deconstruction undertaken in realistic novel model in early twentieth century. Investigation exaggerations in formal record of Portuguese language, use of irony up to jingoism, valuation of academic diplomas, misconceptions of national political projects, parochial appreciation of beautiful words. Questions about Rio de Janeiro’s conservative modernization, with its appreciation of southern zone neighborhood and abandonment of suburbs northern area.

Keywords - Critical Edition; comparison of editions; novel of ideas; Lima Barreto; literary records.

Luiz Ferreira, oriundo da elite piauiense, foi colega de Lima Barreto, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Irmão de Félix Pacheco, foi companheiro de Lima Barreto nos anos de mocidade, junto com Bastos Tigre, Nicolao Ciancio, José Oiticica e Antonio Noronha Santos. Diferente de Lima Barreto, porém, concluiu o curso de engenharia civil, retornando ao Piauí. Quando João Luiz Ferreira foi eleito governador do Estado, em 1920, convidou o antigo colega para ocupar o cargo de diretor da Imprensa Oficial. Lima, no entanto, recusou o convite.

A fim de definir as lições que foram utilizadas na colação com vistas ao preparo da edição crítica do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, procedeu-se ao exame dos manuscritos, dos folhetins, e das edições do romance, em livro, destacando-se três edições para cotejo, até a ocasião deste trabalho.

Para o do texto do romance tomei como texto de base o da primeira edição em livro, Rio de Janeiro, «Revista dos Tribunais», 1915, única em vida do autor. A colação deste texto de origem se fez com os manuscritos (*ms*), com os 52 folhetins do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro (*A*), com a segunda edição em livro saída por O Livro de Bolso, s.d. [1943] (*C*) e com a quinta edição em livro, da editora Brasiliense, 1956, dirigida por Francisco de Assis Barbosa, com a colaboração de Antonio Houaiss e M. Cavalcanti Proença (*D*).

Gênese do romance - manuscritos, folhetins e livro

O total de 254 manuscritos a caneta, «Episódios da vida do Major Quaresma e outras histórias» encontram-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Eles foram adquiridos pela instituição juntamente com o restante do acervo examinado e avaliado pela comissão constituída por Gastão Cruels, Lúcia Miguel-Pereira e Francisco de Assis Barbosa, designada por seu então diretor, Rubens Borba de Moraes.

Estes fôlios encontram-se em bom estado de conservação, apresentam traçado uniforme das linhas e das letras, excelente visibilidade e pontuação nítida. Também não se encontram borrões, rasuras ou interlineamentos que provoquem confusões e dificuldades de leitura. Esta apresentação dos manuscritos contraria as referências em torno da desordenada forma dos textos do escritor. Lima Barreto escreve com letra firme, corrida, regular, com emendas constantes sobre as linhas, que podem sugerir hesitação. A uniformidade dos manuscritos está no movimento do traço, no entrelinhamento e na média de 26 linhas por folha.

Nas primeiras etapas de elaboração do romance Lima usa mais o tratamento íntimo («tu») nos diálogos entre personagens («- Jantas já?», «eu

não te quero contrariar»). Também o pronome oblíquo antes do verbo ou no começo do parágrafo aparece com frequência nos manuscritos e nos folhetins, traço do seu estilo solto, fluente. Às vezes, nos manuscritos encontramos pronomes após o verbo («faltou lhe o ar, ficando-lhe»), que no livro aparece assim «lhe faltou o ar, lhe ficou».

Dos manuscritos para o livro, alguns personagens mudaram os nomes. O general que nunca foi à guerra, jamais assistiu a uma batalha, chama-se «Breves» nos autógrafos. Na edição de 1915, troca este nome pelo de «Albernaz». As três filhas deste militar «Xandoca», «Dudu», e «Maricas» tornaram-se «Quinota», «Zizi» e «Lalá», respectivamente. Apenas Vivi e Ismênia conservam nomes idênticos nas três fases de elaboração do romance. O corrupto senador «Pacheco» (nos manuscritos) que jogava *pocker* com seis cartas, vira jornalista nos folhetins e advogado no romance.

A filha de Coleoni chama-se «Lúcia» nos manuscritos e nos folhetins e Olga, no livro. O cotejo dos manuscritos com os folhetins e o texto de origem permite identificar parágrafos inteiros iguais. No entanto, as modificações nos folhetins e os acréscimos e substituições no livro, são tantas que se torna praticamente impossível estabelecer as variantes passo a passo. A edição crítica apresenta apenas as variantes possíveis a partir do texto-base

Foram consideradas como variantes quaisquer discrepâncias entre os textos escolhidos para a colação com o texto-base, desde que não tivessem caráter meramente ortográfico.

As variantes do autor revelam a gênese do romance, juntamente com as modificações feitas por Lima Barreto na fase inicial da criação romanesca – os manuscritos. O leitor perceberá, no decorrer da leitura, as mudanças introduzidas pelo autor. Basta comparar *in loco* as variantes ou acréscimos do autor que se acham do lado direito da página ou no rodapé com o texto estabelecido edição crítica,

Estes acréscimos que vão desde uma palavra, parte de frase, frases, até parágrafos e série de parágrafos (apenas estes últimos somam trinta e um) estão integrados na dição em livro em vida do autor, e só puderam ser localizados no cotejo do livro com os folhetins.

Os acréscimos feitos por Lima Barreto na 1.^a edição apresentam sempre um caráter complementar e analítico, e portanto tornam mais límpida a ficção, integrando o seu projeto estético de nunca deixar o texto incompleto ou com falhas.

No capítulo «Peço Energia, Sigo Já», para expressar o monólogo indireto em que Quaresma lamenta a falta de solidariedade entre os habitantes do campo, o abandono da agricultura pelo governo e a ação dos especuladores

dos produtos agrícolas, o autor sentiu necessidade de escrever mais parágrafos, coerente às observações críticas comuns ao texto do escritor, sobre o saber, o conhecimento, o «doutor» e a cultura brasileira

Dissidência intelectual.

Em *Triste Fim*, Lima Barreto fugiu ao modelo de romance da época, criando um personagem com um discurso simples e rebelde. Um herói intelectual com foco no sentimento, na justiça, e no amor à humanidade, em lugar de um personagem realista preso ao senso comum.

Policarpo é um personagem de romance, e o romance é sempre um território de hipóteses. Uma criação do narrador, alter ego do autor, sob um ponto de vista irônico. Esta técnica produz um distensão nos elementos dramáticos, e o combate do quixote moderno conquista o leitor. Temos de levar em conta ainda que o saber, neste gênero de literatura, precisa ser considerado como novelístico, isto é, no campo da sensibilidade.

O sonho, a ciência e o planejamento de Policarpo se dão no universo do devaneio, às vezes eles tocam levemente a realidade. Lima Barreto através do enredo satiriza o patriotismo ufanista. O protagonista acredita de boa fé na brasiliana, ignora que estes livros visam a conservar o país nas mãos das hierarquias. Por isso, na trama do romance, eles se constituem no antissonho, no Mal.

* A mesma coisa acontece no planejamento da cultura: ele quer a “a língua brasileira autêntica o tupi, mas a língua do poder é a gramática do mandarinato linguístico, a Língua Portuguesa em seu registro rigidamente formal. No projeto agrícola, o protagonista desconhece inicialmente o contexto do interior do país, e sua ciência não o capacita a enfrentar as saúvas, a pequena política dos chefes. Com o avanço da narrativa o imaginário é contido sob a pressão da realidade rural, e ele toma consciência dos problemas agrícolas. O projeto político esbarra no exercício de força da ditadura de Floriano Peixoto. O sonho e a justiça se incompatibilizam com o poder.

* Existem elementos autobiográficos neste romance, marcas que podem

* ser levantadas na composição do protagonista. Policarpo Quaresma trabalha no Arsenal da Marinha, onde é subsecretário. É um personagem sonhador, e gosta do povo. Lima Barreto era funcionário (amanuense) da Secretaria da Guerra, um escritor de linguagem simples, moderna e de qualidade literária. Ele escreve este romance para enunciar a sua dissidência intelectual, a sua discordância do mandarinato literário, e mostrar os sentimentos dos personagens simples do subúrbio,

* O autor pode ser acusado de “incorreto”, do ponto de vista formal da gramática dos mandarins, porém narra correto na estética, porque seu objetivo é fazer literatura como comunicação. Ele escreve conforme a Língua Portuguesa no Brasil. Neste sentido, basta ler o requerimento de Policarpo Quaresma, onde propõe a adoção do tupi como língua nacional:

* certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil, certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se veem na humilhante contingência de sofrer, continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que dentro do nosso país os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical...” (Barreto, Lima. Ed. Crítica, p. 59).

* Vê-se que o protagonista Policarpo argumenta com fatos. Lima Barreto preocupa-se com o processo de fixação da língua portuguesa no Brasil, e com as contradições dos registros coloquial e culto. O marido de Olga, o médico Armando, traduz os seus artigos para revistas, do português comum para o português clássico. O personagem representa uma caricatura do registro culto. Na leitura do romance é bom ficar atento, para a ambiguidade entre o pensamento do narrador e o devaneio do personagem

* Quaresma possui uma vontade de saber. Estudioso autodidata, pesquisa o país, coloca em ação suas ideias. Ocorre sempre um impasse entre o ideário e sua concretização. O narrador atribui ao protagonista marcas da loucura, “uma espécie de compreensão inversa e absurda de nós mesmos, uma inexplicável fuga do espírito daquilo que sempre se supõe ser o real” (Ed. Crítica, p. 75). Lima Barreto insere no romance um ensaio ficcional sobre a doença, no capítulo “Bibelot”, de forma que os impasses e desajustes de Policarpo precisam ser analisados a partir deste ensaio romanesco do narrador, enraizado no cenário da experiência existencial, e na realidade brasileira da época,

* Depois da passagem pelo hospício, Quaresma voltou à realidade, no entanto a loucura deixou sequelas: o recolhimento no sítio do “Sossego” serve como contraponto ao desânimo e ao sofrimento moral. Instalado no paraíso tropical que inventou, retoma o desejo de realizar. Aqui o personagem, um dom quixote moderno, idealiza o projeto agrícola (Ed. Crítica, p. 95). Por isso, o romance pode ser lido pelo ângulo existencial. Policarpo recobra a energia mental, adota uma nova vida, imagina um doce paraíso campestre que o país inteiro poderia realizar.

Inicialmente Quaresma tem dificuldade de lidar com a realidade do campo, com a terra abandonada, com as saúvas, desconhece a situação do trabalhador rural; no “Sossego” aparecem tensões que o perturbam: a política, os ressentimentos e as intrigas locais. A biblioteca agrícola se desmorona, a miséria da população campestre torna-se visível, a falta de solidariedade entre os humildes salta aos olhos. Na realização do projeto agrícola, toma consciência dos impasses e traça estratégias concretas e produtivas para “as grandes reformas agrícolas” Tinha em mente uma charrua dupla, um capinador mecânico, um semeador. A esta altura, Lima Barreto insere um contraponto criativo sobre agricultura e governo, descartando a ideologia. A rebeldia se expressa apenas no campo da arte literária.

É com base nesta experiência prática que o personagem brasileiro – metonímico do idealismo humanitário – redige o Memorial onde expõe as medidas necessárias para o levantamento da agropecuária (nas primeiras décadas do sec. XX, a base da economia do país). No romance, o dramático é contido pela ironia. No desfecho da narrativa, Policarpo, herói sonhador e rebelde, dramatiza a experiência trágica num cenário de horror protagonizado por figuras cômicas inexpressivas que se apoderaram do país. O ditador Floriano Peixoto, o anti-humanista diz: “Você, Quaresma, é um visionário” (Ed. Crítica, p. 214). O projeto político brasileiro surge como um equívoco, Policarpo Quaresma vive a tragédia moderna da tomada de decisão errada, porém justa.

* Nestas cenas, predominam o tom reflexivo, a implosão dos sonhos, as notações autobiográficas de Lima Barreto, sua nova estética associada a uma drástica ética da ação. : “Todo o sistema de ideias que o fizera meter-se na guerra civil desmoronara” (E. Crítica, p. 248). No romance o narrador nos convida a refletir sobre o sentido do patriotismo e da cultura. Para não nos deixarmos enganar pelos discursos sobre a pátria e pelo beletrismo, os leitores devem ficar atentos às metas da ficção, elas transcendem a forma literária na direção do desencadeamento dos fatos em ação.

* ***Questionamentos da modernização conservadora***

* Lima Barreto é um os maiores cronistas da cidade do Rio de Janeiro. Crítico da modernização conservadora, nos romances e nos textos que escreveu para as revistas *Careta* e *A.B.C.* Numa linguagem direta, irônica, ele investe contra os reformadores urbanos. Olhando o Rio de Janeiro como uma capital partida (a cidade dos ricos e a cidade dos pobres), foi pioneiro nos debates sobre ecologia, e seus vínculos com a paisagem: “Excessivamente urbana, a nossa

gente abastada não povoa os ardoeres do Rio de Janeiro de vivendas de campo com pomares, jardins, que os figurem graciosos como a linda paisagem da maioria deles está pedindo” (“ O cedro de Teresópolis”, 27-02-1920. In: *Toda cônica*, p.129). Atribui esta desarmonia “a insensibilidade dos ricos que não amam a natureza (idem, In: TC, p. 130), e também á especulação imobiliária.

* Existem notações em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* onde a ausência de jardins e o desequilíbrio da paisagem remetem para questionamentos da especulação imobiliária, ao mau gosto dos ricos, e à carência dos pobres. Neste tópico, o romancista se encontra com o cronista da cidade, com ssua contribuição nas revistas *Careta* e *A.B.C.*

* Defensor do humanismo e da estética da cidade, da preservação da natureza, cada árvores que era derrubada tinha um protesto dele. Era contra os loteadores de Copacabana e Ipanema, achando que a cidade devia se expandia para o outro lado, só encontrando com o mar através de terra firme (Ed. Crítica, p. 409).

* Combateu a corrupção durante as reformas urbanas, e os prefeitos Pereira Passos. Paulo de Frontin, e Carlos Sampaio, principalmente o último, com sua vida suntuosa (“A nossa situação”, *A.B.C.* [1920], In: TC, p. 256), a sua mania de dividir o Rio de Janeiro em duas partes: uma europeia e a outra indígena (“ O prefeito e o povo”, *Careta*, 15.01.1921, In: TC, p. 294), o seu amor aos hotéis de luxo (“ O prefeito e o povo”, *Careta*, de 15-01-1921, In: TC, p. 295), em vez de sanear as favelas. Lima Barreto voltou-se contra os custos da modernização, e para a defesa da simplicidade.

* Ironizou a Exposição do Centenário d Independência, em 1922, sob o prefeito Carlos Sampaio, as construções luxuosas, os gastos excessivos com dinheiro da municipalidade, para receber os convidados estrangeiros : “Pois é justo que a municipalidade do Rio de Janeiro gaste tão volumosa quantia para abrigar forasteiros ricos e deixe sem abrigo milhares de crianças pobres ao léu da vida?” , indaga na revista *Ca reta*, de 3 de agosto de 1922.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Toda Crônica*: Lima Barreto. Apresentação e notas: Beatriz Resende; organização: Rachel Valença. Rio de Janeiro, Agir, 2004.

PRADO, Antonio Arnoni (Org.).*Lima Barreto: uma autobiografia literária*. São Paulo: Editora 34, 2012.

SANTOS, Francisco Venceslau dos. Nota Filológica: procedimentos de

edição. In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica, Antonio Houaiss Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo. Texto estabelecido por Francisco Venceslau dos Santos. Madrid, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José de Costa Rica, Santiago do Chile, ALLCA, 1997. P. XXII-XXXV.

TRAÇOS DE UNIDADE E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO ALAC

(LUÍSA GALVÃO LESSA KARLBERG, Autora do Atlas
Etnolinguístico do Acre Pesquisadora DCR/CNPq UFAC -
Campus Floresta)

Resumo

Introdução: O artigo apresenta dados relativos ao Atlas Etnolinguístico do Acre- ALAC, num levantamento da linguagem de homens e mulheres envolvidos no mundo da seringa, no sentido de descrever a oralidade regional, com a feitura de cartas léxicas, em fronteiras dialetais, identificando a unidade e a diversidade linguística.

Materiais e métodos. Estudo realizado em três Áreas de Pesquisa do Projeto ALAC: Vale do Acre, Vale do Juruá e Vale do Purus. Nestas áreas, observa-se o comportamento dos falantes do sexo masculino e feminino, na faixa etária C (36 a 80 anos), para demarcação de fronteiras dialetais, nas Zonas de Pesquisa: Rio Branco (RB), Plácido de Castro (PC) e Xapuri (XA); Tarauacá (TA), Feijó (FE) e Cruzeiro do Sul (CS); Sena Madureira (SM), Manuel Urbano (MU) e Assis Brasil (AB).

Resultados e conclusões: Constata-se a forte presença de substantivos e verbos. Esses por nomearem as coisas do mundo e estes por traduzirem as ações do fazer humano no mundo. Enquanto os adjetivos e advérbios terminados em **-mente** foram poucos utilizados, o que denota a pouca atenção dessa comunidade em atribuir qualidade e em circunstanciar as ações no tempo. Por meio do inventário lexical foi possível descrever o seringueiro regional e também verificar ser a linguagem inseparável do meio físico-social. Esse conjunto de informações propiciou uma visão mais ampla das pessoas que vivem distante do meio urbano e, talvez por isso mesmo, a linguagem apresenta traços próprios da vida que levam no interior da floresta.

Palavras-chave: Dialectologia, Lexicologia, Lexicografia.

Abstract

Introduction: The article presents data on the atlas ethnolinguistic Accredited ALAC, a survey of the language of men and women involved in the world of the syringe in order to describe regional oral, with the making of lexical letters in dialectal boundaries identifying the unity and linguistic diversity.

Materials and methods. A study conducted in three ALAC Project Research Areas: Acre Valley Juruá Valley and Purus Valley. In these areas, we observe the behavior of speakers of male and female, aged C (36-80 years) for demarcation dialectal borders in search of zones: Rio Branco (RB), Plácido de Castro (PC) and Xapuri (XA); Tarauacá (TA), Feijó (FE) and Southern Cross (CS); Sena Madureira (SM), Manuel Urbano (MU) and Assis Brazil (AB).

Results and conclusions: The evidence suggests the strong presence of nouns and verbs. These by name the things of the world and these translate by the actions of human activity in the world. While the adjectives and adverbs ending in -ly few were used, which shows how little attention this community to assign quality and detail the actions in time. Through the lexical inventory it was possible to describe the regional tapper and also found to be the inseparable language of the physical and social environment. This set of information provided a broader view of people living far from urban areas, and perhaps for this reason, the language has own traces of life that lead inside the forest.

Keywords: Dialectology, Lexicology, Lexicography.

1- INTRODUÇÃO

O artigo é uma contribuição ao Atlas Etnolinguístico do Acre- ALAC. E, com esse propósito, faz-se um levantamento das palavras da linguagem de homens e mulheres envolvidos no mundo da seringa, no sentido de descrever a oralidade regional, objetivando assegurar, para a posteridade, dados riquíssimos que poderão vir a se perder no tempo, à medida que o homem muda de hábitos e entra em contato com outras culturas, sem que deles se faça um registro escrito.

O levantamento lexical foi realizado em inquéritos pertencentes a três Áreas de Pesquisa do Projeto ALAC: Vale do Acre, Vale do Juruá e Vale do Purus. Nestas, observou-se o comportamento dos informantes, do sexo masculino e feminino, faixa etária C (36 a 80 anos), nas seguintes Zonas de Pesquisa: Rio Branco (RB), Plácido de Castro (PC) e Xapuri (XA); Tarauacá (TA), Feijó (FE) e Cruzeiro do Sul (CS); Sena Madureira (SM), Manuel

Urbano (MU) e Assis Brasil (AB). Dessa observação resulta a demarcação de fronteiras dialetais representadas em mapas.

Este estudo se compõe de duas partes: a primeira é o inventário lexical, que resulta em lista de palavras contextualizadas, cartas léxicas, fronteiras lexicais; a segunda, a partir da descrição lexical, observa-se as mudanças entre as áreas de pesquisa. Estas duas etapas possibilitam mostrar como se realiza a língua portuguesa, em meio à comunidade seringueira, no interior do Acre. Possibilita, ainda, estudar e analisar as diversidades diatópicas, diastráticas e diafásicas, para o estabelecimento de isoglossas, isoléxicas e isófonas nos Vales do Acre, Juruá e Purus.

2 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A investigação segue os caminhos da Dialectologia Social, da Geografia Linguística, bem como os ensinamentos da Lexicologia, Lexicografia, Semântica e da Linguística Geral. Assim, está amparada em conceitos teóricos, como diz Ferreira & Cardoso (1995, p.11) “Uma língua é um conjunto de sinais acústico- orais, que funciona na intercomunicação de uma coletividade. É resultado de um processo histórico, evolutivo”. E, por isso, não se pode estudar o homem sem estudar a sua linguagem, porque a língua reflete a cultura do lugar, do tempo, como afiança Cunha (1988, p.29): “A língua tem que ser atual, porque é expressão de vida”. “A estagnação, já o dissemos é a morte do idioma. A história de uma língua é justamente a história de suas inovações”. É por isso que a pesquisa CEDAC tem urgência na recolha e no registro desses dados linguísticos, pois o registro escrito desses documentos irá assegurar, ao futuro, dados importantes da história atual da região.

Observa-se, no estudo, aquilo que diz Cunha (1988, p.79): E em linguística a unidade não é incompatível com a variedade, antes a pressupõe. Nenhuma língua permanece uniforme em todo o seu domínio, e ainda num só local apresenta um sem número de diferenciações de maior ou menor amplitude.

As afirmações de Cunha estão presentes nos dados colhidos na linguagem dos Vales do Acre, Juruá e Purus, pois além de existir unidade linguística, também é possível verificar traços de diversidade entre as Zonas, faixas-etárias e o sexo dos informantes. Não que falem línguas diferentes, mas a mesma língua com traços próprios de cada localidade, de cada faixa-etária e, até mesmo uma variação tão presente entre homens e mulheres. Há palavras que só os homens dizem, assim também há palavras que pertencem ao universo lexical feminino. E esse conjunto de traços contribui para tecer os matizes da

linguagem regional, tão bela, assim como a região amazônica. E, aqui, é como bem traduz Antenor Nascentes (1957, p. 39) “O Brasil é constituído por uma rede dialetal, onde há unidade na diversidade e diversidade na unidade”.

Na compreensão maior desses matizes que caracterizam a linguagem regional, Lessa (1997, p.5) assim se manifesta:

A língua de um povo, como se sabe, é a resultante do conjunto das variedades linguísticas existentes; está comprovado, cientificamente, o fato de que o maior número possível de informações sobre tais variedades linguísticas, quer regionais, quer sociais, contribuirá para o melhor conhecimento da língua e, conseqüentemente, do homem.

Compreende-se, então, pelo que se observa na feitura deste estudo, uma maior compreensão de definições e princípios teóricos, tais como:

Variedades linguísticas - São as variações que uma língua apresenta, de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas em que é utilizada.

-Norma culta: é a língua padrão, a variedade linguística de maior prestígio social.

-Norma popular: são todas as variedades linguísticas diferentes da língua padrão.

-Dialeto - São variedades originadas das diferenças de região, de idade, de sexo, de classes ou de grupos sociais e da própria evolução histórica da língua (ex.: gíria).

É compreensível, então, que a língua portuguesa, como todas as línguas do mundo, não se apresenta de maneira uniforme em todo o território brasileiro, como bem diz Cunha (1979, p.18):

Nenhuma língua permanece a mesma em todo o seu domínio e, ainda num só local, apresenta um sem-número de diferenciações(...) Mas essas variedades de ordem geográfica, de ordem social e até individual, pois cada um procura utilizar o sistema idiomático da forma que melhor lhe exprime o gosto e o pensamento, não prejudicam a unidade superior da língua, nem a consciência que têm os que a falam diversamente de se servirem de um mesmo instrumento de comunicação, de manifestação e de emoção.

Nota-se, na região do Acre, como em outras localidades da lusofonia, que a língua portuguesa não é usada de modo homogêneo por todos os seus falantes. E pelo que observa dos dados coletados no Acre, a língua portuguesa

regional tem variado de uma época para outra e, também, na atualidade, de região para região, de classe social para classe social, e assim por diante. Nem individualmente pode-se afirmar que o uso seja uniforme. Dependendo da situação, uma mesma pessoa pode usar diferentes variedades de uma só forma da língua.

3 - MATERIAL E MÉTODOS

Na feitura desta pesquisa empreendeu-se leituras da literatura específica sobre Dialectologia Social, Geografia Linguística, Programas computacionais aplicados à Geografia Linguística e o Alfabeto Fonético. Foram trabalhados dezoito inquéritos, distribuídos entre os Vales do Acre, Juruá e Purus, em ambos os sexos, na faixa-etária C (36 a 80 anos).

No Vale do Acre, trabalhou-se com seis inquéritos, sendo dois informantes do sexo feminino e dois do sexo masculino, em cada zona de pesquisa. No Juruá, a pesquisa centrou-se em seis inquéritos, dois de Feijó, sendo um do sexo masculino e outro do sexo feminino. Em Tarauacá, dois informantes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino. Em Cruzeiro do Sul, um informante do sexo masculino e outro do feminino. Finalmente, no Vale do Purus, a pesquisa concentrou-se em Manuel Urbano, com dois informantes, sendo um do sexo masculino e outro feminino. Em Assis Brasil, tomaram-se dois informantes, um do sexo masculino e outro do feminino. Em Sena Madureira se procedeu da mesma forma que em Manuel Urbano.

Feita a escolha dos inquéritos, procedeu-se a leitura deles, o levantamentos das lexias, a digitação, organização das palavras por campos semânticos e a posterior comparação entre as informações ali colhidas.

Do léxico levantado nos inquéritos, foi possível arrolá-los em vários campos semânticos, mas, aqui, na brevidade deste artigo, apresenta-se resultado de um deles:

1) Palavras relativas ao trabalho com a seringa.

Com isso, fez-se um estudo dos dados coletados, observando os substantivos, adjetivos, verbos e advérbios terminados em **-mente**, no sentidos de ofertar dados à confecção de cartas léxicas do ALAC.

1) Palavras relativas ao trabalho com a seringa:

Borracha - Sf. Denominação dada à substância elástica feita do látex da seringueira. Apresenta-se em forma de uma bola, com furo ao centro, pesando entre 10 a 25 quilos.

(...) nosso patrão aviava nós pó ... pó ... cada fim de méis...

... todos os mêis ia dexá aquela mercadoria ... se tiNa produto isso bem ... se tiNa a ... *borracha* trazia né ... se num tiNa ficava pó próximo mêis (...)

AB138CM:04

(...) tiNa o patrão.... aí o camboêro viNa... ela marcarra o dia de i pa mage... aí lá ela fazia... lá o camboêro levarra aquela *borracha* todiNa (...)

AB137CF:12

e quando chega ... ainda vai defumá aquele leite : quando ele termina vai bolá aquela *borracha* ... depois disso ... aí quando ele cuida já tá de noite

TA087CM:02

(...) porque vai defumano e vai assano né e vai transformano na *borracha*...

FE093CF:09

(...) não vendia só a *borracha* só mermo...

RB131CF:01

Borracha em bola - Sf. Denominação dada ao formato da *borracha* defumada em oposição à *borracha* de prancha.

(...) rachava o cavaco botarra dento tocava o fogo fazia fumaça e ... fazia *borracha em bola* ...

PC184CF:06

Borracha em prancha - Sf. Denominação dada à *borracha* coagulada

(...) a *borracha em pracha* é o seguinte...a gente coloca né... traiz o leite... coloca ele pra coalhá...

TA087CM:08

Bulhão - Sm. Denominação dada ao forno feito no chão onde se põe o carvão, o cavaco, ou côco, para o processo de defumação da *borracha*. Variação de fornalha

(...) aí ... tiNa aqueles tanque né ... aqueles *bulhão* assim ...

-PC184CF:06

Buião -Sm. Denominação dada ao forno feito no chão onde se põe o carvão, o cavaco, ou côco, para o processo de defumação da *borracha*. Variação de bulhão.

(...) cortava... quando chegava fazia o fogo no *buião* aí ia defumá

CS102CF:52

#L

bacia ... bacia grande ... como essas que tem hoje em dia ... de lavá prato ...

#D

sim ... fale

#L

aí ... aí a gente bota a *borracha* ali e ... e a fumaça ... as fumaçona cobrindo ...

dentro do buiãõ né ... pra não continuá subino a gente vai troceno ... e o leite vai coalhano naquela fumaça né ... o leite vai coalhano ali né ... cinco lata de leite ali de repente né ...

#D

vai coalhando ... para coalhar o leite usa o que mais ?

#L

agora ... agora ... pra coalhá nós usa a caxinguba né

RB017CM:248 (Caderno Vale do Acre)

#D

depois eu vou lá ver com o senhor

#L

ali na casa do meu filho tem e eu vô até cortá um pau ... eu vô até cortá um pau ... eu gosto munto de ensiná adulto num é ... é bem ali e nós vamo lá ... eu vô lhe mostrá a faca de seringa só num tem mais uns pedaço de têa ... vô cortá um mamôerozim que tem lá e embotí que é po cê vê como é e aí o camarada fazia uNa casiNa de palha assim pequena ... de palha de ariquiri ... chamava-se a fumacêra né ... aí faiz um buiãõ de barro assim des tamaNe ((gestos)) e faiz um tanto assim ... um tanto assim de ()... agora aqui forma o buiãõ e daqui parte o cavaco ... aí no cavaco enche ele aqui pa defumá ... faiz de conta que esse aqui é o buiãõ de defumá ... a fumaça sai daqui ... aqui a gente põe uNa grade ... daqui pra cá é a distância da borracha tamém e aí a gente põe ôto cesto aqui ... a bacia aqui desse lado e aí joga ela pra cá e aqui só defumano ... aí e joga ela aqui na fumaça e quano ela assa a gente joga pr'acolá ... puxa aqui e a fumaça aqui assa ela ... a gente joga aqui pra dento da bacia e baNia ela aqui c'um lête ... aí joga aqui na fumaça ((batidas))

AB135CM:139 (Caderno vale do Purus)

Cavaco -Sm. Pedaco de madeira usado para fazer fogo de fomalha.

(...) quano chegarra em casa aí nós ia tirá o *cavaco* (...).

AB137CF: 05.

(...) rachava o *cavaco* botarra dento tocava o fogo fazia fumaça e ... fazia borracha em bola ...

PC184CF:06

(...) aí a gente vai ... pega de um lado aí vai tirá o cavaco ... colhê aquele cavaco ... traz todim aí a ente vai pra cima ... aí enche ... dento daquela fomalha aí ...

TA087CM:07

(...) ajudava a juntá ... faiz juntá cavaco pra ele

TA094CF:01

Cernambi - Sm. Espécie de borracha confeccionada com as sobras do leite

que coalha no processo da defumação, no momento de banhar a borracha com o látex.

(...) com *cernambi* ... aí a rente bota uns pau ... far o fogo ... e aquece o leite

XA176CF:06

(...) aí quano a rente chegarra c'um oto lête a rente cortarra esse *cernambi* assim todim...

AB137CF:28

(...) é a borracha que é mais caro ... *cernambi* ... só se fô do leite *coalhado*...

SM118CF:27

(...) naquele tempo num vendia essa borracha ()... hoje a borracha é *cernambi* né

MU153CM:103

(...) às vezes eu levava ... quando tem querozeno né ... a gente leva uNa poronga e quando num tem leva o *cernambi*

FE093CF:05

(...) sim ... a ente corta aquilo ... aquele ... aquela casca daquele *cernambi* ...

TA087CM:08

CTP - Sm. Borracha que não é defumada, e sim em formato de prancha.

- O que é CTP?

L

é... que a borracha num é defumada... feita as pranchiNa

MU151CF:06

Defumar -V. Ato ou ação de colocar o látex sobre o pricipio sobre intensa fumaça. Nesse processo o leite transforma-se em borracha.

(...) só uNa... só dá de *defumá* uNa que é só uma fornáia né

AB137CF:28

(...) ele ia *defumá* o lête né...

MU151CF:03

(...) cortava... quando chegava o fogo no buião aí ia *defumá*

CS102CF:52

(...) é ... agora de primêro nós usava *defumá* né ...

RB068CM:11

(...) é ... bom ... aí acontece que às veze a gente tá trabalhano nuNa colocação onde as estrada são grande ... aí a gente tem que saí três hora da madrugada ... sai duas hora ... uNa hora ... vai chega mais cedo ... e muitas veiz chega quato hora ... cinco hora ... as veiz vai terminá de *defumá* já de noite ...

TA087CM:02

Fornáia -Sf. Denominação dada ao forno feito no chão onde se põe o carvão, o cavaco, ou côco, para o processo de defumação da borracha. Variação de fomalha.

(...) colocarra dentro d'um saco... o leite(...) aí quando chegarra em casa eles botavo na bacia aí ia fazê fogo na *fornáia*... aí quano a *fornáia* tava quente que a fumaça tava quente ele ia defumá a borracha (...)

SM118 CF:26

(...) a *fornáia* ta ... o fogão ... o ... a fumaça ... aí a gente vai defumano num sabe ...

XA176 CF:07

Fornalha - Sf. Denominação dada ao forno feito no chão onde se põe o carvão, o cavaco, ou côco, para o processo de defumação da borracha.

(...) só o balde ... e ... e pra ... no tempo ... de primêro ... tiNa o balde ... tiNa a bacia ... tiNa a *fornalha* né

- RB068CM:13

(...) fazia assim uma *fornalha* no chão né ...

MU151 CF:06

#D

vão defumar ... onde defumam ?

#L

na ... n'uNa *fornalha* que eles faze de barro num sabe...

FE093CF:08

(...) *fornalha* é um ... coisa assim ... que a gente faz de barro mermo ... bem ali a gente tirando o leite despeja na bacia ...

TA087CM:06

Imprensar -V. Ação de apertar a borracha para que ela fique bem seca.

(...) bota pa qualhá ... aí *imprensa*...

MU151CF: 06

(...) a gente *imprensa*... a maió parte é impressada né...

CS 081CM:06

(...) aí depois que tá qualhada aí faiz uNa PRENSA como que seja assim pra *imprensá* massa num sabe ... pra fazê ... num tem uNa prensa de massa né

FE093CF:09

Jirau -Sm. Denominação dada ao estrado de varas feito sobre forquilhas cravadas no chão utilizado pelo seringueiro no processo de confecção da borracha de prancha.

(...) fazia o *jirau* que toda cima do fogo do *jirau* ...

SM117CM: 16

(...) eles faz jirau ... de madêra ... faz aquele *jirau* de madêra ...

FE099 CM:18

(...) foi se atrepô num *jirau* (...).

MU 153 CM: 24.

Leite -Sm. Líquido branco e opaco retirado da seringueira.

(...) se a ente... chega com *leite* né... aí tem a fornalha...

TA087CM:06

(...) o *leite*... onde põe?

FE093CF:07

(...) a gente pega o *leite* bota dentro da bacia né ... bacia grande né ...

RB068CM:13

(...) eu tiro ... eu tiro dois baldes e mei de *leite*

XA001CM:04

(...) a rente traiz o *leite*... despeja na bacia... aí vai defumá borracha(...)

SM118CF:03

Lête - Sm. Líquido branco e opaco retirado da seringueira. Variação de leite.

(...) a tigela... aí a tigela apara aquele *lête* aí quano é de tarde...

AB137CF:24

(...) o primêro que viNa na frente era ele com *lête* né ... aí meu esposo viNa atrás que era mei adoentado ... ele

MU151CF:02

(...) é ôtubo... novembo... dezembo... é os mêis bom de *lête*... janêro...

CS102CF:57

(...) trazia o *lête* ... dispejava na caxa aí ...

PC184CF:06

Prancha -Sf. Borracha feita em prancha, sem defumar.

(...) ensinar o pessoal fazê *prancha*...

FE099 CM:08

(...) hoje é *prancha* ... a gente faz ...

RB068CM:14

(...) agora como ... do ... pó ... nei ..pofim não tiNa borracha em bola ... era *prancha*...

PC184 CF:06

Pé de Burro –Sm. Denominação dada ao estrado de varas feito sobre forquilhas cravadas no chão utilizado pelo seringueiro no processo de confecção da borracha de prancha.

(...) uns chama jirau... ôtos chama *pé de burro*...

FE099CM:18

Prensa –Sf. Recipiente onde a borracha é imprensada

(...) faiz aquela *prensa* e coloca a borracha dento ...

MU151CF: 06

(...) aí ... bota numa *prensa* ... aí ... acoxa aquela *prensa* ... aí ... quano é no ôto dia ... tira ... penera ... aí ... é que rai fazê a fariNa...

PC184CF:19

(...) dá uNa *prensa* né ... aí imprensa ela ... no ôto dia a gente só faiz torrâ ... tá enxutiNa a massa ... aí torra no fogo...

FE093CF:16

4 – RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os dados apontam a presença marcante dos substantivos e verbos, por serem denotadores da ação do ser humano em nomear o universo da seringa e ao fazer o trabalho de confecção da borracha Enquanto a utilização dos adjetivos e advérbios terminados em – mente é pouco presente entre os informantes.

Pode-se inferir, a respeito da linguagem, que para o real conhecimento de um grupo humano, não basta pesquisar sua história, seus costumes ou o ambiente em que vive, é necessário observar de forma particular e registrar a linguagem, para que possamos compreender um pouco mais os fatos históricos e a cultura do lugar, que hoje em dia é tão desprezada e, muitas vezes, motivo de riso, preconceito. Então, é recomendável que todos se conscientizem e respeitem a linguagem e a cultura do seringueiro acreano.

Na verdade, uma língua histórica, de cultura - como a língua portuguesa -, é um supersistema (conjunto de sistemas e subsistemas) que apresenta enorme complexidade, o que torna, por sua vez, complexo o trabalho dos que se dedicam a analisá-la global ou parcialmente, como aqui se faz na descrição da oralidade acreana.

4 – REFERÊNCIAS

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 10.^a ed. RJ: Tempo Brasileiro. 1979.

COSERIU, Eugenio. *Princípios de semântica estrutural*. México: Universidade Nacional Autônoma de México, 1986.

----- . *O homem e sua linguagem*. 2.^a ed., Rio de Janeiro: Presença, 1987.

----- . A geografia linguística. In: *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1982.

CARLOTA FERREIRA, Suzana Alice Cardoso. *A dialetologia no Brasil*, São

Paulo: Contexto, 1994.

LESSA, Luíza Galvão. *Termos e expressões populares do Acre*. Niterói: Diss. Mestrado, UFF, 1985.

----- . *Atlas Etnolinguístico do Acre - ALAC*. Revista de Linguística e Filologia, nº. 10. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

_____. *Glossário do vale do Acre: látex e agricultura de subsistência*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. *A linguagem falada no Vale do Acre – Materiais para estudo*. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.

_____. *A linguagem falada no Vale do Purus – Materiais para estudo*. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.

_____. *A linguagem falada no Vale do Juruá – Materiais para estudo*. Centro de Estudos Dialectológicos do Acre – CEDAC, Rio de Janeiro: 2002.

_____. *Glossário do Vale do Acre: látex e agricultura de subsistência*. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

NASCENTES, Antenor. *Divisão dialectológica do território brasileiro*. s/ ed. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 1955.

NETO, Serafim da Silva. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 4ª. ed., Coleção Linguagem, Rio de Janeiro: Presença, 1977.

RELAÇÕES DE INFLUÊNCIAS: USOS DA LINGUÍSTICA APLICADA E DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO ENSINO DE IDIOMAS

(LUIZ FERNANDO DIAS PITA UERJ/
ABRAFIL)

Resumo: O presente artigo versa sobre as transformações ocorridas no ensino de idiomas – incluindo-se aí a língua materna – em razão dos avanços da Linguística Aplicada e também das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Opto aqui por tratar do ensino de idiomas como um todo, sem fazer qualquer discriminação entre a Língua Portuguesa e as línguas estrangeiras em razão do fato de que, à exceção daquilo que diz respeito ao ensino da oralidade, todos os demais aspectos do ensino de idiomas vêm coincidindo em sua práxis. O tema, creio, deve estar em nosso horizonte de pesquisas pelo fato de que, ao linguísta e também ao filólogo, interessa em primeira mão discutir-se o *como* se dá a transmissão dos conhecimentos sobre a linguagem.

Palavras-chave: Linguística Aplicada, Tecnologias de Informação, Ensino de Língua Portuguesa, Ensino de Língua Estrangeira

Resumen: El presente artículo trata de las transformaciones ocurridas en la enseñanza de idiomas – incluso lengua materna – en razón de los avances de la Linguística Aplicada y también de las llamadas Tecnologías de Información y Comunicación (TICs). Opto aquí tratar de la enseñanza de idiomas como un todo, sin tejer cualquier discriminación entre Lengua Portuguesa y lenguas extranjeras en función del hecho que, exceptuándose lo que tañe la enseñanza de la oralidad, todos los demás aspectos de la enseñanza de idiomas vienen coincidiendo en sus práxis. El tema, creo, debe estar en nuestro horizonte de investigaciones por que, tanto al linguísta como al filólogo, es de inmediato interés discutirse *cómo* se procesa la transmisión de los conocimientos sobre el lenguaje. **Palabras-clave:** Linguística Aplicada, Tecnologías de Información, Enseñanza de Lengua Portuguesa, Enseñanza de Lengua Extranjera

O extraordinário progresso tecnológico da segunda metade do século XX, aliado às novas perspectivas para o ensino de idiomas – refiro-me aqui tanto às surgidas pelo desenvolvimento da Linguística Aplicada quanto às impostas pela mercantilização de bens culturais determinada pelo atual estágio do capitalismo – acabaram por redefinir diametralmente as práticas até então consagradas para este tipo de ensino. Em função disto, este texto analisará a trajetória da evolução das principais ideias – e suas repercussões) relativas ao ensino de línguas ao longo deste século, explorando os paulatinos vínculos que estas constroem com as Tecnologias de Informação e Comunicação.

Antes porém, de tratarmos das alterações das ideias e das técnicas, convém falarmos das que ocorrem nos homens: Kramersch (1995) aponta para o fato de que, desde os anos 40, ocorre uma mudança do perfil do aluno de Letras: que cada vez menos estão interessados no beletismo dos cursos e voltam-se cada vez mais tanto aos aspectos científicos dos estudos da linguagem, quanto aos aspectos práticos da relação ensino/aprendizagem, voltando-se de modo cada vez mais efetivo para sua participação no mercado de trabalho. Esta guinada no perfil do estudante é igualmente extensível aos estudantes médios de línguas estrangeiras, com o agravante de que os interesses desses são agora voltados diretamente para uma necessidade imposta pelo mercado de trabalho.

Assim, os cursos de Letras (e também os de idiomas) não tem mais como perfil de aluno aquele indivíduo com elevado índice de formação geral e base cultural solidificada, mas um (futuro) profissional que deseja sua inserção em um mercado de trabalho competitivo e para quem a aprendizagem do idioma constitui-se em fator de crescimento na carreira exercida. Este profissional tem uma formação voltada diretamente *para a*, e portanto *delimitada pela*, profissão em que atua; ademais, sendo sua “necessidade” uma imposição de mercado, a ele convém uma aprendizagem o mais eficaz e prática quanto possível.

Visando atender a esse profissional, o ensino de línguas – tanto estrangeiras nos cursos de idiomas e de Letras, quanto portuguesa, nas escolas de Ensino Fundamental e Médio desnudou-se de seu caráter gramaticalista, pois nem sempre este novo aluno é conhecedor da gramática de seu próprio idioma, e voltou-se para o ensino *do uso* do idioma com fins de resolução de questões voltadas a seu cotidiano, em uma abordagem prática e com uso intensivo do idioma em processo de apreensão, a qual foi convencionalmente denominada “Abordagem Direta” ou “Método Direto”.

A adoção, pela maioria das escolas, do Método Direto como estratégia de aprendizagem de idiomas pôs a nu uma questão até então secundária: a da

preparação dos professores de línguas estrangeiras.

Treinados em um ambiente voltados para o gramaticalismo, verificou-se a inadequação do grande parte professorado para efetivar estas propostas em sala de aula. Esta inadequação se manifesta de duas maneiras: enfático no tocante à comunicação e expressão, o método direto exige do professor uma resistência física que lhe permitisse manter essa ênfase após várias horas de trabalho; além disso, muitas vezes faltam-lhe também pré-requisitos linguísticos: fluência oral e boa pronúncia (no caso da língua estrangeira) e capacidade de elaboração de materiais didáticos apropriados a esta metodologia. É no intuito de preencher as lacunas nestes pré-requisitos que o recurso à Linguística Aplicada faz-se mister.

Uma vez que, para o alcance daquelas novas finalidades e abordagem requeridas pelo novo tipo de aluno que ora se delineava cumpria a reprodução, em sala de aula, daquelas situações do cotidiano nas quais este novo aluno seria partícipe, o primeiro ponto visível da presença da Linguística Aplicada nas novas propostas de ensino de língua se daria a conhecer na nova configuração dos materiais didáticos; pois, para esta reprodução, tentou-se primeiramente o uso – no livro didático – de pequenas narrativas, nas quais o vocabulário a ser aprendido era didaticamente exposto.

A primeira inovação neste aspecto seria a reprodução destas narrativas recorrendo-se às histórias em quadrinhos. Tal fato, se aparentemente de menor importância, representará um novo e permanente vínculo que se estabelece entre o ensino de idiomas e as formas de representação cultural estabelecidas por/para a sociedade de massas. Vínculo este que, na contemporaneidade, se transfere a todas as formas de *mass media*.

Estas inovações acabaram por instaurar, nos cursos de formação de professores, novas demandas: ademais da formação efetiva de um falante da língua estrangeira habilitado como professor da mesma; era necessário agora formá-lo também como alguém gabaritado a pesquisar sobre o *quê* e o *como* ensinar este idioma, dentro dos novos paradigmas que se instauravam. Esta formação bidirecionada é um objetivo que, no caso das universidades brasileiras, ainda não foi plenamente alcançado, embora as reformas em seus programas de ensino o venham seguidamente enfocando. Sobre isto, Moita Lopes nos adverte que

No contexto educacional brasileiro, a sala de aula de línguas tem sido predominantemente um local de ensino e muito raramente um local de pesquisa. Acreditamos que isso se deva a pelo menos dois fatores deste contexto: a) a formação do professor indiretamente voltada para o ensino, e b) a ausência de tradição de pesquisa em nossas universidades

no que se refere à área de ensino/aprendizagem de línguas (estrangeiras e materna). (LOPES, 1996:133)

Visando, portanto, reconfigurar as linhas gerais do ensino de línguas,

os linguistas aplicados, a partir de subsídios teóricos advindos da linguística e da psicologia, formulavam métodos de ensino de línguas, isto é, apresentavam abordagens fundamentadas de como isto é, apresentavam abordagens fundamentadas de como a apresentação/recebimento do insumo linguístico deveria se dar, e mediam os resultados provenientes deste processo através da administração de testes de conhecimento linguístico. (LOPES, 1996:135)

acentuando aquela simbiose entre Linguística Aplicada e ensino de línguas mencionadas no capítulo anterior. Tal prática terá consequências diversas, mas tampouco se dará sem atritos entre os linguistas aplicados e os professores de idiomas, denotando uma oposição entre a práxis linguística e a práxis empírica, estes atritos são perceptíveis no tom incisivo com que a fala de Allen (1973) tenta demarcar os dois territórios:

I would at the same time underline one point of which no teacher of linguistics needs to be reminded: that there exists a vast store of knowledge which is just linguistics, and common ground to all linguists whatever model they happen to be using. (...)

It is obvious, therefore, that the problem of the language teacher is not only whether or not to apply linguistics, but whose linguistics to apply, and what sort. (...)

It is the production of analysis that is the business of the linguist. But if the linguist claims that such and such a method is the best way to learn the language, he is speaking outside his competence. For it is not learning, but language, that is the object of linguistics – pure or applied. Applied linguistics is not language learning. (...)

It is the business of the language teacher to know the foreign language, to know how to teach it and to know something about it. It is in relation to this latter need that linguistics might be expected to be useful. (...) For a language teacher, the completeness of a grammar is more relevant than its scientific consistency; clarity is more important than conciseness; examples more useful than definitions. (ALLEN, 1973:245-52)

É evidente que muitos desses atritos seriam advindos dos ruídos na comunicação entre usuários de um jargão decididamente técnico-científico

(os linguistas aplicados) e os de um jargão eminentemente próximo ao da Pedagogia e marcado pela prática. Sobre isso, o artigo “*The er?*” (Kramersch, 1995) será completamente elucidativo, ao afirmar que:

applied linguist and the foreign language teacher: can they talk to each other? The possibilities of mutual enrichment between applied linguists and language teachers have thereby increased dramatically, but so have the misunderstandings and short-hand verbal practices, which constitute as many opportunities for misunderstanding. (KRAMSCH, 1995:43)

Outra das consequências diretas das práticas acima enunciadas será derivada de que, se o interesse dos linguistas estava voltado para o conteúdo dos cursos, as abordagens de ensino e no resultado final, este interesse, em grande parte comum aos dos pedagogos, acabava por estabelecer outra “zona híbrida”, desta vez com a Pedagogia, que acaba se afirmando como o lugar de prática da Linguística Aplicada, não sendo pois um despropósito que Spolsky use o termo “Linguística Educacional” para denominá-la. Contudo, o *modus operandi* da relação ensino/aprendizagem continuou fora do foco da maioria dos linguistas aplicados, sendo objeto de exame daqueles que o faziam pelo viés da Psicologia (da aprendizagem).

Por objetivarem justamente aquele *modus operandi*, a inserção dos que podemos chamar (psico)linguistas aplicados acaba somando novos conhecimentos aos já consagrados. Um destes conhecimentos é a maior atenção dedicada à aprendizagem, e não ao ensino em si, com isso detectam nuances nesse processo, tal como o distinguir-se *aprendizagem* de *aquisição*, as quais, como nos explica Vilson Leffa (1988:212)

Entende-se por aprendizagem o desenvolvimento formal e consciente da língua, normalmente obtido através da explicitação de regras. Aquisição é o desenvolvimento informal e espontâneo da segunda língua, obtido normalmente através de situações reais, sem esforço consciente. Na aprendizagem, o enunciado tem origem na língua materna, podendo conscientemente passar para a segunda língua. Na aquisição, o enunciado já se origina diretamente na segunda língua.

Também a teoria de Krashen, fundamento de diversos métodos de ensino/aprendizagem de línguas, é uma colaboração da (psico)linguística aplicada que, à parte os inúmeros questionamentos justamente sobre sua aplicabilidade como fonte para a elaboração de um método de ensino, acaba por elucidar

vários aspectos sobre o *como* se dá o processo de aprendizagem de línguas. Diversas das hipóteses levantadas por Krashen acabaram sendo acatadas por pedagogos, didatas e professores voltados para o ensino de línguas, e são, ainda hoje, tratadas como axiomas.

Contudo, a aproximação da Linguística Aplicada com a Psicologia –somados ainda à onipresença estruturalista nas Ciências Humanas - traria ainda outra consequência: o advento, no período após a II Guerra Mundial, da “Abordagem Audiolingual”, de quem importa agora explicitar os pressupostos – que recebem também tratamento axiomático por parte de muitos dos envolvidos no processo de ensino de idiomas. Estes “axiomas” são expressos pelo “pentálogo” audiolingual: a) Língua é fala, não escrita; b), Língua é um conjunto de hábitos; c), Língua é o que os nativos dizem, não o que alguém acha que eles deveriam dizer; d), O professor deve ensinar a língua, não sobre a língua; e e), Línguas são diferentes. E é da estrita observância a estes “axiomas” que derivarão todas as práticas audiolinguais. Analisemo-las:

O exposto nos itens acima pressupõe o ensino da língua em âmbito estrita e extremamente sincrônico – o que exige um trabalho ininterrupto de pesquisa – e também que se produzissem meios capazes de apresentação desse conteúdo que acentuassem o contraste entre a língua materna e a língua estrangeira, pois, conforme Leffa:

O audiolingualismo defendia uma versão forte da análise contrastiva. Pela comparação dos sistemas fonológicos, lexicais, sintáticos e culturais entre duas línguas podia-se prever os erros dos alunos. A tarefa primordial do planejador de cursos era detectar as diferenças entre a primeira e a segunda língua e concentrar aí as atividades, evitando assim os erros que seriam causados pela interferência da língua materna.

O audiolingualismo dominou o ensino de línguas até o início da década de 1970.

(LEFFA, 1988:221)

A abordagem audiolingual foi, em virtude dos componentes que a compunham, responsável pela introdução maciça da tecnologia em sala de aula: por exemplo, se é necessária a reprodução exata da fala dos nativos, logo nada melhor do que usar-se gravações lidas ou teatralizadas pelos próprios. Assim, é durante os anos de predomínio do audiolingualismo que a sala de aula é transformada nos chamados “laboratórios de idiomas”.

Com os anos porém evidenciou-se que os resultados apresentados

pelos alunos não diferiam muito do daqueles que estudavam por outras abordagens:

Na prática, havia também problemas sérios. Os alunos que aprenderam pela abordagem audiolingual pareciam apresentar as mesmas falhas de aprendiz de métodos anteriores: no momento em que se defrontavam com falantes nativos, em situações reais de comunicação, pareciam esquecer tudo o que tinham aprendido na sala de aula. As repetições intermináveis para desenvolver a super-aprendizagem tornavam as aulas cansativas para alunos e professores. A ênfase na forma, em detrimento do significado, faziam os alunos papaguear frases que não entendiam. (LEFFA, 1988: 223)

Além disso, “O humanismo e o cognitivismo que predominavam agora na psicologia não aceitavam a fragmentação da aprendizagem em pequenas etapas. A ideia de que uma teoria de aprendizagem humana pudesse se basear em automatismos passou a ser rejeitada. (LEFFA, 1988:224).” Fato inusitado: uma prática ser rejeitada não por ter surgido outra melhor, mas porque esgotaram-se as possibilidades teóricas de sua sustentação.

Antes de prosseguirmos e entrarmos diretamente na relação entre LA e TICs no ensino de línguas, convém tratarmos – para a completude do nosso quadro – do que se seguiu à queda do audiolingualismo: a “Abordagem Comunicativa”. Retomando-se – uma vez mais– Leffa, este esclarece que:

Enquanto que no audiolingualismo o ensino da língua se concentrava no código, amplamente descrito durante os vários anos do estruturalismo, a nova abordagem enfatizava a semântica da língua, descrita fragmentariamente em alguns estudos esparsos. Daí que o primeiro desafio dos metodólogos foi elaborar um inventário das noções e funções que normalmente se expressam através da língua. O objetivo não era descrever a forma da língua, mas aquilo que se faz através da língua. (LEFFA, 1988:225)

Se cabe aos linguistas aplicados realizar o “inventário das noções e funções” mencionado acima, estes logo se defrontarão com a dificuldade de compor um inventário igualmente satisfatório a todo e qualquer tipo de aluno. Pois se aparentemente há um núcleo de termos e usos comum aos aprendizes de qualquer idioma, para os que aderem à abordagem comunicativa, até mesmo a existência desse núcleo é questionada. Ainda uma vez, é Leffa quem nos alerta de que:

Um dos aspectos mais criticados pela Abordagem Comunicativa em relação às abordagens anteriores foi a falta de objetivos específicos no ensino de línguas. O pressuposto, anteriormente defendido de que, independente do objetivo final, há sempre um núcleo comum, inicial, a ser aprendido por todos é questionado pela AC. Os cursos devem ser planejado a partir das necessidades e interesses dos alunos. Um curso de L2 preparado para um bancário pode não servir para um comerciante e vice-versa. (LEFFA, 1988:227)

Essa postura particularizadora defendida pela Abordagem Comunicativa não deixa de ser reflexo da tendência da Pós-Modernidade à fragmentação dos grupos sociais em unidades menores, mas acaba por servir mais apropriadamente àqueles que necessitavam aprender algum idioma por razões específicas, atendendo assim, mais personalizadas, às diversas fatias de que esse mercado se compunha.

O êxito rapidamente alcançado pela Abordagem Comunicativa fez com que muitos a abraçassem como a panaceia definitiva para o ensino de línguas. Até mesmo materiais didáticos elaborados especificamente para o “Método Direto” ou para a abordagem audiolingual receberam novas roupagens, convenientemente adaptadas – se é que essa adaptação era de fato possível – para a abordagem comunicativa.

No aspecto das tecnologias, a abordagem comunicativa é menos fascinada por seu uso do que o audiolingualismo. E convém ressaltar que a evolução das distintas abordagens até aqui investigadas reproduzem, *grosso modo*, o mesmo caminho seguido pelas artes e demais manifestações do espírito humano no século XX: passa-se sucessivamente do enfoque no emissor (professor) promovido pelo Método Direto ao enfoque no código (audiolingualismo) e deste para o enfoque no receptor (aluno) na abordagem comunicativa.

Contudo, também a abordagem comunicativa não será responsável por melhores índices de aprendizagem/aquisição de línguas estrangeiras do que os apresentados pelos que lhe antecederam, dado que levará Leffa a concluir que

Um fator ainda não estabelecido no ensino de línguas é até que ponto a metodologia empregada faz a diferença entre o sucesso e o fracasso da aprendizagem. Às vezes dá-se a metodologia uma importância maior do que ela realmente possui, esquecendo-se de que o aluno pode tanto deixar de aprender como também aprender apesar da abordagem usada pelo professor. As inúmeras variáveis que afetam a situação de ensino

podem sobrepujar a metodologia usada, de modo que o que parece funcionar numa determinada situação não funciona em outra e vice-versa.(...) A solução proposta por alguns metodólogos é a do *ecletismo inteligente*, baseado na experiência da sala de aula: nem a aceitação incondicional de tudo que é novo nem a adesão inarredável a uma verdade e ninguém. Nenhuma abordagem contém toda a verdade e ninguém sabe tanto que não possa evoluir. A atitude sábia é incorporar o novo ao antigo: o maior ou menor grau de acomodação vai depender do conhecimento prévio de cada um. (LEFFA, 1988:229-30).

Pode-se aventar a hipótese de que o sucesso ou fracasso de um aluno ao ser exposto a esta ou àquela metodologia esteja antes ligado a como o cérebro deste aluno se organize para receber e processar novas informações dentro das questões levantadas a partir do reconhecimento das múltiplas inteligências, mas esta hipótese não desenvolveremos por escapar ao espírito deste trabalho.

Lembrando-nos de que os anos que assistem à ascensão e derrocada da abordagem audiolingual – décadas de 50 a 70 – são também os mesmos em que se dá o surgimento e desenvolvimento da informática, devemos atentar para as interfaces desses dois processos.

A aplicação da informática na educação é segundo Cristina Alonso Cano, resultado direto daqueles mesmos fatores que influenciariam o ápice da abordagem audiolingual, pois, segundo a autora espanhola:

A psicologia condutivista, as teorias de Skinner, e o ensino programado impregnaram, nas décadas de 50 e 60, amplos setores do mundo da educação e, conseqüentemente, atingiram os projetos de informática. Do culto ao professor passa-se ao culto ao livro e deste, ao culto do computador, um computador no qual apareciam programas com uma estrutura linear ou ramificada e que substituíam o professor na função que o caracterizava: a transmissão de conhecimentos.

A década de 70 e grande parte da de 80 foi dominada pela aprendizagem por descobrimento e, com ela, chegaram os programas de simulação (o aluno recebe um papel muito mais ativo no processo de ensino e aprendizagem) e o “aprender fazendo”. Logo, é neste momento que se começa a falar dos ambientes de aprendizagem, opção plenamente vigente na década de 90. (ALONSO CANO, 2001:175)

Dissemos anteriormente que o ensino de idiomas pela abordagem audiolingual acentuará os vínculos com os avanços tecnológicos que lhe são concomitantes: o ensino de idiomas passará a servir-se também de todo e

qualquer modo de reprodução que os diversos estágios da tecnologia pudessem oferecer: gravadores, toca-fitas, retroprojetores, episcópios, projetores de slides etc. Enfim, significa a detecção da – e o encanto pela – aplicabilidade dos avanços da tecnologia, adaptados e direcionados, em um fim específico. Estaria, a partir daí, configurada a existência de uma “tecnologia educacional”(TE).

É importante ressaltar que, entre os diversos aparelhos que são comumente considerados “tecnologia educacional”, é válido considerar que alguns são *adaptados* ao uso em sala de aula, caso dos rádios, gravadores, toca-fitas etc., enquanto outros foram *desenvolvidos* já com esta finalidade pedagógica, caso do retroprojetor, do episcópio e do projetor de slides. Mas convém ainda abrir aqui um parêntese: ao usarmos o termo “tecnologia educacional”, fazemo-lo visando unicamente denominar o uso com finalidade didática destes conjunto de aparelhos, como os supra-citados, uma vez que acatamos a definição proposta por Juana María Sancho, segundo quem:

Em geral, a Tecnologia Educacional foi utilizada em todos os sistemas educacionais e não se pode confundir com os aparelhos, as máquinas ou as ferramentas.

Todos utilizam alguma tecnologia em suas aulas. As expositivas, o agrupamento dos alunos segundo a idade, os livros-texto, etc., foram e são outras tantas respostas aos problemas gerados pela necessidade (ou pela decisão) de proporcionar ensino a toda uma coletividade de cidadãos e cidadãs de forma obrigatória ou voluntária. (SANCHO, 2001:40)

Indo, pois, além da definição de Sancho, percebemos que se configura aí uma nova relação de forças em que o ensino de idiomas se vale da Linguística Aplicada para a seleção dos conteúdos e da tecnologia educacional para a criar a roupagem de apresentação desses conteúdos. O ensino de idiomas será também, a partir da década de 60, uma área em busca de sua autonomia, semelhantemente ao ocorrido com a Linguística Aplicada, o Ensino de Idiomas objetivará estabelecer-se como ciência, e isso irá alterar a correlação de forças até então estabelecida entre estes saberes.

Entretanto, os avanços ocorridos na área de Informática – principalmente desde a segunda metade da década de 80 - constituir-se-iam em novo estágio no desenvolvimento daquela tecnologia educacional que acabávamos de mencionar: a avalanche provocada pela informática reconfigurou praticamente toda e qualquer atividade intelectual contemporânea e, deste modo, em pouco tempo levaria todo o maquinário acima mencionado à obsolescência.

Como consequência direta desse processo, pode-se afirmar que hoje ao cogitarmos sobre tecnologia educacional, pensaremos inicialmente nas ferramentas de informática. Entretanto, a partir da leitura de Oliveira *et alii*, percebe-se como esta leitura é simplista, pois mesmo usando o computador como meio de utilização, não podem a ele reduzidas, Oliveira nos adverte de que em termos mais concretos, as NTs, desenvolvidas nas últimas décadas com o avanço alcançado pelas áreas da eletrônica, telecomunicação e informática, abrangem o computador – com seus recursos de hipertexto, multimídia e hipermídia -, a televisão a cabo e por satélite, o CD-ROM, as tele e videoconferências. É facilmente perceptível como as três áreas se integram, permitindo a produção de equipamentos que potencializam múltiplas atividades humanas, tais como as de buscar, distribuir, produzir, manipular informação e conhecimento. (OLIVEIRA et alii, 2001:62)

Posto que a Tecnologia Educacional contemporânea dispensa a existência de ferramentas específicas, e, por usar o mesmo aparato tecnológico das TICs, poderá ser encarada como uma de suas possibilidades de aplicação. A presença avassaladora dos recursos de informática e as múltiplas possibilidades de sua aplicação em sala de aula levaram inclusive à constituição da “Informática Educativa”, setor diretamente voltado para tal e cujas atribuições se confundem, hoje, com as da Tecnologia Educacional.

Importa notar ainda que a Tecnologia Educacional, apesar de hoje contida na e metamorfoseada em Informática Educativa, guardará um espaço de distinção: a Tecnologia Educacional chegou a desenvolver ferramentas para uso próprio e exclusivo em sala de aula – como o episcopio -, enquanto a Informática Educativa pensa sempre em como utilizar didaticamente meios desenvolvidos para outros fins pelas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Superadas pois as ferramentas usuais de TE pelos aparelhos de informática, registra-se concomitantemente, graças também ao desenvolvimento das TICs, um enorme avanço das atividades ligadas à Educação a Distância (EaD), e um novo desenho para todas as modalidades de ensino: torna-se hoje inimaginável haver novos avanços em quaisquer das atividades ligadas à instituição escola e à atividade ensino que não estejam intimamente relacionados à informática. Evidentemente, nesse rol está incluído o ensino de idiomas, cujas novas perspectivas de abordagem forçosamente passarão através de meios gerados entre as TICs, razão pela qual se pode afirmar que a educação do futuro será um processo multimídia, conforme o faz Nelson de Luca Pretto em seu *Uma escola sem/com futuro – Educação e Multimídia* (Campinas: Papyrus, 1996).

Entretanto é obrigatório perguntar-se: de que modo estes avanços transformam, no caso do ensino de idiomas, a função até aqui exercida pela Linguística Aplicada? Cremos que uma resposta implicará ainda examinar mais refletidamente como se reconstróem o panorama dos estudos de línguas, em uma panorama já dominado pelas TICs.

Segundo o ponto de vista do aluno, rompe-se qualquer possibilidade de controle, por parte do professor, do acesso a qualquer material didático não inserido no planejamento de curso. Recordando que, no auge das práticas tecnicistas baseadas em Skinner, o professor exercia enérgico controle sobre a progressão dos alunos, “filtrando”, por assim dizer, os conteúdos a que este poderia ter acesso, com o fim de reforçar – através dos materiais prescritos – o aprendizado de tal ou qual tópico. Com o uso da Internet, o aluno pode acessar textos, imagens, noticiários de qualquer fonte sem que haja qualquer chance de controle por parte do professor. Evidentemente que, sem a devida orientação, qualquer destes acessos será fatalmente subutilizado.

Segundo o que tange ao professor, fica evidente o esvaziamento de sentido do termo “grupo de alunos”, uma vez que o próprio desenvolvimento e ritmo de aprendizado de cada aluno em particular estará igualmente determinado pelo seu próprio conhecimento dos recursos de informática. Assim, o planejamento de atividades pedagógicas deverá pautar-se também na possibilidade de as mesmas serem classificadas pelos recursos de informática que requeiram dos alunos - vistos em particular, nesse caso. Estratégias como os *webquests*, promovidos pela Escola do Futuro da USP, além dos múltiplos grupos de aprendizagem colaborativa surgidos nas redes sociais, são exemplo do que afirmamos. Outro fato, este de cunho extremamente negativo, é o de que a maioria dos trabalhos requeridos aos alunos sejam meras colagens de textos disponibilizados na rede.

Ainda no que tange ao professor, ser capaz de incorporar em seu cotidiano profissional o universo de mudanças imposto pela multimídia impõe uma “reinvenção” deste enquanto profissional, já que, em geral, sua formação não previra estas transformações, e além disso, seu desconhecimento deste novo mundo o coloca em desvantagem em relação até mesmo a seus alunos: pois destes pode-se dizer o mesmo dito por Michel Tardy sobre a relação professor-aluno-televisão:

já pertencem a uma civilização icônica, enquanto os professores pertencem ainda a uma civilização pré-icônica. Daí essa situação sem precedentes na história da pedagogia: os professores precisam, senão ultrapassar, pelo menos alcançar seus alunos. (Tardy, 1976:27)

Portanto o professor cabe seguramente o ônus mais pesado de todas estas transformações, já que está em desvantagem perante seus alunos e não tem - em geral - onde adquirir estes conhecimentos que lhe faltam senão nas próprias TICs, posto que também as fontes de informação tradicionais não mais se prestam a este tipo de ajuda, daí que, manter-se em dia com essas novas demandas do magistério

... exige a atualização constante do professor em face dessa realidade na qual ele também está inserido de múltiplas formas. Além disso, o desvendamento das concepções que permeiam o trabalho educativo nas escolas favorecerá por certo o estabelecimento de balizas que nortearão o uso de tecnologias nos contextos formais de educação.

Se até há pouco tempo livros, apostilas, jornais e revistas eram a principal fonte e pesquisa, hoje também se integram a esses recursos os CD-ROMs e as páginas de Internet, bem como o áudio e videoconferências. Se a biblioteca era a referência para as pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, o próprio conceito de biblioteca hoje muda com os sistemas de pesquisa *on-line* nas bibliotecas digitais e virtuais. (OLIVEIRA et alii, 2001:09)

Sendo, pois, a defasagem da formação dos professores um - e, a nosso ver, o principal - entrave para a aplicação, em sua plenitude, das múltiplas vantagens que podem advir da incorporação das TICs ao cotidiano das escolas, acreditamos que é este um dos sentidos que deverão delinear a formação docente dos próximos anos, sob pena de que essa desvantagem se transforme em abismo intransponível. Por essa mesma razão, vemos que aquelas escolas (de idiomas ou não) em que o uso da informática já está em vias de implantação têm também sido impedidas de usá-la como ferramenta eficaz de ensino. Em muitos casos, a informática tem sido usada como elemento de propaganda muitas vezes enganosa -, ou é colocada como mais uma disciplina a ser ensinada ao aluno; mas não é usada como ferramenta pedagógica para o ensino de outras disciplinas. Na grande maioria casos cumpre ainda

...transformar a simples utilização do computador numa abordagem educacional que favoreça efetivamente o processo de conhecimento do aluno. Dessa forma, a sua interação com os objetos da aprendizagem, de sua capacidade de interpretação e análise da realidade tornam-se privilegiados e a emergência de novas estratégias cognitivas do sujeito é viabilizada. (OLIVEIRA et alii; 2001:62)

É sabido ainda que a atual dinâmica de funcionamento dos

computadores prevê sua distinção em *hardwares* e *softwares*, sendo estes últimos a programação do uso a ser dado à máquina, devemos notar que se distinguem - no tocante a sua aplicação no processo de ensino/aprendizagem - em educacionais e educativos. Para esclarecer-se esta distinção, voltaremos a Oliveira:

O que caracteriza um *software* como educacional é sua inserção em contextos de ensino-aprendizagem. Assim, nessa perspectiva, um determinado programa de computador pode ser considerado um produto educacional se adequadamente utilizado pela escola, mesmo que não tenha sido produzido com a finalidade de uso no sistema escolar. (...) O software educativo é uma classe de software educacional cujo objetivo é o de favorecer os processos de ensino-aprendizagem. O que diferencia o SE de outras classes de software educacional é o fato de ser desenvolvido com a finalidade de levar o aluno a construir determinado conhecimento relativo a um conteúdo didático. (OLIVEIRA et alii; 2001:73)

Esta distinção pode ser vista como um aspecto que limita o espaço de participação da Linguística Aplicada no ensino de idiomas, quando este se dá através das TICs, já que aquelas tarefas aos quais se têm tradicionalmente recorrido ao linguista aplicado – elaboração de programas e conteúdos, sequencialidade de aprendizado, desenvolvimento das quatro habilidades comunicativas, etc -, tendem a encontrar nos softwares educativos o espaço onde – ainda – podem desenvolver-se, no entanto, a própria disponibilidade de livre manuseio das TICs pelos alunos traz a possibilidade de que este rompa com toda e qualquer prescrição metodológica.

Vale apontar que este dilema acaba por reeditar as antíteses entre as abordagens audiolingual e comunicativa: em virtude das minúcias que o planejamento de um software educativo requer, é impossível – pelo menos até nossos dias - fazê-lo sem aquele estrito planejamento acima apontado e sem recorrer-se – ainda que involuntariamente – a alguma forma de ensino que reedite a instrução programada. Por outro lado, o livre manuseio das TICs – que de *per si* abole qualquer possibilidade de orientação e controle prévio – traz novamente à baila o axioma da abordagem comunicativa que considerava desnecessário a fixação prévia de um programa de estudos; fugindo-se pois a aprendizagem/aquisição do idioma ao controle pré-arranjado pelo professor, que perdeu o poder de regulamentar o contato do aluno com a língua em estudo.

Ter-se-ia então encontrado um limite para as possibilidades de

aplicação da Linguística Aplicada ao ensino de idiomas? Estaria esta limitada à produção de *softwares* educativos voltados para o ensino de línguas, ficando o aluno livre para, através da Internet, descobrir o que lhe interessasse do modo que melhor lhe conviesse, sem qualquer tipo de tutoria? A presença e a enorme variedade de cursos *on-line* de línguas estrangeiras nos impede de dar resposta afirmativa às questões. De fato, constata-se que uma enormidade de distintos *modi operandi* que estes cursos apresentam apenas ampliam as múltiplas possibilidades de aplicação da LA, desde que se compreenda que este saber que como vimos no capítulo anterior, é sem limites definidos, vai, através de tecnologias sem limites de evolução, adentrar território (virtual) sem limites de expansão. Logo, o que se impõe repensar não é a Linguística Aplicada nem a viabilidade de seu uso, mas as estratégias para a execução desse uso.

Ademais, pode-se mesmo afirmar que o desenvolvimento da informática deu-se, desde seus primórdios, através da elaboração de distintas linguagens com as quais se pudesse estabelecer a operacionalidade das máquinas e a interação máquina-usuário: atentando-se para a evolução destas linguagens, verifica-se mesmo que há uma evolução semelhante à das línguas naturais: presenciamos linguagens que se formam – a partir da criação de um novo sistema operacional, caso da plataforma GNU/Linux; que se dialetalizam, adquirindo distintos graus de complexidade, caso das diferentes versões que estes sistemas podem ter, como é o caso dos sistemas DOS, MS-DOS e Windows; e linguagens que morrem, casos dos já extintos Fortran, Basic, Dbase, Lotus, etc. Sendo pois a informática um universo que se constrói através da linguagem, parece-nos razoável pensar que a elaboração das linguagens de informática e dos modos de aplicação destas é também uma (novíssima) possibilidade para a Linguística Aplicada.

Se os fatos que até aqui vimos analisando – a Linguística Aplicada, as Tecnologias de Informação e Comunicação e o mundo virtual – não parecem ter limites, vemos que, conjugados para servir ao Ensino de Línguas, descortina-se um limite aparentemente intransponível: a fala do nativo. No tocante ao Ensino de Línguas, levar o aluno a falar como um nativo tem sido um dos objetivos mais acalentados por todas as abordagens que se desenvolvem ao longo do século XX, consegui-lo é prova cabal de êxito do processo ensino/aprendizagem, seja por qual forma este se opere. Mesmo havendo os que se contraponham a tal empreitada, alegando que buscar a fala do nativo significa anular quaisquer traços da própria identidade cultural – há quem brinque dizendo que o único profissional que realmente necessita falar como um nativo é o espião -, tais contraposições não chegam

sequer a abalar o senso comum –herdado do audiolingualismo - que mede o êxito da aprendizagem pela imitação ao nativo. Assim, o mercado do Ensino de Línguas tem, na fala do nativo, seu *non plus ultra*, o ponto até onde se pode levar o aluno, mas do qual ninguém é capaz de ir além.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, J.P.B. & P. *The Edinburgh Course in Applied Linguistics*. London: Oxford University Press, 1973. Vol. I
- ALONSO CANO, Cristina. “Os recursos da informática e os processos de ensino e aprendizagem.” In: SANCHO, Juana María (org.). *Para uma Tecnologia Educacional*. Porto Alegre: ArtMed, 2001.
- BASTOS, Lúcia K. X; MATTOS, Maria Augusta (eds) *Trabalhos em Linguística Aplicada* 22. Campinas: UNICAMP/IEL, 1993.
- BAUSCH, Karl-Richard et alii. O ensino de línguas estrangeiras: comparação entre as concepções científicas. In: BAUSCH, Karl-Richard (ed.) *Handbuch Fremdsprachenunterricht*. Tübingen, Basel: Francke, 1995. 13-23
- BEAUGRANDE, Robert de. Theory and Practice in Applied Linguistics: Disconnection, Conflict, or Dialectic? In: *Applied Linguistics*, Vol 18, n 3. London: Oxford University Press, 1997, 279-313.
- BRUMFIT, Christopher. Teacher Professionalism and Research. In: Guy Cook & SEIDLHOFER, Barbara (eds), *Principle & Practice in Applied Linguistics: Studies in honour of H. G. Widdowson*. Oxford: Oxford University Press. 1995. 27-41.
- CAVALCANTI, Marilda C.; LOPES, Luiz Paulo Moita. “Implementação de pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro” in: *Trab. Ling. Apl. Campinas*, (17): 133-144, Jan/Jun. 1991.
- CELANI, Maria Antonieta A. A importância da Linguística Aplicada na Formulação de uma Política Educacional Brasileira. In: Fortkamp, M. B. M.: *Aspectos da Linguística Aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000. 17-32
- GRABE, William & KAPLAN, Robert (eds.) Introduction. In: *Introduction to Applied Linguistics. Reading*, Massachussets: Addison-Wesley 1991 1-9
- _____. Becoming an Applied Linguist. In: GRABE, William & KAPLAN, Robert (eds.) *Introduction to Applied Linguistics. Reading*, Massachussets: Addison-Wesley 1991 281-301
- _____. Applied Linguistics and Linguistics. In: GRABE, William & KAPLAN, Robert (eds.) *Introduction to Applied Linguistics. Reading*, Massachussets: Addison-Wesley 1991 33-58
- KRAMSCH, Claire. The Applied Linguist and Foreign Language Teacher:

- Can they talk to each other? In: COOK, Guy & SEIDLHOFER, Barbara (eds), *Principle & Practice in Applied Linguistics: Studies in honour of H. G. Widdowson*. Oxford: Oxford University Press. 1995. 43-56.
- LEFFA, Vilson J. “Metodologia do ensino de línguas” in: BOHN, Hilário; VANDRESSEN, P. (orgs.) *Tópicos de Linguística Aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: UFSC, 1988, 211-231.
- LOPES, Luiz Paulo Moita. *Oficina de Linguística Aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- OLIVEIRA, Celina Couto de; COSTA, José Wilson da; MOREIRA, Mercia. *Ambientes infomratizados de aprendizagem – produção e avaliação de software educativo*. Campinas: Papirus, 2001.
- SANCHO, Juana María (org.) “A tecnologia: um modo de transformar o mundo carregado de ambivalência”. In: -----, *Para uma tecnologia educacional*. Porto Alegre: ArtMed, 2001.
- TARDY, Michel. *O professor e as imagens*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1976.
- WIDDOWSON, Henry G. *Explorations in Applied Linguistics 2* Oxford: Oxford University Press, 1984.

ANTROPÔNIMOS DE CUNHO POPULAR OU POUCO COMUNS

(“Nomear as coisas é possuí-las.”)

(MANOEL PINTO RIBEIRO - ABRAFIL, UERJ, UNISUAM)

Resumo

Este artigo realça a importância dos antropônimos, principalmente os de cunho popular ou pouco comuns. Nada há de mais familiar para um ser humano que seu próprio nome.

Geralmente é para sempre e denota origem das pessoas e pode causar problemas por toda a vida.

Palavras chaves – Antropônimos – nomes de cunho popular ou pouco comuns.

Summary

This article highlights the importance of anthroponyms, especially popular or unusual nature. Nothing is more familiar to a human being than his own name.

It is usually forever and denotes origin of people and can cause problems for life.

Keywords - anthroponyms - popular imprint names or unusual.

Para José Roberto Martins (2002), na obra *Presságios – o livro dos nomes*,

Não há nada mais familiar para um ser humano que seu próprio nome. Não há palavra mais ouvida do que aquela pela qual é identificado. Há uma relação muito especial e difícil de definir entre as pessoas e os seus nomes, ou os de suas empresas, de bichos de estimação, de seus produtos etc.

Costuma-se, ainda, afirmar, que o grande desafio é a permanência de um nome. Geralmente, ele é para sempre e denota a origem das pessoas e pode causar problemas por toda a vida.

Veja-se, por exemplo, o caso de uma colombiana, conforme notícia

veiculada pelo jornal Extra, em 22 de maio de 2005, em que quadrigêmeos foram batizados com siglas. Diz a notícia:

A empresa Nacional de Telecomunicações, o Instituto Colombiano de Reforma Agrária, o Instituto de Recursos Naturais e o Instituto de Mercado Agropecuário inspiraram à senhora Concepción na escolha do nome de seus filhos, que foram batizados como: *Telecom, Incora, Idema e Inderma*, siglas das instituições oficiais. Os padrinhos da menina e dos três meninos são um ex-governador e três deputados.

Um outro registro causou, há muitos anos, um espanto geral. A mulher de um fazendeiro de Goiás deu luz a duas meninas. O pai gostaria de ter filhos homens, talvez para ajudá-lo na lavoura. Assim, resolveu registrá-las com os nomes de Mijardina e, com perdão da má palavra, de Merdolina. Esse episódio foi mencionado por Flávio Cavalcanti na televisão. Mais tarde, uma aluna me informou que o caso era verídico. Até hoje não se sabe o destino das infaustas crianças.

Os nomes próprios são distribuídos entre os nomes de pessoas, estudados pela *Antroponímia*, e nomes de lugares ou nomes geográficos, estudados pela *Toponímia* (“tópos, ou”, elemento grego=lugar: nomes de nações, cidades, montes, rios, vales, etc.). Os dois tipos formam a *Onomástica* ou *Onomatologia* – ciência dos nomes próprios. Há também a *Panteonímia* (pantheôn: monumento erigido para receber restos mortais; templo dedicado ao conjunto dos deuses) – estudo de nomes próprios de entidades sobrenaturais, de astros, animais, ventos, coisas (navios, sinos, etc.). Especificamente, tem-se ainda a *Teonímia* – estudo de nomes de deuses e de seres sobrenaturais; *Zoonímia* – de nomes de animais; Astronímia – nomes de astros e similares; *Onionímia* (*Oneonímia*) ou *Onomástica Industrial* – estudo de nomes de produtos comerciais, segundo Mansur Guérios (1981:15).

Os nomes próprios em geral também fazem parte do chamado tabu linguístico, como nos mostra Mansur Guérios, em *Tabus Linguísticos* (1979:31), pois mesmo entre os civilizados, a pessoa que foi ofendida ou prejudicada por qualquer motivo, não quer saber do desafeto: “Nem me fale nele ou nela! Ou então se emprega *fulano, fulana, ou expressões depreciativas*.”

Hoje é comum usar-se o termo “coisinha” em lugar do nome próprio: “*coisinha*, leve o processo ao chefe!” “*Coisinha*, não atrapalhe o andamento do serviço!” Também se empregava o termo *Zinho* – sufixo diminutivo, desagregado de radical algum e com vida própria: Quem é aquele ZINHO que vai ali? O vocábulo aparece com o valor de “mocinho”, como informa

Antenor Nascentes em *O linguajar do carioca* (1953:206).

Entre os jovens, o nome próprio é substituído, geralmente, pelos termos “bicho” e “cara”.

O aspecto social e psicológico é muito importante na escolha dos antropônimos, os quais refletem as civilizações passadas com todas as suas instituições. Diz Mansur Guérios (1981:18/19)

Os nomes são criados sob o influxo religioso, político, histórico, etc., de circunstâncias variadíssimas, em que transparece viva a alma popular de todos os tempos e de todos os lugares.

Como motivo religioso, a criança tem sido vista como presente de Deus ou dos deuses entre os politeístas. Assim, entre os hebreus temos: Mateus, Matias e Jonatã que querem dizer “presente do Senhor, de Javé.” Entre os gregos, vêem-se: Teodoro, Diodoro, Doroteu, Teodósio, que significam “presente de Deus”. Heródoto é “presente da deusa Hera.” Isidoro se traduz como “dádiva da deusa Ísis.”

Outros aspectos são relevantes para a criação de nomes: *circunstâncias da época de nascimento* (Natália, Natalino, Domingos...); *lugar do nascimento* (Madalena, da cidade de Magdala, na Galiléia); *há nomes alusivos a qualidades morais* (Agamenon – muito circunspecto, aquele de muita reflexão); *qualidades ou particularidades físicas* (Cláudio, coxo; daí, *claudicar*); Maluf, nome arábico, significa gordo; Boccaccio, o de boca larga, bocarra; *nomes alusivos a profissões* (Cícero é “ervilheiro, plantador de ervilhas”; Taylor é “alfaiate”).

Enfim, os motivos são inumeráveis na criação de nomes. Muitos ficam marcados pela história, como os nomes de Hitler, Mussolini ou mesmo Rui Barbosa. Já pensaram uma criança com o nome de Rui? Certamente será sempre lembrada a grande capacidade de um nome reconhecido mundialmente pela inteligência. Alguns nomes são adaptados ao nosso sistema fonológico, como Washington que passa a Uóston. Dizem que os portugueses pretendem fazer essa adaptação. Nome como Washington passaria a ser Vachintônia.

Rubem Fonseca nos dá um bom exemplo do uso do nome próprio em seu conto *Feliz Ano Novo*. A história revela que um grupo de marginais, em véspera de ano novo, não tendo dinheiro para comemorar, resolve assaltar uma casa de pessoas ricas. Depois de apanharem as armas escondidas na casa de uma aparente e inofensiva velhinha, partem para assaltar uma casa de pessoas ricas. Segundo eles, as madames granfas têm roupa nova e vão entrar o ano novo dançando, com os braços para o alto. Dizem, ainda, que todas **corneiam** os maridos. Os bandidos utilizam outros termos chulos, demonstrando não só o tipo de classe social que a emprega, mas também a função de agredir, de

amedrontar. Fica evidenciada uma relação de disputa de poder entre o grupo dominador e as pessoas dominadas. Os criminosos passam a ter o poder. Isso se observa quando os marginais apelidados por *Pereba e Zequinha* são chamados pelo que chefia o assalto pelos nomes próprios, em lugar dos ápodos por que são conhecidos:

- Gonçalves, vai lá em cima com a gordinha e traz a mãe dela.

- *Gonçalves?* Disse Pereba.

- É você mesmo. Tu não sabes mais teu nome, ô burro?

(...)- *Inocência*, amarra os barbados!

Zequinha amarrou os caras usando cintos, fios de cortinas, fios de telefone, tudo que encontrou.

Naquele instante, eles detinham o poder, por isso não eram mais o Pereba e o Zequinha. O nome próprio os fazia importantes. A substituição dos nomes era necessária para que não pudessem ser identificados após o ato de violência. Daí o fato de se tornar significativo não ser utilizado um outro apelido.

Ainda é Mansur Guérios, no *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes* (1981:34), quem tenta explicar a origem do nome e do sobrenome, decorrente da necessidade: 1) de citar as pessoas; 2) de chamá-las; 3) de distingui-las entre as demais, dentro da família e da comunidade.

A princípio, as pessoas recebiam apenas um nome. Depois, passou-se a utilizar um sobrenome, em virtude de que um nome de um indivíduo de uma família foi aplicado a um membro de outra família, ambas da mesma comunidade. Isso gerava confusão e, por isso, houve necessidade de uma distinção. Usaram-se recursos como: 1) Fulano, *filho de Beltrano*; 2) Fulano *de Beltrano*; 3) Fulano *do país, da província, da cidade, da aldeia, do solar, do monte, etc.*; 4) Fulano, *o agricultor, o pastor, o cavaleiro, ou Fulano, filho do agricultor*; 5) Fulano, *o gordo, o vesgo, o coxo, o de nariz tucano, etc.*; 6) Fulano, *o esperto, o calado, o sabichão*. Hoje, é muito comum: Fulano, *o Ricardão*. Esses recursos são geralmente qualificados como alcunhas. Às vezes, a adoção de um sobrenome, em certos povos, surgiu por obrigação de um dispositivo legal. Entre os antigos tupis, o recém-nascido recebia apenas um nome. Mais tarde, já adulto, tomava outros nomes, de acordo com sua fama de guerreiro, como testemunha Hans Staden, alemão que esteve aqui na metade do séc. XVI, e que ficou prisioneiro dos índios em São Vicente, por nove meses.

Os nomes utilizados eram de animais, aves, vegetais, objetos vários e qualidades: *Kaiguacu* “macaco grande”, *Korôrguaçu* “grande roncador”,

como anotou Claude d'Abbeville, na *História da missão dos capuchinhos na Ilha do Maranhão*. A propósito, há uma grande dificuldade em saber a origem do topônimo Maranhão.

Muitas vezes, o nome próprio passa a ter a ideia de uma palavra obscena, impudica, indecente, imoral. Na linguagem erótica, utilizam-se nomes próprios que passam a nomes comuns, como Menelau, que sugere a ideia de marido enganado. Veja-se a analogia com o personagem grego, esposo de Helena, então a mulher mais bela do mundo. Segundo a narrativa do poeta Homero, na *Ilíada*, Helena foi raptada por Páris, que tinha sido recebido por Menelau como hóspede.

Quando o marido partiu para Creta para assistir aos funerais de Catreu, Helena se apaixonou pelo visitante e se deixou raptar. Esse fato, na visão poética de Homero, teria desencadeado a guerra de Troia.

Outro nome próprio – Jerônimos – denomina os testículos. Gaspar ou Zé designam o órgão sexual masculino, de acordo com O Dicionário moderno de Bock, de 1903, analisado por Dino Preti (1984). Aqui, estamos diante de outro aspecto que é o tabu linguístico. Utiliza-se um elemento substituto que seja menos chocante que o vocábulo próprio. Um estudo sobre a linguagem erótica se acha na excelente obra *A linguagem proibida*, de Dino Preti (1984). Diz o autor, reproduzindo frase de Lenny Bruce, cômico norte-americano, que

a proibição de uma palavra é que faz dela um instrumento de violência.”
Relembremos o caso recente da cartilha editada pelo governo federal, proibindo certas expressões. Daí o protesto geral. O embaixador Antônio Pio Correa, num artigo em O Globo, pergunta: “Pudibunda é palavrão?”

Em nosso léxico, como sabemos, um nome próprio pode passar a nome comum, pelo processo de conversão, também chamado indevidamente de derivação imprópria, como ocorre com o substantivo *inana* na expressão “vai começar a inana”, frase que significa que umacoisa vai iniciar. Diz Antenor Nascentes que, em 1897, havia na Rua do Ouvidor uma mulher, a Inana, que flutuava no espaço sem nenhum ponto de apoio. Na porta um italiano gritava: *A Inana vai começar a principiar*.

O verbete *gari* também era nome próprio. Cerca de 1890 e tantos, a Prefeitura contratou o serviço de limpeza das ruas com a Empresa Gary, conta-nos Nascentes. (1953:197)

O termo *gandula* surgiu do nome de um jogador argentino, contratado

pelo Vasco, na década de 30, que, fora do campo, ficava devolvendo a bola para reiniciar o jogo. O processo de conversão também se dá com os nomes comuns que passam a nomes próprios: Palmeiras, Pires, Ribeiro.

Mas é em Guimarães Rosa que o nome de seus “personagens”, que era como reconhecia seus personagens, assume uma dimensão inigualável. Ele emprega o nome próprio como instrumento de grande originalidade expressiva, isto é, como instrumento signifiante que ultrapassa de longe as simples intenções do pitoresco, diz Wilson Martins no prólogo de *Travessia Literária de Guimarães Rosa*, de Mary Lou Daniel (1968: XXV). Os nomes estrangeiros são raros e sofrem um processo de naturalização, como ocorre com o nome do alemão Wusp:

Pois ia me esquecendo: o Vupes! [...] Ah, o senhor conheceu ele? Ô titiquinha de mundo! E como é mesmo que o senhor fraseia? Wusp? É.Seo Emílio Wuspes... Wúpsis... Vupses. Pois esse Vupes apareceu lá... (p. 69).

É a técnica denominada por Leo Sptizer de *polionomásia*, observada em Sancho Pança, que multiplica os nomes porque as formas dos nomes que ele retém são apenas aproximações do nome real. Em Riobaldo e nas pessoas incultas, o sentido morfológico dos nomes condiciona-se por obscuras correlações de etimologias populares. A condessa Trifaldi, em Cervantes, levava esse nome por usar vestimentas de três fraldas.

Em Guimarães Rosa, a deformação onomástica coloca o nome próprio na corrente comum da lexicografia. Em *Grande Sertão: veredas*, a bela Maria Deodorina da Fé Bettancourt Marins, assim batizada em honra do Marechal Deodoro, passa pela polionomásia: como Diadorim muda de sexo e de caráter. Riobaldo adquire vários nomes para se reduzir modestamente a “Riobaldo, o jagunço”, processo que se observa nas novelas de cavalaria, em que os personagens passam por uma evolução interior, indicando a etapa alcançada, como diz Wilson Martins, citando Leo Spitzer.

Alguns críticos viram, na obra rosiana, uma obsessão pelo nome exato para cada coisa. Já no nome das pessoas, Guimarães não se preocupa com o ideal de exatidão. Segundo Ana Maria Machado, em *Recado do nome – leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens* (1976:49):

Os Nomes são escolhidos tendo em vista sua polissemia, não sua univocidade. O próprio autor nega que sua narrativa seja “rol de nomes” (GS:287) e não quer se gabar de “retentiva cabedora, nome por nome”

(GS:424). “Pelo contrário, afirma que os Nomes importam porque “ficaram em assento de sustos e sofrimentos” (GS:287), captando o dinâmico e o transformável.”

O escritor Mário Souto Maior publicou, em 1974, peça Livraria São José, o livro *Nomes próprios pouco comuns*. A obra mereceu comentários elogiosos de Carlos Drummond de Andrade, no JB de 07 de agosto de 1973. No segundo parágrafo, o poeta comenta:

O nome próprio extravagante é motivo de riso, que faz sofrer seu portador em benefício do fígado alheio, mas sua motivação é sociológica e psicologicamente séria, pelo que entremostra de gostos, ideias e hábitos dos brasileiros. Na hora de colar ao filho uma etiqueta para toda a vida, não só a imaginação se põe a trabalhar. Entra no jogo o espírito religioso, a definição política, a fascinação por supostos heróis do dia, o desejo de transferir ao recém-nascido virtudes e glórias de um modelo prestigioso, pela identidade onomástica.

Adiante Drummond afirma:

Os achados de Mário Souto Maior são fartos de sugestividade: Antônio Dodói, Abecê Nogueira, Barrigudinha Seleida, Eclesiaste Cardeal da Costa, Francisco Facada Sargento de Cavalaria, Gilete Queiroga de Castro, Dartagnan Pascoal, José Amâncio e Seus Trinta e Nove, Oto Bompeixe de Oliveira, Magnésia Bisurada do Patrocínio. Admitida a autenticidade de apelações que correm na boca do povo e são registradas por algum curioso da matéria, temos campo aberto à análise da inventividade, lirismo, crença e humor involuntário de nossa gente.

Já o professor Agostinho Dias Carneiro, em artigo intitulado *Atualização discursiva dos nomes próprios* (1996:83), diz que

é possível encontrar características comuns nos chamados nomes próprios personativos, pois em primeiro lugar se referem a uma só pessoa e, “no caso de possibilidade de confusão, problemas que a inserção do nome numa situação determinada não resolva, apela-se aos acréscimos: A – Alô?

Queria falar com o José, por favor! B – José pai ou filho

O autor conclui afirmando que a atualização discursiva dos nomes próprios personativos pode contribuir para o esclarecimento maior da produção significativa do discurso.

Em recente trabalho de Mestrado na UERJ, a professora Tânia Maria Nunes de Lima Camara defendeu a dissertação *As múltiplas faces do ser machadiano – proposta de uma leitura antroponímica*.

Apenas faremos uma ligeira citação de uma brilhante leitura de um aspecto da obra *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Diz a autora que o sobrenome *Cubas* se forma do processo de conversão, em que o substantivo comum *cuba* passa a nome próprio, com o acréscimo da desinência de número. Machado de Assis narra que o fundador da família foi um certo Damião Cubas, tanoeiro de ofício, mas também lavrador, tendo-se tornado rico, deixando grosso cabedal.

Em suma, é uma pesquisa voltada para os antropônimos em quatro obras de Machado de Assis, revelando-se aspectos da ironia e da metáfora, com a escolha apropriada dos nomes dos personagens, justificando a trajetória de cada um nas narrativas.

Sérgio Porto, que usava o pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta, escreveu uma admirável crônica – *História de um nome* -, da qual extraímos alguns trechos. O autor começa mostrando nomes de pessoas que se tornam pitorescos, como um sujeito chamado de mimoso, que é um mastodonte, ou indivíduo fraquinho cujo nome é Hércules.

A estória se dá com um casal, Wagner e Emília, cujo primeiro filho, por sugestão da mulher, foi batizado com o nome “leguminoso” de Wagem – “wag” de Wagner e “em” de Emília. A seguir, diz o autor:

É verdade que a vagem comum, crua ou ensopada, será sempre com “v”, enquanto o filho de “Seu” Wagner herdara o “w” do pai. Mas isso não tinha nenhuma importância: a consoante não era um detalhe bastante forte para impedir o rizinho gozador de todos aqueles que eram apresentados ao menino Wagen.

O escritor conta outra estória de uma família Veiga.

O Sr. Veiga era amante de uma boa leitura e colecionava livros, embora colecionasse também filhos com a mesma paixão.” Os filhos foram chamados Prefácio, Prólogo, Índice, Tomo, Capítulo e Epílogo da Veiga, o caçula do casal. Certa vez, o Sr. Veiga ficou de relações estremecidas com um vizinho, pois este, ao ver a família indo para a praia, com barracas, toalhas, etc., gritou: - Vai levar a biblioteca para o banho? Seu Veiga ficou queimado durante muito tempo.

Dona Odete, a mãe, era alcunhada de Estante, e pretendia ter ainda

uma filha, a quem daria o nome de Maria. O caçula, o Epilozinho, já estava com oito anos, quando nasceu uma menina. Seu Veiga não gostou do fato de não mais haver palavras relacionada com livros para nomear mais um filho. Na hora do batismo, no entanto, o pai foi informado da promessa da mulher; por isso ficou furioso com a mulher e esbravejou, bufou, mas, como bom católico, acabou concordando em parte. E conclui o autor:

E assim, em vez de receber apenas o nome suave de Maria, a garotinha foi registrada, no livro da paróquia, após a cerimônia batismal, como Errata Maria da Silva.

Finalizando, encontramos admirável exemplo em *O grande mentecapto*, romance que Fernando Sabino iniciou em 1946, aos 23 anos, só o terminando em 1979. É obra a um tempo hilariante e dramática, com uma dimensão universal, e que remonta às origens franco-ibéricas do romance picaresco medieval. O personagem Geraldo Viramundo, afirmava ser Geraldo Peres da Nóbrega e Silva, mas na realidade era Geraldo Boaventura. Geraldo se tornou Viramundo ao iniciar a sua primeira caminhada pelas estradas de Minas Gerais. Fernando Sabino transcreve então alguns dos nomes pelos quais Viramundo foi designado durante a sua vida, cada um deles tendo quem o defendia como autêntico:

Geraldo Viramundo
 Geraldo Giramundo
 Geraldo Rolamundo
 Geraldo Vira-lata
 Geraldo Acaba-mundo
 Geraldo Furibundo
 Geraldo Virabosta
 Geraldo Virabola
 Geraldo Sacristia
 Geraldo Epístola
 Geraldo Sitibundo
 Geraldo Vila Rica
 Geraldo Facada
 Geraldo Pancada
 Geraldo Boi
 Geraldo Carneiro
 Geraldo Pitimba
 Geraldo, o Cagado de Arara

Obs.: No texto, não aparece o acento gráfico; portanto...

Geraldo Passa-Quatro
 Geraldo Nerval
 Geraldo Pecaldo
 Geraldo Ziraldo
 Geraldo Sacrilégio
 Geraldo Responsus (Pobre Alphonsus)
 Geraldo Ingrizia
 Geraldo Já Começa
 Geraldo Merdakovski, General Búlgaro
 Geraldo Molambo
 Geraldo Melda
 Geraldo Ladainha
 Geraldo Sepultura
 Geraldo Capítulo
 Geraldo Trindade
 Geraldo Eucaristia
 João Geraldo, o Peregrino
 Geraldo Cordeiro de Deus
 Geraldo J. Nunes
 Geraldo Labirinto
 Geraldo Caramujo
 Geraldo Pé na Cova
 Geraldo Cuba
 Geraldo Jacuba
 Geraldo Caraminhola
 Geraldo Ceca
 Geraldo Ceca em Meca
 Geraldo Eira
 Geraldo Beira
 Geraldo Sem Eira nem Beira
 Geraldo Tremebundo
 E José Geraldo Peres da Nóbrega e Silva.

Outros apodos, apelidos, epítetos, alcunhas, cognomes e aliases acompanharam Viramundo nas suas andanças, narra Fernando Sabino. À semelhança de Guimarães Rosa, Sabino nos adverte com outros jocosos nomes ou alcunhas de seus personagens.

Enfim, diz Goethe que o “nome de um homem não é como uma toalha, que se pode sujar ou amarrotar sem fazer dano à mesa sobre a qual está posta, mas sim como uma vestimenta perfeitamente adaptada, tal qual a pele, que

não se pode arranhar ou cortar sem fazer mal também à pessoa”.

REFERÊNCIAS

- CAMARA, Tânia Maria Nunes de Lima. *As múltiplas faces do ser machadiano – proposta de uma leitura antroponímica*. UERJ, IL, 1998 (Dissertação de Mestrado)
- CARNEIRO, Agostinho Dias. *Atualização discursiva dos nomes próprios, in Discurso, coesão, argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.
- DANIEL, Mary Lou. *João Guimarães Rosa – Travessia Literária*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- FONSECA, Rubem. *Feliz ano novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Dicionário Etimológico de nomes e sobrenomes*. São Paulo: Editora Ave Maria, 1981.
- _____. *Tabus linguísticos*. 2.^a Ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- MACHADO, Ana Maria. *Recado do nome – leitura de Guimarães Rosa à luz do nome de seus personagens*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
- MAIOR, Mário Souto. *Nomes próprios pouco comuns*. Rio de Janeiro: São José, 1974.
- MARTINS, José Roberto. *Presságios – o livro dos nomes*. São Paulo: Alegro, 2002.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2.^a Ed., Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.
- PORTO, Sérgio. *A casa demolida*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1963, 175/178.
- PRETI, Dino. *A linguagem proibida – um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SABINO, Fernando. *O grande mentecapto*. 26.^a Ed., Rio de Janeiro: Record, 1986.

O USO DA INTERROGAÇÃO INDIRETA EM ALGUNS AUTORES LATINOS (MÁRCIO LUIZ MOITINHA RIBEIRO (UERJ E ABRAFIL))

Resumo

Procuramos apresentar as características da interrogação indireta, em latim, infelizmente tão pouco estuda nos meios acadêmicos. Depois, selecionamos alguns exemplos para corroborar as nossas afirmações. Em seguida, destacamos outrossim alguns exemplos de interrogação indireta, extraídos de poetas romanos, sem deixar de comentar alguns efeitos estilísticos dos versos selecionados.

Enfim, cotejamos e diferimos, neste artigo, a estrutura sintática da interrogação indireta em latim com a língua vernácula.

Palavras-chave: Interrogação Indireta, latim, português, estilística.

Abstract

We try to present the characteristics of the indirect question in Latin, unfortunately so little studied in academic circles. Then we select a few examples to support our claims. Then we highlight also some examples of indirect question, taken from Roman poets, while commenting on some stylistic effects of selected verses. Anyway, we compare and differ in this article, the syntactic structure of.

Keywords: Indirect question, Latin, Portuguese, stylistics.

Anyway, we compare and differ in this article, the syntactic structure of the indirect question in Latin to the vernacular.

Propomos tecer, neste artigo, alguns comentários, acerca do uso da interrogação indireta, em latim e no vernáculo, tão pouco estudada, no ensino médio e nas faculdades de Letras.

In primo loco, destacamos as quatro características da interrogação indireta, em latim:

1ª.) Inicia-se com letra minúscula e acaba sem ponto de interrogação ao passo que a interrogação direta aparece com letra maiúscula e se finaliza com o ponto de interrogação, como podemos atestar no seguinte exemplo:

“Quem és?” (interrogação direta). Agora, se eu disser: “Sei quem és.” Contém uma interrogação indireta que, em latim, se configura da seguinte forma: *Scio quis sis*;

2º.) A interrogação indireta também depende de um verbo que introduz a oração principal. Esta oração ocorre geralmente com verbos que significam “saber”, “dizer”, “pensar”, “rogar”, “perguntar”, “inquirir”, “interrogar”, “procurar ver¹ (averiguar)”.

3ª.) Outro ponto relevante diz respeito ao tempo verbal da oração interrogativa indireta, que fica sempre no subjuntivo; por sua vez, no vernáculo é traduzida para o modo indicativo;

4ª.) A interrogação indireta, também, tem alguns elementos introdutórios que podem ser um pronome interrogativo, uma partícula ou um advérbio interrogativo, como veremos a seguir:

Vejamos outros exemplos:

Nescis an **vivam** = nem sabes se **vivo**.

Nescio **quid agam**= não sei **o que faço** (o que fazer).

Em Fedro, encontramos a seguinte passagem:

Formica et musca contendebant acriter quae maior esset

“A formiga e a mosca contendiam² acerbamente³ (para saber)⁴ **quem era maior**.”

Analisemos outros fragmentos selecionados, abaixo:

Quaero cur uenias. (“Pergunto **por que vens**”).

Quaero quid legas. (“Pergunto **o que lê**”).

1- O verbo *temptare* (“procurar ver, averiguar”) outrossim pede interrogação indireta. (Cf. no dicionário de Torrinha).

2- = Provocavam briga, discutiam.

3- = Acerbamente, de maneira grosseira.

4- Como podemos perceber, no exemplo selecionado, o verbo do qual depende a interrogação indireta pode estar oculto. Eis mais um exemplo do que acabamos de afirmar: *Possintne beati esse tyranni* = podem os tiranos ser felizes. Há um verbo oculto da oração principal que pode ser o *inquiritur* ou *rogatur*= inquire-se, indaga-se, pergunta-se, roga-se, ou podemos intuir o *scire volumus* = queremos saber. Chegamos a esta conclusão, visto que o verbo *possint* está no subjuntivo sem a presença de um ponto de interrogação, destarte, se configura uma interrogação indireta.

Rogo utrum libertatem an pecuniam malis. (“Rogo acaso queres liberdade ou pecúnia”.)

Rogavi quid fecisset puer. (“Roguei o que o jovem tinha feito.”)

Observação: Os principais elementos introdutórios da interrogação indireta são os citados a seguir: *quis* (“quem”) *quid* (“o quê”, “que coisa”) *cur* (“por que” ...) *quo* (“para onde”), *an*⁵ (“se”), *qualis* (“qual”), *quantus* (“quanto, quão grande”), *quot* (“quantos”), *ecquis* (“há alguém que”, “acaso alguém”, -*ne* (“se”), *num*⁶ (“acaso”, “por ventura”, “se”), *uter* (“qual dos dois”), *utrum ... an*⁷ (“acaso/se ... ou”), *ne ... an*⁸ (“se ... ou”), *nonne*⁹ (“por acaso não”, “por ventura não”).

Apreciemos agora algumas passagens selecionadas de interrogação indireta nas fábulas de Fedro, no prólogo da Aululária de Plauto, em Plínio o Jovem e na primeira *Bucólica* de Virgílio.

1) (...) **Interrogata ab alia cur hoc diceret,**
de principatu cum illi certarent gregis
Longeque ab ipsis degerent uitam boues.
(*Ranae metuentes taurorum proelia* – Fedro)

“(...) **Interrogada** por outra **por que dizia** isto,
quando aqueles competiam sobre a chefia do rebanho,
e os bois passavam a vida longe delas próprias.”
(As rãs temendo as brigas dos touros – Fedro)

2) *Vipera venit in officinam fabri. Haec, cum temptaret*

5- *An* é uma partícula interrogativa, usada nas interrogativas indiretas, depois de vocábulos que designam dúvida ou ignorância.

6- Neste caso, emprega-se esta partícula com sentido negativo meramente enfático, ela é atestada em interrogações, que dão maior força à negação. Ex.: *Num facti piget?* (“Por ventura está arrependido do fato, isto é do que fez?”)

7- Destacamos nas indiretas duplas a seguinte passagem: *Philosophi disputabant utrum plures essent dii an unus.* (“Os filósofos disputavam se havia muitos deuses ou um só.”). Em *Ars Latina*, da Editora Vozes (Edição reformulada e atualizada pelos eminentes docentes da UERJ, prof. Dr. Amós Coêlho da Silva e prof. Dr. Aírto Celoin Montagner), vale lembrar que essas indiretas duplas são configuradas pelos autores da obra supracitada, como interrogações oracionais disjuntivas subordinadas. (Cf. p. 147 da edição de 2012).

8- Expressão *ne ... an* usada frequentemente nas interrogação dupla como: *Quaero verumne an falsum sit.* (“Pergunto se é verdade ou mendácia”) ou *Ramamne venio, an hic maneo.* (“Vou a Roma ou permaneço aqui.”)

9- Espera-se resposta afirmativa. *Mus nonne similis vesperugini?* (“Por acaso o rato não é semelhante ao morcego?”) ou *nonne uir mulieres cupit?* (“Por acaso o varão não deseja as mulheres?”)

si esset qua res cibi, momordit limam.
(*Vípera et Lima* - Fedro)

“A víbora veio à oficina do ferreiro. Esta, como **tentasse averiguar se havia algum**¹⁰ **alimento**, mordeu a lima.”
(A víbora e a Lima - Fedro)

3) Lar Familiaris: “*Nequis miretur qui sim, paucis eloquar.*
Ego Lar sum Familiaris ex hac familia
unde exeuntem me aspexistis. (...) .”
(*Aululária* – Plauto)

“Lar Familiar¹¹: “para que ninguém se admire **quem sou**, em poucas (palavras), direi
Eu sou o Lar Familiar desta família
donde me vistes saindo (...)”

4) “(...) *Ubi is obiit mortem qui mi id aurum credidit (15)*
coepi obseruare ecqui maiorem filius
mihí honorem haberet quam eius habuisset pater.”
(*Aululária* – Plauto)

“Quando encontrou a morte¹² este que me confiou este ouro
começo a observar **se porventura** o filho
ter-me-ia maior honra do que o pai dele **teria tido.**”
(Aululária – Plauto)

5) ***Quaero quid de Modesto sentias.*** (I,5,5)
(*Plínio O Jovem*)

10- Tradução literal: “alguma coisa de alimento”. (Encontra-se um gen. partitivo, nesta passagem).

11- Notem que quem fala ao público ouvinte é o Deus Lar, eminentemente romano, ancestral deste povo. Esse Deus morava na lareira de cada átrio romano. Trata-se de um Deus etrusco, que chegou a Roma e que não havia similar na Grécia. No prólogo da comédia “Aululária”, de Plauto, como efeito de *captatio benevolentiae*, o deus Lar de repente entra em cena, saindo da casa do avarento Euclião e diz qual é a sua relevante atribuição: um Deus lar, que protege a sua família, daí podemos atestar, no segundo verso, a sua relevância, enfatizada pela repetição do vocábulo “família” e pelo uso do pronome “ego”, pois se trata de um Deus, que se apresenta na terra e não um varão qualquer.

12- Pulquíssima metáfora, engendrada pelo comediógrafo Plauto: “encontrou a morte”!

“Pergunto o que sentes sobre Modesto”.

- 6) *Me interrogauisti quid de Metti Modesti pietate sentirem -
(Plinio, o Jovem, I,5,13)*

“(Tu) me interrogaste o que (eu) sentia sobre a piedade de Meto Modesto.”

7) MELIBOEVS

*Spem gregis, a! silice in nuda conixa reliquit. 15
Saepe malum hoc nobis, si mens non laeva fuisset,
de caelo tactas memini praedicere quercus,
sed tamen iste deus qui sit da¹³, Tityre, nobis.
(Virg. Buc. I, 15-18)*

MELIBEU

“Ah! esperança do rebanho! (ela) (os) deixou na rocha nua¹⁴.
Lembro-me de que os carvalhos atingidos do céu, muitas vezes,
nos prediziam este mal, se o (nosso) espírito não tivesse sido cego,
mas, entretanto, ó Títiro, **dá-nos quem é esse Deus**”.

Enfim, podemos concluir nosso trabalho acadêmico, afirmando que estas interrogações indiretas formam-se a partir de proposições dependentes, isto é, constroem-se com oração principal e subordinada e, como proposições dependentes, em latim, exigem o verbo sempre no subjuntivo, como atestamos em vários exemplos.

Na *Gramática latina*, de Pierre Grimal, e na *Gramática Superior da Língua Latina*, de Ernesto Faria, verificamos que essas interrogativas indiretas estão situadas, no capítulo das orações subordinadas completivas com conectivo; por outro lado, no vernáculo, Gramáticas portuguesas nos ensinam que as orações interrogativas indiretas são classificadas como Orações Subordinadas Substantivas sem conectivo¹⁵ também chamadas justapostas. O acadêmico, gramático e confrade da Academia Brasileira de Filologia (Abrafil),

13- Trata-se da fala do pastor Melibeus, em linguagem vulgar, na qual se emprega o verbo latino no imperativo *da*, em vez de *dic*= “dize-(nos) quem é esse Deus. Exemplo que não deve ser desdenhado pelos filólogos, como fonte de latim vulgar.

14- Configura-se exemplo de hipálage, na verdade, não é a rocha que está nua, mas a cabrita que acaba de nascer.

15- Porque não são introduzidas por conjunções subordinativas integrantes.

prof. Dr. Manoel Pinto Ribeiro, afirma, em sua *Nova Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*, que as substantivas justapostas aparecem, geralmente, nas interrogações indiretas e são iniciadas por pronomes interrogativos (quem, quanto, que, qual) ou advérbios interrogativos (como, onde, quando, por que). Ex.: “Ignoramos quem falou”. Em latim, vertemos por *ignoramus quis locutus sit*.

O acadêmico e saudoso Olmar Guterres da Silveira estudou essas orações subordinadas sem conectivo. Vale lembrar aos que quiserem aprofundar-se no assunto que há um mavioso artigo sobre o tema, compilado por Horácio Rolim de Freitas, dedicado ao mestre Olmar e intitulado *Obra de Olmar Guterres da Silveira (Sua contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina)*.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Latina*. Edição atualizada. São Paulo. Editora Saraiva, 2011.
- BERGE, Damião. *Ars Latina. Curso Prático da Língua Latina. Edição Reformulada e Atualizada por Amós Coêlho da Silva e por Airto Ceolin Montagner*. Petrópolis. Editora Vozes, 2012.
- FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1958.
- FREITAS, Horário Rolim de. *A Obra de Olmar Guterres da Silveira. Sua Contribuição aos estudos das línguas portuguesa e latina*. Rio de Janeiro. Metáfora Editora Ltda, 1996.
- GRIMAL, Pierre et alii. *Gramática Latina*. Tradução e adaptação de Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. T. a. Queiroz, Editor. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986.
- KIMIKO, Mary. *Apostila de Língua Latina III*. Faculdade Eclesiástica de Filosofia João Paulo II. Seminário São José do Rio de Janeiro.
- PASTORINO. *Latim para os alunos*. Série Complementar. Rio de Janeiro. Jozon Editor, 1963.
- RIBEIRO, Manoel Pinto. *Nova Gramática Aplicada da Língua Portuguesa. A construção de sentidos; de acordo com a nova ortografia*. Rio de Janeiro. Editora Metáfora, 2013.
- RIBEIRO, Márcio Luiz Moitinha. *Gramática Latina (com a morfologia históricas das declinações)*. Curitiba. Editora Prismas, 2015.
- TANNUS, Carlos et alii. *O latim e suas estruturas*. UFRJ. Faculdade de Letras, 1992.

NOTA SOBRE O ROMANCE *AS CLARAS MADRUGADAS*, DE AMADEU LOPES SABINO¹

(ROBERTO ACÍZELO DE SOUZA -Uerj / CNPq / FAPERJ)

Resumo: Propõe-se breve análise do romance *As claras madrugada*s (2015), de Amadeu Lopes Sabino, mediante uma distinção entre trama e digressões, caracterizando-se estas como de natureza ora reflexiva, ora meditativa.

Palavras-chave: ficção; romance; história; contemporaneidade; literatura portuguesa.

Abstract: It is proposed a brief analysis of the novel *As claras madrugada*s (2015), by Amadeu Lopes Sabino, taking into account a distinction between plot and digressions, the latter being characterized alternatively as reflexive or meditative.

Keywords: fiction; novel; history; contemporaneousness; Portuguese literature.

Um escritor, dividido entre fidelidade histórica e licenças poéticas, no seu empenho de reconstituir a vida de “um homem comum, sem grandes qualidades nem grandes defeitos”;² a narração dessa vida, e a de seus desdobramentos na geração subsequente; a ideia de Europa – essa “improvável península da Ásia” (p. 98) –, conforme refratada na história, na geopolítica, na sociedade, na cultura; o debate político, pensado nos seus impasses e contradições; a meditação sobre “a graça oculta da existência” (p. 171): com esses fios, aqui separados só por necessidade analítica, é que se constrói o conjunto complexo e integrado do romance *As claras madrugada*s.

Obra densa, minuciosamente trabalhada tanto no âmbito do seu projeto narrativo geral quanto no nível micrológico do seu fraseado, talvez um bom começo de conversa a seu respeito seja desenredarmos as instâncias cronológicas de sua organização. Tentemos.

Num primeiro plano, situa-se o presente do narrador – “o início deste nebuloso século XXI” (p. 14) –, e nele podemos acompanhar suas pesquisas e viagens, em busca de indícios que o habilitassem a recompor a vida do

1- Versão retocada de texto anteriormente publicado em: Colóquio: Letras. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, nº 192, p. 223-225, maio/ago. 2016

2- SABINO, Amadeu Lopes. *As claras madrugada*s. Lisboa: Bizâncio, 2015. p. 278. Nos demais trechos citados da obra, limitamo-nos a referir apenas a respectiva página.

protagonista, o que o leva a demandar documentos, entrevistar pessoas, visitar lugares. Num segundo plano, transportamo-nos para o “longínquo século XX” (p. 513), percorrendo o lapso de tempo que vai do nascimento do protagonista à sua morte, isto é, de 1908 a 1979, e aí assistimos às trajetórias individuais dos personagens em meio às turbulências coletivas que marcaram o Novecentos: em síntese, as duas grandes guerras, o confronto entre ideologias de direita e de esquerda, os embates entre democracia e ditadura, a guerra fria, os vários conflitos regionais posteriores à década de 1950. Por fim, entrevemos no fundo, em algumas incursões narrativas a épocas mais distantes, *flashes* do século XIX, especialmente centrados em episódios das guerras napoleônicas.

Nada disso se oferece, porém, de maneira esquemática e linear. Ao contrário, os capítulos se sucedem de forma aparentemente aleatória, mas, na verdade, segundo uma lógica de cortes e associações. O resultado final, assim, é uma firme conexão entre os diversos planos, e em particular entre os subplanos do núcleo narrativo – o século XX –, e desse modo, não obstante a contínua movimentação cronológica, pontuada por frequentes referências explícitas a datas, ao fim e ao cabo, no termo da leitura, é possível realizar o grande painel de eventos que a narrativa compõe. Mal comparando, temos nesse arranjo como que um longo e tortuoso período, repleto de conectivos de toda ordem, pleno de coordenações e subordinações, que, no entanto, dirigido por um redator habilidoso, flui no ritmo certo, sem a dissonância dos solecismos ou o desalinho dos anacolutos.

Nessa organização, é possível distinguir entre a trama propriamente dita e as extensas passagens em que, mais do que a sequência das ações, identificamos desvios ora reflexivos – por assim dizer mais analíticos, assertivos e objetivos –, ora meditativos, isto é, assinalados por certa melancolia intransitiva ante o irremediável da “natureza das coisas” (p. 441), e em geral sintéticos, materializados nos limites de certas frases que cintilam em meio a uma exposição ou no curso de um diálogo. Exemplo do modo reflexivo, entre muitos, temos no capítulo XXVIII, quando, a pretexto de uma conversa entre os personagens, empreende-se uma análise dos “conceito[s], noç[ões] ou crença[s]” (p. 397) de *revolução e reação*, de resto sem concessões ao esquematismo sociológico, porque numa chave em que as perspectivas social e existencial se fundem, neutralizando-se mutuamente. O modo meditativo, por sua vez, não se acha menos representado, não sendo, pois, difícil encontrar exemplos dele, bastando-nos os seguintes:

A sensualidade da alma é o mais perigoso dos vícios (p. 78).

Da janela da casa, a cidade era uma centopeia incandescente, precipitada no abismo da noite por uma divindade desdenhosa (p. 217).

O que era o futuro, se não a monotonia do eterno retorno? Contra esse horizonte cinzento, a juventude erguia uma fé poética, isto é, uma mistificação que despreza os limites do senso comum (p. 396).

O papel ponderável desse componente reflexivo-meditativo na economia do romance, no entanto, não se cumpre em prejuízo do que chamamos acima a trama propriamente dita. Nisso, a obra resiste à vertente que, desde a segunda metade do século XIX, se propôs desenvolver uma fórmula para a ficção narrativa em que a trama fosse reduzida a muito pouco, a nada, se possível, segundo, entre outros, pretendeu Flaubert: “O que me parece belo, o que eu gostaria de fazer, é um livro sobre nada, um livro sem amarra exterior, [...] um livro que não teria quase tema, ou pelo menos em que o tema fosse quase invisível, se é que pode haver.”³ Ora, quer-nos parecer que *As claras madrugadas*, embora, como assinalamos, não se conforme ao padrão clássico dos romances de enredo, nem por isso desdenha desse elemento, que funciona, na sua estrutura, como centro de interesse tão importante quanto sua camada não puramente narrativa. Nisso, afasta-se dos experimentalismos literários novecentistas, tão caros às vanguardas estéticas quanto reticenciosamente recebidos pelo público,⁴ oferecendo-nos em troca uma história, uma intriga substancial, em que não faltam ação e lances que reconhecemos como próprios da receita dos romances: fugas, amores contrariados, encontros e desencontros, e até um condimento que não seria impróprio identificar como suspense.

Essa opção, como logo se percebe, significa aceitar o risco de “produzir banalidades” (p. 40), limitando a narrativa a uma sequência de situações previsíveis, sempre à disposição no prestimoso estoque dos lugares-comuns romanescos. *As claras madrugadas* efetivamente aceita esse risco, mas se sai com uma desenvoltura verdadeiramente admirável, bordejando o abismo sem nele precipitar-se. Veja-se, só a título de uma sumária exemplificação, duas passagens do romance em que o texto processa trivialidades da vida e da arte.

No capítulo IX, temos uma cena de sexo (p. 164-165), em que o

3- FLAUBERT, Gustave. Cartas exemplares. Tradução de Carlos Eduardo Lima Machado. Rio de Janeiro: Imago, 2005. p. 53-54.

4- Consta que Oswald de Andrade, a propósito da resistência dos leitores aos seus arrojados de vanguardista, teria sentenciado: “A massa ainda comerá dos biscoitos finos que fabrico.” Parece que não se cumpriu o prognóstico, e – claro – não só em relação à obra do próprio Oswald.

explícito, em vez dos atributos que usualmente lhe são conexos – grosseria e obviedade –, compõe-se com poesia e delicadeza, resolvendo-se numa espécie de sensualidade espiritualizada, sem quaisquer concessões ao formulário de soluções técnicas para episódios do gênero:

Sob os signos do amor profano, o rosto, as mãos, as pernas, as cavernas, as linhas sinuosas moldadas pelo bordado inglês da roupa interior, tudo no corpo de Ida transmigrava das fadigas do tempo e do desengano para a euforia da aliança e da posse. Ao longo da noite, estrelada e cálida, a toada das ondas foi devorando as almas e, com a subtileza dos logros, expôs a carne à ilusão da eternidade (p. 165).

Quanto à segunda passagem, encontramos-la no capítulo final (XXIX), e se trata de outro lance de rigor – a morte do protagonista – figurada igualmente sem sequer resvalar nos dispositivos de praxe para a representação literária desse tipo de ocorrência, pois que, em vez de sentimentalismo, o que dá o tom à passagem é certa “apagada e vil tristeza”:

Um melro negro cantava no castanheiro fronteiro ao quarto. [...] Apesar da medicação, dormia pouco ou nada. O melro afeiçoara-se-lhe e cantava de novo ao nascer do sol, antes de ensaiar evoluções aladas sobre as copas de castanheiros e faias. Preparava o voo, pensava Michel. Também para ele chegara o momento de levantar voo em direção aos continentes desconhecidos da eternidade. “A eternidade!” Esboçava um sorriso amargo, de tal modo a ideia lhe era alheia (p. 508-509).

As claras madrugadas, em suma, conforme o ponto de partida da hipótese de leitura ora proposta, apresenta-se como uma composição de fios que, na sua heterogeneidade, se articulam em tessitura coesa e integrada: no subconjunto propriamente narrativo, à história do protagonista se sobrepõe discretamente a do próprio narrador; no subconjunto por assim dizer não narrativo, tangenciam-se e ao mesmo tempo se repelem análises reflexivas e sínteses meditativas. Talvez seja lícito dizer, contudo, caso se aceite o termo aproximativo, que a *profundidade* do romance encontra-se na pesquisa da “graça oculta da existência” (p. 171), elemento que, se antes identificamos como apenas um dos seus “fios”, agora, retificando a percepção inicial, vemos como

processo nele disseminado, e ao mesmo tempo como seu efeito final e mais intenso. Isso porque tal pesquisa, enfim, não é senão o empenho comum a narrador e protagonista, que assim se define: “As memórias de pessoas, locais, atos, amores e ódios, tudo pede individualização, organização, classificação, arquivo” (p. 475). Em outros termos, tudo pede romances, ou, o que dá no mesmo, “biografias imaginadas”, gênero em que o autor se vem revelando mestre consumado, pois esta de Mikhail Lidzi se acrescenta às que dedicou a Almeida Garrett (*A lua de Bruxelas*, 2000) e a Cruz e Silva (*A cidade do homem*, 2010), tríade de obras cujas qualidades literárias distinguem a literatura portuguesa contemporânea.

RESENHA

**MANOEL P. RIBEIRO
HENRIQUES, Claudio Cezar,
NOVA ORTOGRAFIA – O que muda com o Acordo
Ortográfico.
Rio de Janeiro: Eduerj, 2015.**

O Prof. Claudio Cezar Henriques é professor Titular de Língua Portuguesa da UERJ e vem publicando várias obras de interesse acadêmico. Dentre elas, salientamos. **1.** Sintaxe: estudos descritivos da frase para o texto, 3.^a edição, GEN, 2015; **2.** Fonética, fonologia, ortografia: estudos fono-ortográficos do português, 4.^a edição. Rio de Janeiro: GEN, 2015; **3.** Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica, 4.^a ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2014; **4.** Dicionário de apelidos dos escritores da Literatura Brasileira. Curitiba: Appris. 2012; **5.** NOVA ORTOGRAFIA – O que muda com o Acordo Ortográfico, 6.^a ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2015.

Neste último livro, realçamos o fato de se encontrar em sexta edição, em virtude do sucesso de venda.

A obra percorre todos os itens necessários ao entendimento da fase atual da nossa ortografia. Assim, verificamos, de início, uma breve história da ortografia portuguesa. Para o estudante de Letras, torna-se imprescindível conhecer as três fases: período fonético; período pseudoetimológico e período histórico-científico. Este se mantém até hoje com vários acordos estabelecidos entre Brasil e Portugal, além de outros países que adotaram, por razões, históricas, a lusofonia.

O autor faz um histórico sobre decretos que tratam da reforma: Decreto 6.585, de 29 de setembro de 2008, e decreto 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que altera o anterior e fixa o dia 1.1.2016 para a implementação, no Brasil, do novo acordo ortográfico.

A seguir, explicita as bases (21) do acordo de 1990 (anexo I) e notas explicativas (anexo II).

Ocorreram, no entanto dois protocolos modificativos do acordo: um em 1998 e o segundo em 2004.

Em 2015, surge O Vocabulário Ortográfico Comum. Diz o autor

O Vocabulário Ortográfico Comum (VOC) é a plataforma que abriga os instrumentos que determinam legalmente a ortografia da língua portuguesa. Foi oficialmente reconhecido pelos estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e na Conferência de Díli (2014). No documento intitulado “Conclusões Finais da X Conferência”, consta como meta a produção e –“em formato eletrônico” de um Vocabulário Comum da Língua Portuguesa, “que consolide tanto o léxico comum quanto as especificidades de cada país”.

A seguir, enumera os membros do Corpo Internacional de Consultores do VOLP, formado por representantes de seis países: Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Os representantes do Brasil são Carlos Alberto Faraco e Evanildo Bechara. Os de Portugal são Telmo Verdelho e Maria Helena Mira Mateus.

O Prof. Claudio Cezar Henriques passa a descrever as regras de acentuação:
1. regras gerais: 2. regras especiais.

No item 5 descreve o emprego do hífen, que, nas regras do PVOLP de 1943, apresenta um série de exceções, que dificultavam o aprendizado dessas normas. O novo acordo, neste ponto, simplificou significativamente essas normas. Em nosso parecer, no entanto, perdeu-se a oportunidade de uma redução mais substancial, apelando-se, ainda, para uma memorização e consulta aos dicionários para dirimir dúvidas.

O Autor verificou oscilações entre dicionários portugueses e brasileiros, principalmente ns formações por prefixação e na chamada recomposição, ou seja, em formações com pseudoprefixos de origem grega ou latina. Cita exemplos como: ante-rostro e anterrostro, coeducação e coeducação, pré-frontal e prefrontal...

Saliente-se que a ABL, no caso do prefixo co-, não utiliza o hífen em nenhum vocábulo.

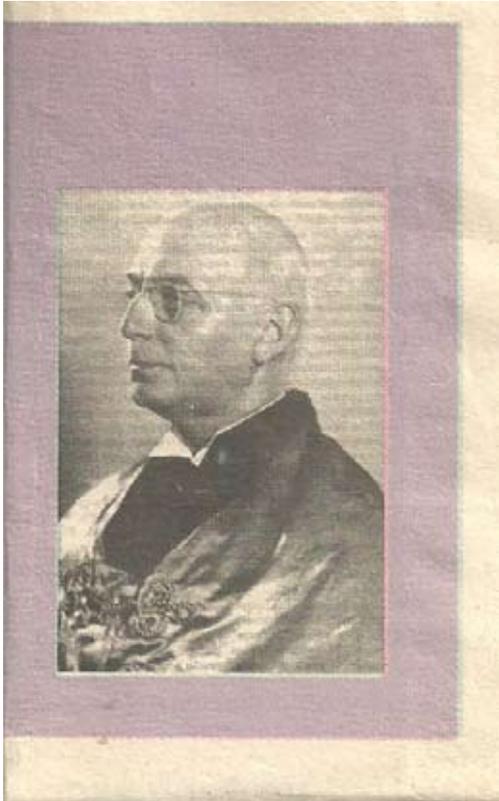
Descreve, por fim, a grafia de letras, terminando com a lição de homônimos e parônimos.

Há um grande número de exercícios, com chaves de respostas, que visam ao aprendizado das novas normas.

Em suma, é um livro de importância capital, pois detalha cada passo da reforma ortográfica. Está, novamente, de parabéns o grande pesquisador dos estudos de nossa língua.

MEMÓRIA PÓSTUMA

DAVID JOSÉ PÉREZ



Fundador do SINPRO-RIO

NOTA – Esta matéria foi publicada em novembro de 2001 no Jornal do Professor. A autora é Adalgiza Burity Silva, professora do 1.º segmento da Educação Básica e diretora do Sinpro-Rio.

Sábio Mestre, possuindo ao mesmo tempo nome de rei, David, e nome de homem simples, José, duas marcas de sua personalidade.

Na linguagem poética de nossa música popular, Lulu Santos diz:

Nada do que foi será de novo
do jeito que foi um dia,
tudo passa,
tudo sempre passará...

Essa verdade guarda a essência da história. O passado constrói o futuro e as boas sementes, raízes fortes com frutos saudáveis. Assim é a figura ímpar do mestre e do homem David José Pérez.

Neste ano em que o Sindicato dos Professores completa 70 anos de luta, relembro com carinho o grande professor David José Pérez, que dedicou parte de sua vida à causa da Educação. De 1927 a 1930, presidiu a Confederação do Professorado, a mais antiga associação criada no Brasil para defender os interesses do magistério.

Desta confederação surgiu o atual Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro. Na Rua do Rosário, n.º 149, no 1.º andar, às 15 h, foi instalado o Sindicato dos Professores, presidido pelo professor David José Pérez e secretariado pelos professores Erymã Carneiro e Cornélio José Fernandes Neto.

Setenta anos depois, o Sindicato dos Professores, presidido pelo professor Fernandes Francílio Pinto Paes Leme, continua fiel à proposta do seu fundador, lutando pelo fortalecimento da classe.

Conheça nossa proposta, sindicalize-se.

MEMÓRIA

Nesta seção, relembremos os ocupantes da cadeira 28

JOSÉ VENTURA BOSCOLI

Patrono da Cadeira n.º 28, **José Ventura Boscoli, cujo primeiro ocupante foi DAVID JOSÉ PÉREZ, homenageado neste número**, nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 9 de abril de 1855. Foi funcionário público do Tesouro Nacional e professor de Língua Portuguesa, de Francês e de Inglês. Dirigiu a Escola Santa Isabel, então mantida pela Associação promotora da instituição a *Ordem da Rosa*, da qual foi cavaleiro, organização civil e militar brasileira de mérito, instituída em 1829, na época do Império, por ocasião do casamento de D. Pedro I com a princesa Amélia de Leuchtenberg e abolida em 1889, quando foi proclamada a República.

A obra de José Ventura Boscoli estende-se da dramaturgia à gramática; da opereta aos livros da gramática da puerícia, registrando a norma da língua vernácula das últimas décadas do século XIX São elas:

- a) *Língua vernácula, ortografia: estudo raciocinado segundo os princípios modernos da ciência*, Rio de Janeiro, é de 1885.
- b) *Noções de análise*, de 1888, é obra conjunta com o Prof. Manoel Pacheco da Silva e refere-se à análise fonética, etimológica e sintática. Sua colaboração se adstringiu à parte sintática da obra.
- c) *Gramática portuguesa*, em 1887, com a colaboração de João Zeferino Rangel de Paio.
- d) *Gramática portuguesa: um estudo racionado segundo os princípios hodiernos da ciência da linguagem*, 1893/1894, em fascículos.

O segundo integrante foi JOSÉ CARLOS LISBOA.

JOSÉ CARLOS LISBOA

Ocupante da cadeira 28. Nasceu na cidade de Lambari, Minas Gerais, em 4 de novembro de 1902, um dos 14 filhos de João de Almeida Lisboa e de Maria Rita de Vilhena Lisboa, irmão da poetisa Henriqueta Lisboa e da pedagoga Alaíde Lisboa de Oliveira, iniciadora da Didática Nova. De sólida formação humanística e eclético conhecimento científico, formou-se em Farmácia e Direito. Por vocação, exerceu o magistério. Foi professor catedrático de Língua e Literatura Espanhola da então Universidade do Brasil, recebendo mais tarde o título de Professor Emérito da UFRJ, onde criou e dirigiu o Curso de Jornalismo, tendo sido, também, o seu primeiro Diretor. Hispanista, filólogo, escritor e pesquisador. Foi diretor de publicações e divulgação da Biblioteca Nacional; membro do Conselho Nacional de Cultura, fundador, diretor e professor do Ateneu García Lorca. Fundou e foi conselheiro do Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica; foi ex-presidente do Centro de Estudos Hispânicos da Universidade do Brasil. Na UFRJ, fundou o Seminário Menéndez Pidal, da Faculdade de Letras. Foi professor catedrático de Língua e Literatura Espanhola da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais e um de seus fundadores. Sua obra intelectual é extensa.

Publicou pelo MEC:

- 1- Tirso de Molina, Criador de Don Juan;**
- 2- Teatro de Cervantes; Isabel a do “Bom Gosto”;**
- 3- A Casa do Bode** (peça folclórica), em coedição com Selo de Ouro;
- 4- Uma Peça Desconhecida sobre os Holandeses na Bahia** (1.^a edição do texto espanhol, estudo, tradução, modernização da peça, de Juan Antonio Correa), em coedição com o INL.

Publicou pelo Instituto Nacional do Livro (INL):

- 1- O Brasil Restituído**, de Lope de Vega (estudo, tradução, modernização de peça);

2- Verde que te Quero Verde, ensaio de interpretação do Romanceiro gitano, de Federico García Lorca, em coedição com Zahar Editor.

Publicou pela Editora Comunicação, em convênio com o INC / MEC:

1- A Rainha das Onças, romanceiro e teatro popular.

2- Filhos Partidos, novela em três pessoas.

Publicou pela Civilização Brasileira:

A Numância, de Cervantes (estudo, tradução, modernização da peça).

Publicou pelo Serviço Nacional de Teatro, em Coedição com a Ed. Dionisos:

García Lorca, Vida e Obra.

Publicou pela Biblioteca Nacional:

O Curso de Letras Neolatinas.

Publicou pela Editora Sedegra sua Tese de Cátedra:

García Lorca e “Bodas de Sangue”.

Publicou pela Livraria José Olympio sua última obra, em 1985.

Vicente e o Outro (romance).

O atual ocupante é o Prof. LUIZ CÉSAR SARAIVA FEIJÓ

É mestre em comunicação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professor pesquisador, no segundo semestre de 1995, em Portugal, investigando a linguagem especial dos esportes de massa. Proferiu palestras em universidades portuguesas e em Bruxelas, Bélgica. É diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG), turma Oswaldo Aranha, de 1984. Foi diretor do setor de produção institucional da Televisão Educativa (TVE - Canal 2) do Rio de Janeiro, de 1980 a 1985.

Ocupou uma das assessorias especiais do gabinete do secretário de justiça do Estado do Rio de Janeiro. Foi diretor-geral do Departamento do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (DESIPE). Integrou o grupo de pesquisa do GOVERNO DO ESTADO / FAPERJ / SECRETARIA DE JUSTIÇA / UERJ, sobre a criminalidade no Estado do Rio de Janeiro. Foi professor de língua portuguesa em inúmeras escolas públicas e colégios de

segundo grau do Estado do Rio de Janeiro e no Colégio de Aplicação da UERJ, além de cursos preparatórios para engenharia e medicina, como Vitor e Miguel Couto. Atualmente é correspondente do jornal português, *O Progresso da Foz*, da cidade do Porto e leciona nos cursos de jornalismo, publicidade e propaganda do Centro Universitário UNIANDE, da cidade de Curitiba, onde reside. Dirigiu setores especializados em publicações, como Pesquisas Brasileiras, que editou várias obras filológicas, entre elas a *Miscelânea Filológica em Honra à Memória do Professor Clóvis Monteiro*, em 1965. Foi articulista no *Jornal dos Sports*, *Diário de Notícias* e *Jornal do Commercio*. Colabora em revistas especializadas sobre sociologia dos esportes de massa e faz parte da comissão editorial da revista *Pesquisa de Campo* do Centro de Sociologia do Futebol, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi condecorado com as medalhas Amigo da Marinha e Roquete Pinto, em Brasília e Rio de Janeiro, respectivamente.

Publicou as seguintes obras:

A – POESIA:

- 1- *Morro que morre*. Rio de Janeiro, Ed. Do Professor, 1964 (Prêmio Universidade do Ar - Gilson Amado, 3.º lugar);
- 2- *Remorro*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Eldorado-Tijuca, 1968;
- 3- *Relírica*. Rio de Janeiro, 1970 (Prêmio Augusto Motta, 2.º lugar);
- 4- *Poemas de cor e amor*. Rio de Janeiro, 1989.

B – DIDÁTICOS (coautoria):

- 1- *Lições de latim*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Rio São Paulo, 1961;
- 2- *Português em bases linguísticas*. Rio de Janeiro, Nobre Gráfica Editora, 1970;
- 3- *Português para o Curso Normal*. Rio de Janeiro, Nobre Gráfica Editora, 1970;
- 4- *Português pelo teste de múltipla escolha*. Rio de Janeiro, Apex Editora, 1970;
- 5- *Português no 2.º Ciclo*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1971;
- 6- *Português no 2.º Grau*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1972;
- 7- *Português: gramática e exercícios*. V.I, II, III. Rio de Janeiro, Nossa Editora, 1973;
- 8- *Testes de Português para o vestibular*. Rio de Janeiro, Ed. Gernasa, 1973;

9- Português - Vestibular - Vol. I e II. Rio de Janeiro, Ed. Vetor, 1973.

C – DIDÁTICOS:

- 1- *Teoria da Comunicação I*. Rio de Janeiro, Gráfica Miguel Couto, 1975;
- 2- *Teoria da Comunicação II*. Rio de Janeiro, Gráfica Miguel Couto, 1975;
- 3- *Teoria da Comunicação III*. Rio de Janeiro, Gráfica Miguel Couto, 1975;

D – DIVERSOS:

- 1- *Um projeto para a implantação da Radio-escola do Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade* (coautoria). Rio de Janeiro, 1972;
- 2- *Um estudo sobre Martim Cererê de Cassiano Ricardo* (coautoria). Rio de Janeiro, Edições Gernasa, 1974;
- 3- *Um estudo sobre Espumas Flutuantes de Castro Alves* (coautoria). Rio de Janeiro, Edições Gernasa, 1974;
- 4- *A Rádio Relógio Federal, um meio quente de comunicação de massa* (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social). Rio de Janeiro, Escola de Comunicação da UFRJ, 1980;
- 5- *Desemprego, subemprego e emprego: suas dimensões como indicadores da avaliação da conjuntura brasileira atual* (Dissertação apresentada à ESG). Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, 1984;
- 6- *A linguagem dos esportes de massa e a gíria no futebol*. Rio de Janeiro, UERJ/Tempo Brasileiro, 1994;
- 7- *Brasil X Portugal, um derby linguístico*. Rio de Janeiro, SBLL, 1998;
- 8- *Balançando o véu da noiva: a linguagem figurada do futebol*, 2001.

ENTREVISTA

Entrevista prestada pelo Prof. CLAUDIO CEZAR HENRIQUES, na UERJ, a Ricardo Zentgraf, sobre a sexta edição do livro A NOVA ORTOGRAFIA. O que muda com o Acordo Ortográfica

Ricardo Zentgraf

1 - Falando um pouco do seu livro A nova ortografia – o que muda com o acordo ortográfico. Como tem sido a recepção do livro até agora?

A recepção tem sido muito boa, tanto com professores e estudantes como com outros profissionais interessados em se informar e atualizar sobre o assunto.

2 - Qual é o diferencial que você vê em relação a outras edições de seu livro?

Há dois diferenciais: (1) esta edição contém uma exaustiva bateria de exercícios de fixação, com chave comentada de respostas; (2) nesta nova edição, há um capítulo dedicado ao VOC (Vocabulário Ortográfico Comum), portal mantido pela CPLP e que pretende se tornar o “banco ortográfico de todas as modalidades do português”.

3 - Por que as pessoas ainda apresentam dificuldades para escrever dentro das regras do novo acordo ortográfico?

Sobretudo por conta do velho hábito de não quererem estudar o tema para se atualizarem. As pessoas parece que preferem saber das mudanças apenas superficialmente...

4 - Quais foram as mudanças ortográficas que trouxeram mais impacto para o cotidiano daqueles que escrevem?

A principal mudança está no emprego do hífen. O assunto está muito mais claro e objetivo do que antes, mas precisa ser entendido pelos usuários. Falar mal do hífen sempre foi uma prática de nossa sociedade, mas as pessoas precisam entender que ele não é mais o “temido agente do mal”...

5 - Observei que alguns jornalistas portugueses seguem sem adotar as novas regras. Por que ainda há uma resistência às mudanças propostas?

Portugal já implantou definitivamente a reforma. Logo, o coro dos descontentes

de lá tende a diminuir. Entretanto, alguns jornais permitem que os autores de artigos de opinião não sigam a nova ortografia. É uma atitude que recobre motivações políticas ou ideológicas de muito egoísmo. Os livros didáticos lusitanos já estão todos de acordo com a nova ortografia.

6 - Que avaliação você faz hoje sobre as mudanças propostas pelo Acordo Ortográfico?

As mudanças podem ser criticadas em pontos específicos [cito dois: a perda do diferencial de PÁRA (verbo), a proibição do uso do hífen com os prefixos NÃO e QUASE], mas o grande mérito é a unificação da ortografia em si mesma. Trata-se da primeira ação prática para dar um estatuto de língua internacional para o português. Afinal, quem estuda português, em qualquer canto do planeta, precisa saber ler e escrever esta língua. Antes, com duas ortografias coexistindo, isso era bem mais difícil.

NOTICIÁRIO

O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO – PALESTRA NA UERJ

Em 21.3.2016, os professores **CLAUDIO CEZAR HENRIQUES** e **MANOEL PINTO RIBEIRO** ministraram a palestra **A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO**, na UERJ, 11.º andar, RAV 112.



Na foto, os professores **CLAUDIO CEZAR HENRIQUES**, **ANDRÉ CRIM VALENTE** e **MANOEL PINTO RIBEIRO**.

MEDALHA JOÃO RIBEIRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

A ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, por seu presidente DOMÍCIO PROENÇA FILHO enviou ao nosso prezado confrade MAXIMIANO DE CARVALHO E SILVA o seguinte ofício:

Prezado Senhor,

O plenário da Academia Brasileira de Letras decidiu, por unanimidade, outorgar-lhe , na sessão do dia 3 de março, a Medalha João Ribeiro, que é a nossa mais alta láurea, destinada a homenagear personalidades que se tenham notabilizado no âmbito cultural.

A entrega da láurea A V. S.^a, proposta pelo Acadêmico Antonio Carlos Seccin, será feita em data a ser marcada posteriormente pela Academia Brasileira de Letras, ocasião em que comunicará com antecedência o momento de poder homenageá-lo.

Com a reiterada manifestação do nosso apreço.

Atenciosamente

Domício Proença Filho

Presidente da Academia Brasileira de Letras

POSSE DA NOVA DIRETORIA

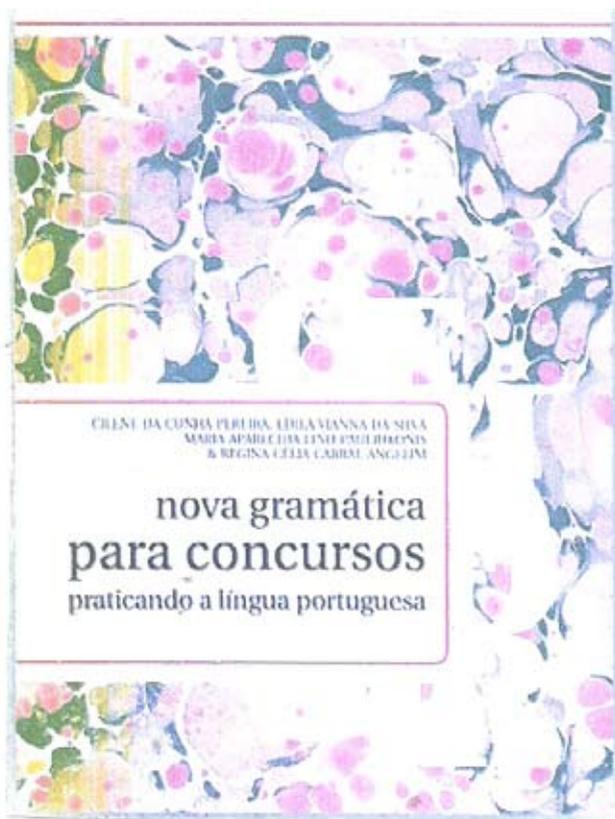
Em 9.5.2016, tomou posse a nova Diretoria da ABRAFIL, constituída dos seguintes membros: PRESIDENTE – AMÓS COÊLHO DA SILVA; Vice-presidente – DEONÍSIO DA SILVA; PRIMEIRO SECRETÁRIO - PAULO CÉSAR COSTA DA ROSA; SEGUNDO SECRETÁRIO – LUIZ FERNANDO DIAS PITA; RELAÇÕES PÚBLICAS – MARCELO MORAES CAETANO; TESOUREIRO - MÁRCIO LUIZ MOITINHA RIBEIRO; PRESIDENTE DE HONRA – ANTÔNIO MARTINS DE ARAÚJO; EDITOR-CHEFE DA REVISTA DA ABRAFIL – MANOEL PINTO RIBEIRO.

O mandato da nova Diretoria vai até 9.5.2018.

CONFERÊNCIA – A ÉTICA NA TRADUÇÃO

Em 23.5.2016, nosso acadêmico RICARDO STAVOLA CAVALIERE proferiu a conferência *A ética na tradução*, no Pen Clube do Brasil, na Praia do Flamengo, 172/1101 – Flamengo – RJ

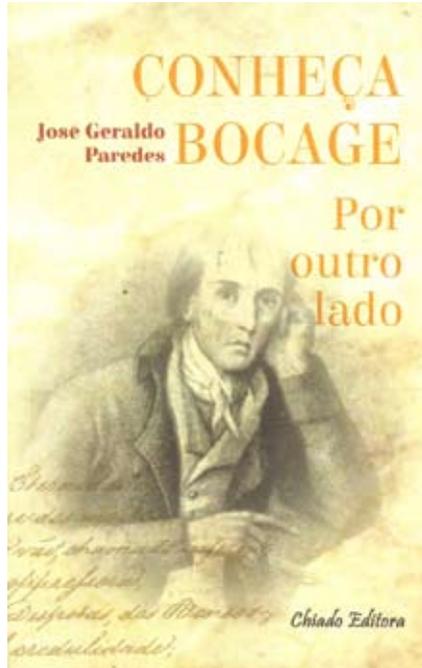
NOVA GRAMÁTICA PARA CONCURSOS - praticando a língua portuguesa



Em 31.5.2016, na Blooks Livraria, Praia de Botafogo, 316, foi lançado o livro NOVA GRAMÁTICA PARA CONCURSOS – praticando a língua portuguesa (LEXIKON), de autoria de Cilene da Cunha Pereira, Edila Vianna da Silva, Maria Aparecida Lino Pauliukonis e Regina Célia Cabral Angelim.

LANÇAMENTO DE LIVRO – CONHEÇA BOCAGE

Em 5.6.2016, às 17,00 h, na Livraria Argumento, na Av.das Américas, 7777, loja 326, foi lançado o livro *CONHEÇA BOCAGE por outro lado*, da editora Chiado. O autor é nosso saudoso confrade Prof. JOSÉ GERALDO PAREDES. O livro expõe os recursos expressivos da adjetivação em sonetos de Bocage e estabelece uma relação com a adjetivação camoniana.



Membros da família do Prof. JOSÉ GERALDO PAREDES.

PALESTRA NO LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS



Em evento no Liceu Literário Português, em 6 de junho de 2016, os professores CLAUDIO CEZAR HENRIQUES, JOÃO MALACA CASTELEIRO, MANOEL PINTO RIBEIRO, EVANILDO BECHARA e AMÓS COÊLHO DA SILVA. Nessa data, o filólogo João Malaca Casteleiro ministrou palestra sobre a implementação do acordo ortográfico de 1990, elucidando vários pontos.

PRESIDENTE DA ABRAFIL TOMA POSSE NO PEN CLUB DO RIO DE JANEIRO



Em 16 de junho de 2016, o Prof. AMÓS COÊLHO DA SILVA tomou posse no Pen Club do Rio de Janeiro. Abaixo, aspecto do evento. Parabéns ao nosso prezado colega.

LABORATÓRIO LINGUÍSTICO DE CABO FRIO

Recebemos um amável convite para a inauguração do Laboratório Linguístico de Cabo Frio, iniciativa dos professores Bruno Ramos de Souza (Língua Portuguesa e Inglesa – Interlagos) e Aline Machado (Língua Portuguesa e Literatura – Universidade Estadual de Londrina). O evento se dará em 29.7.2016, às 19,00 h, na Rua Raul Veiga, 393, loja 2 – Centro, Cabo Frio, RJ.

Louve-se a grande tarefa de divulgar a Língua Portuguesa.